



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

ARITANA SOUSA DUTRA DE MELO

**A AUTOGESTÃO FOMENTADA POR POLÍTICAS  
PÚBLICAS: TRANSCENDÊNCIA E/OU REPRODUÇÃO DA  
AUTOALIENAÇÃO?**

BELO HORIZONTE

2014

ARITANA SOUSA DUTRA DE MELO

**A AUTOGESTÃO FOMENTADA POR POLÍTICAS  
PÚBLICAS: TRANSCENDÊNCIA E/OU REPRODUÇÃO DA  
AUTOALIENAÇÃO?**

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Luiza da Silva Ferraz.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade.

BELO HORIZONTE

2014

Ficha catalográfica

M528a  
2014

Melo, Aritana Sousa Dutra de.  
A autogestão fomentada por políticas públicas [manuscrito] :  
transcendência e/ou reprodução da autoalienação? / Aritana Sousa  
Dutra de Melo. - 2014.  
196 f.: il. : mapa.

Orientadora: Deise Luiza da Silva Ferraz.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas  
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.  
Inclui bibliografia (p. 184-193) e apêndice.

1. Políticas públicas – Teses. 2. Patentes - Licenças – Teses.  
3. Inovações tecnológicas – Teses. I. Ferraz, Deise Luiza da Silva.  
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-  
Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 338.06



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Ciências Econômicas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **ARITANA SOUSA DUTRA DE MELO**, REGISTRO N° 549/2014. No dia 26 de junho de 2014, às 08:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 29 de maio de 2014, para julgar o trabalho final intitulado "**A Autogestão Fomentada por Políticas Públicas: Transcendência e/ou Reprodução da Auto-alienação?**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Luiza da Silva Ferraz, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 26 de junho de 2014.

NOMES

ASSINATURAS

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Luiza da Silva Ferraz.....  
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva .....  
(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima .....  
(CCHL/UFPI)

## AGRADECIMENTOS

Inúmeras vezes ao longo desses dois anos e quatro de mestrado me peguei pensando no conteúdo dessas palavras. Na maior parte das vezes, em meio a percalços, acreditei que não poderia escrevê-las. Aqui estou. É hora de exprimir todo o sentimento de gratidão que nutri por todas as pessoas que se colocaram em meu caminho, sem as quais, indubitavelmente eu não teria conseguido.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, sem o qual definitivamente eu não teria chegado até aqui. Só eu e ele sabemos quantas pedras se dispuseram nessa trajetória, tornando o caminho difícil, mas não impossível.

Agradeço também a minha família, minha fortaleza, o abraço sempre acolhedor. À minha mãe Elisabeth exemplo de dedicação e amor e ao meu pai, Melo, exemplo de perseverança e firmeza. Às minhas irmãs Aylana e Amanda pelo companheirismo e apoio incondicionais. Ao Arthurzinho. Às minhas tias e tios, sobretudo Eliete, Elimar, Chaguinha, Jr. e tio Didi. À minha madrinha Ceíça e meu padrinho Edilson. Aos primos e primas. A Letícia e Michelle. As palavras não são capazes de externar meus sentimentos. Eu sou vocês.

Ao meu namorado Flávio Augusto pelo companheirismo, amor, paciência, apoio e dedicação. Por estar ao meu lado em todos os momentos, por fazer os meus dias mais felizes. Teria sido muito difícil sem você.

A minha orientadora Deise Luiza da Silva Ferraz. Eu sei que você não acredita nisso Luiza, mas foi Deus quem a colocou no meu caminho. Que outra explicação eu teria para tamanha sorte? Os revolucionários não se encontram, eles se reconhecem e eu tive o prazer de ser orientada por uma pesquisadora, professora, militante e amiga exemplares. Teoria e prática, lembra? Minha vida em Belo Horizonte pode ser classificada em antes e depois de você. Muito obrigada por ter acreditado em mim quando eu mais precisei, quando não tinha esperanças e por ter depositado a confiança de que eu conseguiria. E eu consegui Luiza. Perdoe-me os momentos em que fraquejei. Muito, muito, muito obrigada.

Agradeço também ao professor Alexandre de Pádua Carrieri. Faltam-me palavras para descrever a grande estima e admiração que tenho a ele. É um exemplo de educador que

almejo ser. Pelas sempre presentes palavras de apoio, estímulo e empoderamento, muito obrigada!

Ao professor Luiz Alex Saraiva por todas as ideias, presteza em ajudar, pelas conversas, palavras de estímulo, compreensão e confiança depositados que ajudaram a aliviar tantas angústias. Muito obrigada!

Agradeço também ao professor Márcio Augusto pela compreensão e por não medir esforços para ajudar.

A professa Kely Paiva pelas contribuições à banca de qualificação.

Ao professor Solimar Oliveira Lima por ter me apresentado a pesquisa acadêmica e mostrado que é possível fazer ciência comprometida com as causas sociais.

Aos amigos de mestrado, meu brother do coração Bruno Amarelo (Honoratto), todas as conversas, momentos e reflexões partilhadas. A amiga Glauce Viegas por todos os conselhos e apoio. A Su (Suelen Miranda) pelas conversas, incentivos e alegria. Ao Samuel pelas conversas e favores. A Paula Brettas, Isabela Couto e Henrique Caproni pelos incentivos.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Críticos em Gestão de Pessoas e Relações de trabalho Marcos – muito obrigado por ceder o estágio –, Patrícia, Lucas, Henrique e Alexandre.

Aos amigos que a luta me deu, Jairo Resende (Lit), Égil Sá, Gleudiano e Lairisse pelas conversas e apoio. Ao grande amigo Douglas pela amizade, por ter me apresentado a Teoria Crítica e por tantas reflexões. As eternas amigas Patrícia, Manoela, Tamara, Taline, Elaine, Luana e Kamila.

Aos camaradas Romildo, Egmar, Bal e Gisvaldo pelas contribuições, sobretudo de livros e discussões teóricas.

As pessoas com as quais tive a oportunidade de dividir teto. À amiga Kary Emanuelle (Raquel) por tantas conversas na madrugada, apoio, auxílio na Pereira Pinto 140b. A Thaisa, Prisca e Tássia (Kenya). A Jordana Cristina (Bruna), Sabrina Amélia (Samélia) e Eliane de

Jesus pelos momentos partilhados de tanta amizade e alegria acolhendo-me como numa família. Muito obrigada!

As meninas da Xerox, Adriana, Grazielle e Mayra por tantos favores. A Luciana e Mara da secretaria. Ao porteiro Rogério e à Dona Ana.

Aos irrigantes da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão. Sr. Alberto, Sr. Chico Arão, Sr. José Thiago, Sr. Salvador, pela presteza em colaborar com a pesquisa e em fornecer as informações necessárias. Aos funcionários do DNOCS por colaborar com a disponibilização de documentos.

Aos professores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) campus Piripiri pela colaboração. Aos meus alunos pelos ensinamentos.

Ao CNPQ pelo tempo em que disponibilizou bolsa.

Muito obrigada!

## RESUMO

Na presente dissertação temos por objetivo analisar as práticas de gestão do trabalho efetuadas em uma experiência cooperativista autogestionária fomentada por política pública. Como objeto de pesquisa escolhemos uma organização solidária denominada Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão (CAIC), localizada em Piripiri - Piauí. Entendemos que o trabalho ocupa posição central na vida dos seres sociais, sendo inerente a sua essência e basilar a sua realização (MARX, 2010; MÉSZÁROS, 2006), no entanto, aos moldes capitalistas o trabalho tem se apresentado sob a forma alienada, desagregado de sua essência e submetido ao conflito capital/trabalho. No sistema capitalista, além da alienação do processo do trabalho o mundo do trabalho tem se modificado significativamente. As mudanças no mundo do trabalho decorrem, sobretudo, do processo de reestruturação produtiva em que ocorre uma desproletarização e subproletarização do trabalho, processos os quais engendram precariedade e heterogeneização do mundo do trabalho, aumentando o desemprego e empregos informais (ANTUNES, 2010). Uma das alternativas encontradas como forma de sobrevivência as essas adversidades do mundo do trabalho tem sido a organização dos trabalhadores baseada em princípios solidários: a Economia Solidária. Parte dos empreendimentos solidários são frutos da luta de trabalhadores em prol de melhores condições de emprego e renda e outra parte dessas iniciativas refere-se a um “transplante cultural” (OLIVEIRA, 2010), pois são implantadas por elites ou pelo Estado. A economia solidária é um fenômeno recente, no entanto, a implantação de empreendimentos aos moldes solidários e baseados na autogestão enquanto política pública de geração de trabalho e renda tem exemplos bem anteriores, como é o caso da CAIC, que data sua fundação de 1972. A política pública de geração de trabalho e renda por meio da implantação de empreendimentos solidários, ou seja, aos moldes teóricos da autogestão, faz-se necessária para a reprodução societal do capital na busca de resolução dos problemas por esse mesmo sistema criado. Nesse sentido compreendemos a política pública enquanto um regulador social (LUKÁCS, 2010), tendo em vista que os reguladores sociais cumprem papel de regulação do comportamento dos seres sociais e das ações do Estado na intervenção em demandas sociais. Entendendo que a autogestão nas unidades produtivas está pautada em princípios como valores humanitários, igualdade na tomada de decisão e difusão do conhecimento técnico administrativo (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011) e compreendendo que esta forma de gestão propõe a superação da contradição capital/trabalho, buscamos responder a seguinte pergunta: as experiências autogestionárias induzidas por políticas públicas criam práticas sociais que possibilitem um devir da superação da autoalienação do trabalho? Como método utilizamos o materialismo histórico dialético e como técnica de coleta de dados foram realizadas observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Sob essa metodologia buscamos a compreensão do fenômeno da autogestão fomentada por política pública na CAIC dialeticamente, buscando apreender a sua essência encoberta pela aparência, o que requer a consideração das condições históricas, sociais e econômicas. Como resultados encontramos a não configuração da autogestão no empreendimento, o qual reproduz relações de trabalho alienadas tendo em vista que a autogestão, neste empreendimento, não parte da base para o topo e sim, enquanto tentativa de implantação, representa parte de uma totalidade complexa, a mudança na política pública fomentadora da cooperativa, que passa a embasar-se em princípios neoliberais e sob esse pressuposto tem na autogestão uma justificativa para a desresponsabilização do estado com a política pública.

**Palavras-chave:** Autogestão. Alienação do Trabalho. Política Pública. Reguladores Sociais. Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão.

## ABSTRACT

In this thesis we aim to analyze the management practices of the work done in a worker owned cooperative experience fostered by public policy. As a research chose a joint organization called Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão (CAIC), located in Piripiri - Piauí. We understand that the work occupies a central position in the social life of beings, being inherent in its essence and its realization basilar (MÉSZÁROS, 2006; MARX, 2010), however, the capitalists molds work has appeared in the alienated form, disaggregated its essence and submitted to the capital/labor conflict. In the capitalist system, beyond the alienation of the labor process the world of work has changed significantly. The changing in the world of work derive mainly from the restructuring process in which occurs a deproletarianization and subproletarianization of work which engender precarious and heterogeneity of the world of work, increasing unemployment and informal employment (ANTUNES, 2010). One of the alternatives found in order to survive these adversities of the world of work has been the organization based on solidarity principles workers: Solidarity Economics. Part of solidarity enterprises are the result of the struggle of workers in favor of better conditions of employment and income and other part of these initiatives refers to a "cultural transplantation" (OLIVEIRA, 2010) as they are deployed by elites or by the state. The solidarity economy is a recent phenomenon, however, the implementation of enterprises to molds solidarity and based on self-management as a public policy to generate employment and income is well above examples, such as the case of CAIC, which dates its foundation in 1972. The public policy of generating employment and income through the deployment of solidarity enterprises, in other words, in the theoretical form of self-management, it is necessary for societal reproduction of capital in search of a resolution of the problems created by that system. In this way, we understand the public policy as a social regulator (LUKÁCS, 2010) in view of that the social regulators perform in the regulating of the behavior of social beings and of actions of state intervention in social demands. Understanding that self-managed in the production units is guided by principles as humanitarian values, equality in decision making and dissemination of administrative expertise (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011) and understanding that this form of management proposes to overcome the contradiction capital/labor, we seek to answer the following question: the self-management experiences induced by public policies create social practices that enable a becoming of the overcome of the self-alienation of labor? As methodology we use the dialectical and historical materialism method and as a technique for data were performed collection participant observation, semi-structured interviews and documentary analysis. Under this methodology we seek to apprehend the phenomenon of self-management fostered by public policy in CAIC dialectically seeking to apprehend the essence hidden by appearance which requires consideration of historical, social and economic conditions. As a result we do not find the configuration of self-management in the enterprise which reproduces alienated labor relations considering that self-management not part of the base to the top, but while attempting to deployment represent part of a complex whole, the changing in public policy that fomented the cooperative, which passes to base-on neoliberal principles and under this assumption has a justification in self-management or the disengagement of the state with the public policy.

**Key-words:** Self-management. Alienation of Labor. Public Policy. Social Regulators. Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Interação recíproca dialética. Função mediadora fundamental. ....	33
Figura 2 - Atividade produtiva estranha. Relação ontológica fundamental interposta por mediações de segunda ordem. ....	34
Figura 3 - Relação entre divisão do trabalho, trabalhador coletivo e força social. ....	72
Figura 4 - Mapa de localização do Projeto Caldeirão em relação aos principais municípios e capitais da região. ....	113
Figura 5- Casa projetada para colonos por DNOCS.....	123

## LISTA DE SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

BB - Banco do Brasil

BEP - Banco do Estado do Piauí

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BM - Banco Mundial

CAIC - Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ECOSOL - Economia Solidária

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PIC - Perímetro Irrigado Caldeirão

PROEMA - Programa de Emancipação

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 Trabalho, alienação e emancipação.....	21
2.1.1 Trabalho: fator ontológico.....	21
2.1.2 Alienação: o processo de estranhamento.....	27
2.2 Os Reguladores Sociais.....	38
2.3 Políticas Públicas.....	40
2.3.1 As discussões e modelos atuais de políticas públicas.....	40
2.3.2 Política pública enquanto reguladores sociais.....	50
2.4 A Economia Solidária.....	53
2.4.1 Solidariedade.....	56
2.4.2 Remuneração dos associados.....	57
2.5 As unidades típicas da economia solidária: as cooperativas.....	59
2.6 Autogestão.....	61
2.6.1 A autogestão na perspectiva marxista.....	63
2.6.2 A autogestão na perspectiva proudhoniana.....	68
2.6.2.1 Sociologia Econômica para Proudhon e a Organografia Social.....	69
2.6.2.2 Força Coletiva e Apropriação Econômica.....	71
2.6.2.3 Federalismo.....	76
2.4.3 Autogestão x heterogestão.....	79
2.5 A Autogestão nas unidades produtivas.....	80
2.5.1 Igualdade na tomada de decisão.....	81
2.5.2 Valores humanitários.....	84
2.5.3 Difusão do conhecimento técnico-administrativo.....	86
2.6 Empecilhos à Autogestão.....	88
3 MÉTODO.....	91
3.1 A pesquisa qualitativa.....	98
3.1.1 Análise documental.....	99
3.1.2 Observação e Diário de campo.....	100
4 PRÓLOGO: A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO.....	103

4.1 A seca e a política pública de colonização do perímetro irrigado Caldeirão: causalidades naturais ou sociais?.....	107
4.2 A aproximação da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão: digressões na busca pelo objeto .....	110
5 ANÁLISE DOS DADOS .....	117
5.1 O preparo da terra: a formação da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão .....	118
5.2 Cultivo – o preparo e cuidado da terra: o desenvolvimento do projeto Caldeirão e da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes .....	132
5.2.1 O controle e a “escravidão” .....	135
5.2.2 Propriedade dos meios de produção .....	143
5.2.3 A participação na Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão .....	144
5.2.4 Sobras e perdas .....	152
5.2.5 Remuneração de associados .....	153
5.2.6 Valores.....	154
5.3 Colheita: os frutos do Caldeirão .....	155
5.3.1 Processo de trabalho .....	161
5.3.2 Valores.....	164
5.3.4 Conflitos .....	170
5.3.5 A polêmica dos 10% .....	172
5.3.6 Planejamento das atividades e tomada de decisões .....	175
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	177
REFERÊNCIAS .....	184
APÊNDICE .....	194
1. Roteiro de entrevista semiestruturada.....	194
1.1 Para o associado da cooperativa .....	194

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho ocupa uma posição central na constituição do ser social, categoria analítica e estruturante que não se pode ignorar. Segundo Marx (2010), o trabalho representa um elemento de realização para o gênero humano. É por meio dele que o ser humano diferencia-se dos animais, pois o trabalho agrega a possibilidade de transformação da natureza como algo pensado, e como atividade que ao satisfazer as necessidades do ser humano produz novas necessidades. O homem<sup>1</sup>, pelo trabalho, pode planejar, criar e produzir além do que necessita em sua realidade imediata. Ademais, o que o diferencia dos outros animais e espécies do planeta refere-se à consciência da atividade produtiva (FERRAZ, 2010).

O trabalho ao ser humano representa um ato de mediação entre ele e a natureza, por meio dele o homem se realiza, modifica a natureza e por meio da atividade produtiva elabora um produto, o qual corresponde à objetivação do trabalho. O trabalho ao homem é realizador, permite a sua contemplação, é inerente a sua essência e por meio deste, o configura em um ser genérico. O ser genérico significa o reconhecimento do homem enquanto espécie, sua relação com os outros homens, seu corpo orgânico transformado e em interação com a natureza, o homem também é parte da natureza (MARX, 2010; MÉSZÁROS, 2006).

A realização do ser social pressupõe a produção e reprodução de sua existência, atividades estas que se concretizam por meio do trabalho (ANTUNES, 2010). Conforme nos diz Antunes (2010, p. 142) “o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho”. O trabalho, além de atribuir ao homem aspecto fundamental para sua realização, é basilar à humanização do ser social (ANTUNES, 2010).

Segundo Marx (2010), o trabalho equivale a uma mediação entre homem e natureza, a qual Mészáros (2006) denomina de mediação de primeira ordem. O processo de estranhamento – alienação – do trabalhador de seu trabalho decorre devido a mediações inadequadas que se colocam entre o homem e a natureza, que são as denominadas por Mészáros (2006) de

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo homem em função da regra gramatical da língua portuguesa, onde o masculino contém também o feminino, contudo orientamos o leitor a compreender que estamos nos referindo aos homens e as mulheres

mediações de segunda ordem, correspondendo, por exemplo, à propriedade privada, e à divisão social do trabalho.

A partir do estabelecimento das mediações de segunda ordem, o trabalhador passa a não reconhecer o trabalho e o resultado de seu trabalho como pertencentes a si mesmo, e sim como algo exterior. O estranhamento, exteriorização do trabalhador realiza-se tanto com relação ao objeto, produto do seu trabalho, quanto com relação à atividade produtiva, trabalho. A exteriorização significa que o trabalho é estranho ao trabalhador. Nesse sentido, o seu trabalho não pertence a ele (MARX, 2010).

O fundamento ontológico, trabalho, é desagregado de sua essência de auto-realização humana passando a estar submetido ao conflito capital/trabalho, onde quem detém o capital, o não-trabalhador, apropria-se do resultado do trabalho alheio, o qual não produziu e o trabalhador passa a estranhar seu produto, o qual não lhe pertence. Além disso, a concepção do trabalho passa a estar fragmentada em virtude da excessiva especialização do trabalho, distando o trabalhador do planejamento e concepção do processo de trabalho (MÉSZÁROS, 2006).

No capitalismo, além da alienação cotidiana do processo do trabalho, o mundo do trabalho contemporâneo vem passando por mudanças significativas. O mundo do trabalho na atualidade vivencia consequências da reestruturação produtiva. A partir desse fenômeno, observamos um aumento acentuado nos níveis de desemprego, corroborado pelo que Antunes (2010) denomina de desproletarização do trabalho nas indústrias, ou seja, diminuição da classe operária industrial devido à substituição da mão-de-obra humana pela mecanização, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento do setor de serviços através da expansão do trabalho assalariado. Concomitantemente, ocorre a complexificação das relações de trabalho com a subproletarização, que significa uma precarização das condições de trabalho, mediante a flexibilização de relações trabalhistas, terceirização, expansão de trabalhos informais e temporários (ANTUNES, 2010). De maneira geral é perceptível uma fragmentação e heterogeneização das relações de trabalho.

Diante desse quadro de transformações, uma das alternativas que surgem como forma de organização de trabalhadores para a geração de trabalho e renda a esse contingente do exército industrial de reserva é a implementação de empreendimentos solidários, baseados na organização de trabalhadores pautada em princípios de uma gestão democrática e solidária.

Esta alternativa tem se desenvolvido tanto por iniciativa dos próprios trabalhadores como por parte do Estado, sob a forma de políticas públicas. A implantação de organizações solidárias como política pública as demandas sociais não são um fenômeno recente, conforme destaca Rios (2003) a própria manifestação do cooperativismo no Brasil realizou-se não por intermédio dos trabalhadores, mas como uma iniciativa de elites e do Estado. Nesse mesmo sentido, durante a década de 1970 o Estado implanta cooperativas no semiárido nordestino como forma de organização do trabalho e da comercialização de agricultores integrando a política pública de desenvolvimento rural e irrigação. Na atualidade, as experiências pautadas em princípios solidários e coletivistas são designadas Economia Solidária.

A Economia Solidária ascendeu ao plano de política pública a partir do governo Lula, o qual criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) voltada para a implementação e o desenvolvimento deste tipo de política pública (BARBOSA, 2007).

A adoção deste tipo de política pública como forma de proteção social, geração de trabalho e renda pela inserção de contingentes populacionais segregados, reflete a incapacidade do capitalismo de solucionar os problemas decorrentes do conflito capital/trabalho e consequente acumulação de capital e apropriação do trabalho alheio (BARBOSA, 2007).

A Economia Solidária apresenta-se nos mais variados setores desde a prestação de serviços, a produção e comercialização. Possui como característica principal a forma coletiva de organização e propriedade dos meios de produção, solidariedade e democracia na gestão do empreendimento, promovendo maior igualdade e empoderamento pelos trabalhadores em torno de seu trabalho e dos interesses conjuntos (GAIGER, 2009).

Dentre as formas de organização solidária, encontramos uma diversidade de práticas tais como associações, grupos de produção, clubes de trocas, empresas autogestionárias, cooperativas, dentre outros (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Para Singer (2002), a unidade típica da Economia Solidária é a cooperativa de produção.

De acordo com Faria (2009), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) aponta quatro características principais desta forma de economia, que são: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade. Por cooperação, a secretaria indica o esforço e dedicação coletivos em prol de interesses e objetivos comuns a todos, propriedade conjunta

dos bens, divisão igualitária dos resultados e responsabilidade solidária. Com relação à autogestão a secretaria argumenta que os membros das organizações solidárias exercem práticas de autogestão com relação aos processos de trabalho e envolvendo questões estratégicas e cotidianas nos empreendimentos no que tange à direção e coordenação das atividades. Sobre a dimensão econômica considera-a enquanto um dos fundamentos para a agregação dos trabalhadores e relaciona com os elementos de viabilidade econômica em prol da busca por eficácia e efetividade. O aspecto da solidariedade apresenta-se a partir da distribuição justa dos resultados, na partilha dos bens coletivamente, no respeito aos direitos dos integrantes, na relação com o meio ambiente em prol de um desenvolvimento sustentável, e na busca pelo desenvolvimento da comunidade.

A respeito da autogestão, segundo Faria (2009), em Marx essa forma de gestão representa o socialismo científico, ou como denomina o autor, a autogestão social. A autogestão na perspectiva marxiana fundamenta-se na superação da contradição capital/trabalho a partir da emancipação da classe trabalhadora desta forma de expropriação e opressões decorrentes. Para os marxianos, a autogestão deve partir dos próprios trabalhadores e está intrinsecamente atrelada a sua luta. Já na perspectiva proudhoniana (PROUDHON, 2005; 2001), e de acordo com Motta (1981) e Bancal (1984), a autogestão baseia-se na superação da apropriação e alienação do trabalho promovida pelo capitalismo e concomitantemente na superação da apropriação política, também recorrente nesse sistema, a qual é fundamentada na supremacia da autoridade sobre a liberdade. Na perspectiva proudhoniana, Motta (1981) aponta como autogestão, a transcendência a essas duas formas de apropriação, a qual seria uma forma de organização social baseada na democracia econômica e democracia política.

Já no plano microssocial, no que refere a autogestão nas unidades produtivas, Klechen, Barreto e Paes de Paula (2001) encaram a autogestão enquanto um modelo em que essa forma de gestão está baseada em valores humanitários, difusão do conhecimento técnico administrativo e democratização da tomada de decisões.

Como podemos perceber, a autogestão pressupõe uma mudança social que permita a superação das relações de trabalho capitalistas, as quais estão sustentadas na alienação do trabalho. Dessa forma, a autogestão manifesta-se como uma forma de gestão de organizações pautadas em outra forma de organização e realização do trabalho, em que, entre o homem e a natureza, se preze apenas por mediações de primeira ordem: o trabalho, fundamento

ontológico. Na qual as mediações de segunda ordem, promovedoras da alienação, estranhamento do trabalho, como a propriedade privada, trabalho assalariado, intercâmbio, sejam superadas ou aproximem-se bastante dessa finalidade.

Apreendemos a partir do exposto, que as organizações coletivistas, na atualidade manifestadas enquanto Economia Solidária são pautadas, teoricamente, em princípios distintos aos regidos nos empreendimentos capitalistas tradicionais, sobretudo no que se refere a alienação do trabalho, a qual, por meio prática da autogestão se pressupõe a sua superação, a transcendência (*Aufhebung*) defendida por Marx.

A adoção da autogestão está associada à concepção desses empreendimentos quando do seu surgimento a época do contexto da Revolução Industrial. Em meio aos problemas e péssimas condições de trabalho, se propunham os trabalhadores em luta a engendrar uma forma diferente de organização do trabalho, pautada, sobretudo, na superação da causa principal de todos esses problemas, a alienação do trabalho e suas decorrências. Assim, conformava-se também a experiência associativista em um projeto político de enfrentamento a ordem capitalista associado à luta dos trabalhadores.

Tendo em vista a relação entre os empreendimentos associativistas e a luta dos trabalhadores pela transcendência das relações de trabalho alienadas capitalistas, e conscientes que as experiências associativistas fomentadas por políticas públicas são práticas induzidas por governos – não partindo, em geral, tais empreendimentos da iniciativa direta dos próprios trabalhadores – cabe-nos a seguinte pergunta: as experiências autogestionárias induzidas por políticas públicas criam práticas sociais que possibilitem um devir da superação da autoalienação do trabalho?

Para responder a pergunta enunciada, nos propomos por meio desta pesquisa a analisar as práticas de gestão do trabalho efetuadas em uma experiência cooperativista autogestionária fomentada por política pública em uma organização solidária denominada Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão, localizada na região de Piripiri - Piauí.

Como objetivos específicos nos propomos a: i) identificar o contexto de implementação da política pública junto à Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão; ii) analisar a configuração da atividade produtiva na cooperativa; iii) analisar a relação entre associado e

propriedade dos meios de produção; iv) identificar a forma de apropriação dos resultados do trabalho e v) compreender o processo decisório e a participação dos associados na gestão da cooperativa.

A cooperativa analisada faz parte de um conjunto de cooperativas fundadas como parte de uma política pública de desenvolvimento rural, na forma de política de irrigação que buscava amenização dos efeitos da seca e diminuição da pobreza, por meio de um projeto de irrigação e colonização promovido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), órgão do governo federal criado com a finalidade de atenuar e contornar os efeitos da seca na região Nordeste do Brasil e norte de Minas Gerais (CAMPOS, 1985).

Como parte do objetivo de diminuir a pobreza e os efeitos da seca no Piauí, foram construídos pelo DNOCS diversos açudes e conjuntamente desenvolvidos projetos de colonização e desenvolvimento agrícola da região contando com cooperação internacional do Estado de Israel, sendo os projetos pioneiros: Projeto Caldeirão (Piripiri), Projeto Lagoas do Piauí (Luzilândia), Projeto Gurguéia (Alvorada do Gurguéia) e Projeto Morro dos Cavalos (Simplicio Mendes) (BRASIL, 1971b).

Na região da cidade de Piripiri (situada a 160 km da capital Teresina) foi construído em 1945 um açude público denominado “Caldeirão” e em seu entorno como parte da implantação do Projeto de Planejamento Integral Assentamento Agrícola Caldeirão – projeto de colonização agrícola – foram construídas casas para agricultores e entregue lotes de terras irrigadas por gravidade – por meio de canais construídos para este fim – e aspersão. Conjuntamente ao projeto, foi fomentada a implantação de uma cooperativa para organização dos agricultores, administração e comercialização de seu trabalho e produção, a Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão (BRASIL, 1971a).

A fundação da cooperativa data de 1972 e desde o seu início possuía uma relação de extrema dependência de assistência técnica e social do DNOCS. A partir da década de 1980, o DNOCS adota a política de “emancipação” das cooperativas e respectivos perímetros irrigados sob sua tutela, através do Programa de Emancipação (PROEMA). O PROEMA estava baseado em princípios neoliberais, apresentando-se enquanto aparência de um fenômeno mais amplo e complexo: a mudança nas políticas de desenvolvimento rural e de irrigação as quais outrora enxergando a irrigação enquanto função social, passa a aplicar

medidas de desresponsabilização do Estado, sob a forma de medidas como o incentivo a iniciativa privada, mercado de terras e transferência de gestão aos agricultores. Aprego o órgão que a partir de tal política, com a emancipação dos perímetros engendraria a autogestão dos produtores (BRASIL, S/D; CESAR, 1999). Em virtude da especificidade histórica dessa experiência consideramos que ela constitui-se como um objeto empírico que permitirá encontrar respostas a questão da pesquisa.

Entendemos que diante do contexto de reestruturação produtiva com o aumento do desemprego e precarização das relações de trabalho, o estudo de alternativas a falta de emprego e corroboração no desenvolvimento e consolidação dessas alternativas torna-se de extrema importância no sentido de contribuir para dirimir a exclusão no país. Compreender as práticas das experiências de políticas públicas voltadas à autogestão, no que tange aos seus aspectos que remetam à possibilidade superação da alienação do trabalho, torna-se cada vez mais importante para a afirmação desses empreendimentos associativistas, hoje sob a forma da economia solidária.

Além disso, a relevância do estudo será proporcionar reflexões que remetam, desde práticas cotidianas a mecanismos que possibilitem um melhor funcionamento e maior realização no trabalho, democracia e igualdade dos atores na construção coletiva de suas formas de produção.

Ademais, o presente estudo justifica-se pela importância da reflexão sobre formas alternativas de gestão, o que nos remete também ao questionamento da literatura hegemônica que é ensinada e praticada na Administração, corroborando concomitantemente a reflexão e crítica à organização da sociedade contemporânea.

Na organização da dissertação apresentamos inicialmente, no que tange ao referencial teórico, a concepção de trabalho em Marx enquanto fundamento ontológico. Após isso, apresentamos a prática do trabalho dentro do sistema capitalista, a alienação do trabalho, em que o ser humano é separado do produto do seu trabalho e do processo produtivo, caracterizando assim, ao contrário da relação primordialmente humana, uma situação de trabalho sacrifício, trabalho desconfortável e obrigatório. Discutiremos também nesse ponto, a contradição capital/trabalho, a força de trabalho do homem enquanto mercadoria, a reificação e mercantilização das relações de trabalho.

Em seguimento, apresentaremos os reguladores sociais apontados por Lukács (2010), entendendo-os enquanto reguladores das ações humanas. Ciente que os reguladores sociais referem-se à ética, moral e valores balizadores de comportamentos e concepções presentes em toda e qualquer sociedade, compreendemos os reguladores sociais enquanto política pública, pois estas categorias intervêm na sociedade em prol do atendimento de demandas sociais condicionando comportamentos e valores. Além disso, os reguladores sociais norteiam as ações das políticas públicas.

Nesse sentido, discutiremos as políticas públicas à luz da discussão dos reguladores sociais lukaesianos e após isso apresentamos as políticas públicas na visão tradicional da literatura hegemônica.

Após discutirmos as políticas públicas apresentamos a Economia Solidária, o seu surgimento, características e sua lógica que se propõe a ser contrária aos empreendimentos capitalistas tradicionais, sobretudo considerando-se sua fundamentação na cooperação e solidariedade.

Corroborando a discussão sobre Economia Solidária, na seção seguinte, discutiremos as unidades típicas da Economia Solidária: as cooperativas. Apresentaremos o seu surgimento na Europa, o cooperativismo popular e sua expressão no Brasil, características e princípios.

Após isso, discutiremos um dos princípios da Economia Solidária: a autogestão. Apresentaremos seu caráter divergente a heterogestão, típica dos empreendimentos e lógica capitalista, pautados na alienação do trabalho. Corroboraremos a discussão, a perspectiva marxiana de autogestão e a perspectiva proudhoniana ambas alinhadas à crítica à sociedade capitalista e à corrente apropriação do trabalho, as quais são inerentes no sistema capitalista e discutiremos que a superação a esta forma de organização do trabalho pressupõe a transcendência ao estranhamento do trabalho, possibilitado por meio da mediação direta entre homem e natureza.

Na seção seguinte à discussão teórica apresentaremos a metodologia a ser utilizada na realização da pesquisa, o método materialista histórico dialético. De caráter qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Após discussão sobre aspectos metodológicos, apresentaremos inicialmente a Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão e a aproximação a campo. Em seguimento, na forma de narrativa os dados serão apresentados e analisados cronologicamente desde a formulação e implementação inicial da política pública até a forma como se manifesta na atualidade a gestão, organização do trabalho e relações sociais em torno da cooperativa.

A análise dos dados está estruturada em três tópicos, nos quais metaforicamente comparo os dados e contexto histórico da cooperativa a etapas da produção agrícola. No primeiro tópico - “O preparo da terra: a formação da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão” - apresentaremos os anos iniciais de surgimento e fundação da cooperativa conjugado à formulação e implementação da política pública de irrigação. No segundo tópico - “Cultivo - o preparo e cuidado da terra: o desenvolvimento do Perímetro Irrigado Caldeirão e da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes” - discorreremos sobre o desenvolvimento da política pública e os condicionamentos que esta ocasiona na realidade dos irrigantes e em suas relações sociais. Na terceira parte - “Colheita: os frutos do Caldeirão” - abordaremos os efeitos decorrentes da mudança da política pública de desenvolvimento social e irrigação, que passa a reger-se sob a ótica neoliberal, a partir da redução de responsabilidade do Estado e corte de gastos públicos manifestada no plano microssocial da cooperativa no corte de auxílio e transferência da gestão do projeto de irrigação aos agricultores (PROEMA) nas formas de suas organizações - a cooperativa.

Ao final apresentaremos as considerações finais, limitações e sugestão de futuras pesquisas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Trabalho, alienação e emancipação

#### 2.1.1 Trabalho: fator ontológico

Para Marx (2010), o trabalho é inerente à espécie humana, mediador fundamental na relação entre Homem e Natureza. O homem é parte e depende da natureza, esta corresponde ao mundo exterior sensível, é o que fornece as condições para a realização do trabalho e por meio da qual o trabalho se realiza. Nesse processo de transformação da natureza, o ser humano também transforma a si mesmo, posto que este é também parte da natureza.

O trabalho humano não se restringe apenas à sobrevivência e à satisfação de necessidades imediatas, o que o diferencia dos animais. A atividade humana é consciente, o ser humano a planeja e a realiza para além da necessidade básica de sobrevivência (MARX, 2010).

A respeito do trabalho, Lukács (2010; 2013), a partir de Marx, o compreende e define enquanto atividade ontologicamente humana e a qual distingue homem e animal. Isso decorre de uma característica essencialmente humana, a teleologia, a capacidade de estabelecer intencionalidade nas ações com a natureza.

De acordo com Lukács (2013), Aristóteles, enquanto um dos primeiros filósofos a tratar sobre trabalho, o caracteriza enquanto uma díade: pensar (*nóiesis*) e produzir (*poiésis*). Partindo desse pressuposto, o homem ao agir, carece anteriormente de um pensar que se reflete na capacidade de elaboração de intencionalidade, de estabelecer um objetivo. Assim, para Lukács (2010; 2013) o trabalho é um pôr teleológico.

O pôr teleológico está presente, dentre todos os exemplares de espécies do reino *animalea*, apenas na espécie humana. A diferenciação e alcance do pôr teleológico dentre as espécies deu-se por meio de um salto qualitativo, o qual, como todo salto referente à concepção materialista histórico-dialética, anteriormente contou com mudanças progressivas, sendo,

entretanto, o salto, algo qualitativamente maior. Sobre o salto qualitativo, Lukács (2013) se refere ao elo perdido evolutivo que Darwin e biólogos jamais conseguiram encontrar.

A esse respeito, Marx menciona em *O Capital*, diferenciando o trabalho de um arquiteto à atividade de uma abelha:

o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que êle figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Êle não transforma apenas o material sôbre o qual opera; êle imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1989, p. 202).

A capacidade de conceber idealmente o resultado de seu trabalho e os meios para executá-los caracteriza o trabalho como atividade essencialmente livre. Os animais são condicionados a se relacionar com a natureza mediante a satisfação de necessidades imediatas e, além disso, a produção desses seres corresponde a eles mesmos, pois “o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico” (MARX, 2010, p. 85). Já para o homem, o trabalho cria uma realidade exterior a ele próprio, passível de contemplação, ou seja, a consolidação do objeto.

É a partir do pôr teleológico que o ser humano deixa de ser um mero *ser orgânico* e configura-se em um *ser social*. O ser orgânico refere-se ao ser enquanto pertencente à natureza, o qual busca simplesmente a sobrevivência de sua materialidade biológica. A natureza, por sua vez, corresponde ao *ser inorgânico*, ser esse que existe independente de todos os outros seres – orgânico ou social – e que ao mesmo tempo os compreende. O ser social conforma-se enquanto a possibilidade de superação da condição de total suscetibilidade do ser à natureza – enquanto ser orgânico – passando a agir sobre esta – corpo inorgânico – intencionalmente, modificando-a em prol de seus próprios objetivos, o que lhe confere liberdade. Nesse processo, o ser social satisfaz suas necessidades e superando-as cria novas necessidades. Esta transformação do ser orgânico em ser social corresponde a um salto qualitativo (LUKÁCS, 2013). Os três seres, inorgânico, orgânico e social estão em interconexão ao mesmo tempo em que são distintos (LUKÁCS, 2010). Cabe destacar, que o ser social não introduz em nenhum outro ser o pôr teleológico, pois a teleologia trata de uma capacidade intrinsecamente humana<sup>2</sup> (FERRAZ *et. al.*, 2012).

---

<sup>2</sup> O que pode ser ilustrado pelo exemplo da construção de uma casa, onde Aristóteles argumenta que uma casa possui um ser material, assim como uma pedra ou uma madeira. No entanto, nenhuma alteração espontânea natural promove a construção da casa, ela é resultado do pôr teleológico, da teleologia humana e não de alguma força operante ou propriedade do ser-em-si da pedra que a constrói. Ou seja, “é necessário o poder de

A esse respeito, Lukács (2013, p. 44) argumenta que:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Essa intermediação entre os seres inorgânico, orgânico e social realizada pelo trabalho é o fundamento da práxis humana (LUKÁCS, 2010). Assim, o pôr teleológico é inerente a qualquer intervenção humana na realidade, desde aspectos como a cotidianidade até mesmo a economia ou religião (LUKÁCS, 2013). Portanto, o pôr teleológico cria uma realidade exterior ao homem e, retornando a Marx, esse fenômeno da criação de uma exterioridade recebe o nome de objetivação: “o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*Sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação” (MARX, 2010, p. 80).

Com a objetivação do trabalho, o homem cria um objeto o qual é fruto de sua produção, lhe pertence essencialmente, mas é externo a ele mesmo, é parte do mundo exterior sensível – ser inorgânico – podendo ser contemplado. Tal objeto é criado de maneira consciente, podendo estar desatrelado diretamente das necessidades imediatas de reprodução do ser orgânico, o que torna esse trabalho livre. Por ser livre e consciente, permitindo ao homem produzir além de suas necessidades, o trabalho configura-se universal e torna o Homem um ser genérico, ao contrário do animal, que por produzir inconscientemente e aliado às necessidades se produz unilateralmente (MARX, 2010).

A universalidade da atividade produtiva humana se refere ao domínio da natureza inorgânica. Dessa forma, essa universalidade permite a transformação da natureza pelo homem em seu corpo inorgânico. O corpo inorgânico se refere tanto ao que é fornecido pela natureza quanto à objetivação de uma fase histórica humana referente à atividade produtiva, ou seja, se refere a uma situação histórica da atividade produtiva e sua estrutura na forma de objetos (MÉSZÁROS, 2006). A natureza inorgânica é corpo do homem, pois o homem é parte da natureza, mas, ao mesmo tempo, esta não é corpo humano (MARX, 2010).

---

pensamento e da vontade humanos que organize material e faticamente tais propriedades em conexões, por princípio, totalmente novas” (LUKÁCS, 2013, p. 53).

A atividade produtiva então, por ser livre e consciente, conforma o homem em um ser genérico, pois é “na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*” (MARX, 2010, p. 85, grifos do autor). O homem é o único ser genérico. Em sua vida genérica o homem reconhece a si mesmo e se distingue da natureza, embora faça parte dela. Por ser genérico referimos a capacidade do homem de se reconhecer em sua espécie tanto subjetivamente, diferenciando-se, quanto a partir do reconhecimento da objetivação de obras produzidas, objetos, ou seja, o reconhecimento de sua consciência enquanto espécie manifesta por meio destas formas objetivas (MÉSZÁROS, 2006).

Para Marx (2010), a atividade produtiva é a mediação fundamental entre homem e natureza, correspondendo a sua essência, elemento ontológico. A atividade é vital. Segundo Marx, viver é realizar atividade. Nesse sentido,

a atividade produtiva é, portanto, o *mediador* na “relação sujeito-objeto” entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo *humano* de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no “objeto” (MÉSZÁROS, 2006, p. 79, grifos do autor).

O trabalho para o ser humano é essencial à sua existência e para sua realização enquanto ser humano. É fator absoluto na relação homem-natureza (MÉSZÁROS, 2006).

Avançando na explanação, é importante, mencionar que o trabalho é processo e envolve três elementos básicos: 1) o objeto do trabalho, aquilo que será trabalhado; 2) os meios de trabalho, aquilo que é posto entre o sujeito do trabalho e o objeto a ser trabalhado, visando potencializar a capacidade produtiva; e, 3) o próprio processo de trabalho, ou seja, as forças físicas e mentais envolvidas no processo de objetivação.

Ademais, Marx concebe o trabalho em seu aspecto abstrato e concreto. No entanto, não é Marx quem inaugura o pensamento do trabalho no campo da concepção do trabalho abstrato, atividade produtiva, enquanto mediação entre sujeito e objeto. Hegel é o primeiro a perceber a mediação da atividade produtiva entre homem e natureza enquanto fundamento ontológico, no entanto, percebe a relação de maneira abstrata, pois Hegel apenas concebe o trabalho abstrato, sendo atividade para Hegel, a atividade mental (MÉSZÁROS, 2006).

De acordo com Lukács (2013), Hartmann divide o elemento “pensar” da díade de trabalho proposta por Aristóteles em pôr do fim e investigação dos meios. Essa divisão de Hartmann, para Lukács, traz mais concretude à proposição Aristotélica. De acordo com Lukács (2013) a essência do pensamento de Aristóteles significa que “um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo” (LUKÁCS, 2013, p. 53).

A divisão de Hartmann, pôr do fim e investigação dos meios, é essencial para a compreensão do processo de trabalho. A segunda, investigação dos meios, corresponde à capacidade humana de conhecer e fazer uso das características e propriedades da natureza ou dos aspectos da realidade, como meio de alcançar seus objetivos, ou seja, o uso das causalidades. A investigação dos meios revela o que move os objetos em questão independentemente da consciência. Neste revelar das características e propriedades do objeto descobrem-se novas funções e possibilidades, de maneira que este pôr em movimento realiza o fim teleológico almejado. Assim, as propriedades do objeto, quando eleitas, já são previamente selecionadas para atingir o fim teleológico (LUKÁCS, 2013).

Isso significa que, para a obtenção do que visa o pôr teleológico, para o alcance do estabelecido, é necessário que o homem faça uso de instrumentos adequados da materialidade para que promovam o alcance do almejado. Nesse aspecto, as características e propriedades das atividades naturais adquirem novas potencialidades, formas ou funções a partir de combinações ou formas que o homem possa fazer uso (LUKÁCS, 2013).

(...) algo inteiramente novo surge dos objetos, das forças da natureza, sem que haja nenhuma transformação interna; o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos (LUKÁCS, 2013, p. 55).

Assim, ao mesmo tempo em que as categorias naturais se subordinam ao pôr teleológico, ocorre uma inter-relação entre causalidade e teleologia, conformando um objeto ou processo homogêneo. “Natureza e trabalho, meio e fim chegam, desse modo, a algo que é em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao final, o produto do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 55). Caso os nexos causais – causalidades – não possuam características ou funções que correspondam ao requerido pelo pôr teleológico, este passa a existir apenas na consciência, tornando-se impotente ante a natureza.

Alcançar o pôr do fim requer o conhecimento das categorias naturais, requer a transformação das causalidades naturais em causalidades postas, caso contrário o pôr do fim permanecerá apenas enquanto desejo, necessidade, algo utópico. Dessa forma, para a realização do pôr teleológico se requer a investigação dos meios adequada, caso isso não ocorra, o pôr do fim não se configura pôr (LUKÁCS, 2013).

A partir do uso das causalidades no processo de trabalho, a ação cega é transformada em seu oposto, o fim posto. Ou seja, o pôr teleológico faz uso das propriedades da natureza de maneira que a atividade que era natural se torna posta, no entanto, os seus fundamentos ontológicos naturais não mudam. Quando uma causalidade é utilizada, isso acontece em busca de um objetivo que o ser-em-si não tem, o ser-em-si não possui teleologia (LUKÁCS, 2013).

A isso, do ponto de vista do trabalho mais simplificado, de atividades que envolvam o aspecto mais do corpo orgânico e inorgânico, o homem faz uso das causalidades naturais. Já, quando se refere a atividades sociais, que envolvam grupos de pessoas ou o conjunto da sociedade, o ser humano faz uso do que Lukács chama de causalidades sociais. Ou seja, “nas formas superiores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre os outros homens [...], também nesse caso o fundamento ontológico estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento” (LUKÁCS, 2013, p. 83).

A respeito das causalidades naturais, Lukács (2013) afirma que estas se referem às características ou propriedades materiais inerentes aos componentes da natureza. A esse respeito temos como exemplos as propriedades químicas, físicas e biológicas. Dessa forma, o homem por meio do conhecimento, faz uso dessas propriedades, ou melhor, causalidades naturais em prol de alcançar algum objetivo que a envolva. Nesse sentido, é possível compreender que as causalidades naturais, as quais estão intrinsecamente ligadas às ciências naturais, são passíveis de maior precisão e exatidão.

No tocante às causalidades sociais, nos referimos, nesse caso, aos trabalhos que envolvam o ser social e suas relações, as quais são utilizadas para o alcance de algum objetivo. Cabe explicar que, como destaca Lukács (2013) o pôr teleológico que tem como objeto do trabalho o próprio homem desenvolve, como seu desdobramento, relações causais que estão além das

ideadas previamente, ou seja, constitui uma realidade que também precisa ser conhecida para que novos pores teleológicos sejam efetivados. Esse conhecimento, no campo da ciência atual, é de responsabilidade do que denominamos Ciências Humanas.

Importante mencionar ainda que o pôr teleológico, independente do objeto que será trabalhado – causalidades naturais ou sociais – não tem como prerrogativa o estranhamento (a alienação em sua manifestação negativa), mas sim a objetivação (a alienação em sua manifestação positiva). Entender a alienação em seus dois modos de ser é fundamental para compreender o processo de exploração do homem pelo homem. O subitem a seguir versará sobre essa diferenciação.

### **2.1.2 Alienação: o processo de estranhamento**

A atividade em Hegel visa à explicação para o surgimento e desenvolvimento humano e este concebe o trabalho em seu caráter universal. No entanto, por compreender atividade enquanto atividade abstrata, Hegel entende que a objetivação do trabalho é a união entre homem e objeto e a qual conforma a alienação. O que significa que em Hegel, a alienação equivale à objetivação, onde homem e sujeito tornam-se a mesma coisa, pois o sujeito alienado é o próprio objeto (MÉSZÁROS, 2006).

Hegel não acredita na possibilidade de superação da alienação, sobretudo porque não compreende a mediação fundamental ontológica entre homem e natureza pelo trabalho de maneira distinta das outras mediações que se interpõem entre essa mediação primordial, as quais se referem à propriedade privada, ao assalariamento, às trocas, dentre outras. Hegel considera essas diferentes mediações como uma só, e desprende as outras mediações citadas como naturais e como essenciais à atividade. A concepção de Marx é distinta (MÉSZÁROS, 2006).

Em Marx, ao contrário da concepção de Hegel, encontramos a separação entre sujeito e objeto a partir da noção de atividade produtiva enquanto mediação. Isto é, Marx não entende o objeto enquanto o sujeito alienado, ao contrário, em sua concepção, a alienação decorre da interposição de mediações desnecessárias – propriedade privada, assalariamento, intercâmbio,

dentre outras – entre o homem e a natureza, as quais não correspondem à mediação ontológica fundamental. Ademais, Marx concebe trabalho em seu caráter concreto, sensível, como prática, ao contrário da visão de Hegel (MÉSZÁROS, 2006).

Nesse sentido, entendendo o trabalho como mediação única necessária entre homem e natureza, Marx tem uma dupla compreensão do fenômeno da alienação: 1) em sua manifestação positiva: a objetivação da subjetividade humana; 2) em sua manifestação negativa, enquanto estranhamento entre homem e seu trabalho por meio da interposição de mediações outras na relação ontológica fundamental, tais mediações conformam a alienação do trabalho, a qual alija o homem tanto do objeto de seu trabalho quanto do processo produtivo.

Para Marx, a tarefa da filosofia deve ser a da revelação e superação das alienações e sob esse raciocínio, “Marx insiste, apaixonadamente, em que a filosofia devia transformar a si mesma com esse espírito” (MÉSZÁROS, 2006, p. 74). Nesse sentido, a compreensão da alienação do trabalho é fundamental para a compreensão de todas as outras formas de alienação humana (MARX, 2010), pois segundo sua visão sobre o trabalho, “ele se torna não só a chave para entender as determinações inerentes a todas as formas de alienação, mas também o centro de referência de sua estratégia prática apontada para a superação real da alienação capitalista” (MÉSZÁROS, 2006, p. 86).

Conforme exposto, Hegel buscou compreender a alienação historicamente antes de Marx, e a concepção hegeliana de atividade corroborou na apreensão do caráter essencial do trabalho na elaboração marxiana da teoria da alienação. Além de Hegel, Marx sofreu influência de Epicuro e da economia política inglesa na sua concepção de alienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2006).

Epicuro aborda a contradição entre essência e aparência. Marx então, ao analisar o epicurismo destaca a distinção entre essência e aparência e “é assim que o conceito de alienação surge na filosofia de Marx, ressaltando a contradição que se manifesta ‘na existência alienada de sua essência’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 68), entendendo a aparência enquanto alienação da essência.

A forma de manifestação da alienação é eminentemente histórica, devendo ser analisada conforme o contexto. Tanto a alienação como a sua superação ocorrem em um contexto histórico. O homem é alienado em decorrência de algo e em relação a algo, e essa dissociação, exteriorização, conforma uma existência autônoma (MÉSZÁROS, 2006).

Para Mészáros (2006) o conceito de autoalienação de Marx é o ponto chave de sua síntese, representando o “ponto filosófico sintetizador do dinamismo do desenvolvimento humano” (MÉSZÁROS, 2006, p. 46). Tal conceito não poderia aparecer anteriormente, pois ele representa uma série de contradições sócio-econômicas que refletem a época a que se refere. Isso corrobora a visão histórica de Marx e de que as ideias não são frutos somente de uma mente criativa ou genial, mas sim dependem das condições objetivas propícias de um determinado período histórico.

Além das condições históricas favoráveis, o desenvolvimento da teoria da alienação de Marx requereu o uso de ferramentas de análise adequadas, como a dialética, o seu uso adequado e também as condições intelectuais e de caráter de um indivíduo que intencionasse desenvolvê-las de maneira a propor a eliminação de toda e qualquer forma que permitisse a opressão e subjogação humana (MÉSZÁROS, 2006).

Assim, da mesma forma que Marx constata o trabalho enquanto elemento ontológico substancial a existência humana e a sua realização como ser social, este também percebe que o trabalho aos moldes da sociedade capitalista é aviltado e degradante pela interposição dos mediadores de segunda ordem (ANTUNES, 2010). Para ele o trabalho pode ser “manifestação da vida” (MÉSZÁROS, 2006, p. 88) ou “alienação da vida” (MÉSZÁROS, 2006, p. 88).

O trabalhador quanto mais produz menos possui. Sua riqueza é inversamente proporcional a sua produção e esforço (MARX, 2010), de forma que:

Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2010, p. 82).

Esse fenômeno paradoxal, no entanto, naturalizado dentro das relações de trabalho capitalista é ocasionado pela alienação – estranhamento – do trabalho que decorre da preponderância das mediações de segunda ordem.

Conforme exposto anteriormente, o trabalho enquanto elemento fundamental ontológico representa a mediação entre ser humano e natureza. Essa relação ocorre de maneira consciente, livre e confere ao homem além de sua compreensão enquanto ser genérico, sua humanização (MARX, 2010; ANTUNES, 2010).

A essa mediação ontológica fundamental Mészáros (2006) denomina mediação de primeira ordem. Ela é essencial ao homem independente do período histórico, conformando a universalidade da atividade e seu caráter absoluto.

No entanto, a grande conquista teórica de Marx em diferenciação aos outros filósofos e economistas políticos decorre que ele foi o único em seu contexto histórico que conseguiu perceber que as mediações secundárias que se interpõem entre homem e natureza além do trabalho são decorrências e propulsoras da atividade alienada, e como tal, não correspondem a uma necessidade fundamental na relação homem e natureza (MÉSZÁROS, 2006). A essas mediações desnecessárias, Mészáros (2006) as denominou mediações de segunda ordem, como já mencionado.

Dessa forma, Hegel, que é o pioneiro na apreensão da atividade enquanto elemento ontológico entre homem e natureza, não consegue, no entanto, diferenciar a mediação fundamental única do trabalho das mediações desnecessárias de segunda ordem, as quais são exclusivas do trabalho alienado e corroboram a opressão do homem pelo próprio homem (MÉSZÁROS, 2006).

Segundo Mészáros (2006), Hegel não avança no sentido de perceber e propor a supressão dessas mediações desnecessárias devido a sua posição social, a qual não permitiu um questionamento mais profundo à ordem historicamente vivida. Além dele, em contribuição à problemática da alienação, Rousseau chega a questionar as desigualdades sociais e problemas decorrentes da ordem capitalista que está em instituição, no entanto o filósofo também não concluiu que tais problemas são decorrentes da alienação do trabalho. Como alternativa aos problemas capitalistas decorrentes como: concentração de riqueza, privilégio dos ricos, dentre outros, o autor propõe um apelo moral, de maneira que cabe a conscientização das pessoas à solução aos problemas. No mesmo sentido agem os economistas políticos ingleses que tratam as mediações de segunda ordem como elementos fundamentais ao trabalho, entendem essas mediações como naturais e intrínsecas ao processo de trabalho universalmente.

Marx é o único que consegue entender que as mediações de segunda ordem não são intrínsecas ao trabalho. Aponta o autor enquanto mediações desnecessárias que se interpõem entre homem e natureza de maneira que promovem a alienação do trabalho, responsável pelos problemas do capitalismo e por toda e qualquer forma de alienação e opressão subsequentes (MARX, 2010).

O homem, ao diferenciar-se dos animais a partir de sua capacidade de conceber o trabalho, pensá-lo, o que o torna livre de qualquer necessidade imediata, exerce a relação ontológica fundamental. O ser humano inexistente sem o trabalho, ele é inerente à sua essência, pressuposto a sua realização plena. Ao trabalhar o homem outorga a seu objeto uma existência exterior a qual é passível de contemplação e na qual ele se reconhece, mas que não pertence diretamente ao seu corpo, é o seu corpo inorgânico (MARX, 2010). A partir da introdução das mediações de segunda ordem que se interpõem, alijam a relação fundamental correspondente ao trabalho.

Em decorrência, o produto passa a ser um elemento estranho ao homem. Nele, este não se reconhece mais e o objeto passa a ser independente e superior ao homem. A esse fenômeno Marx menciona enquanto exteriorização:

A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2010, p. 81).

A exteriorização se expressa no objeto estranhado e na atividade produtiva exteriorizada. O objeto é o reflexo da atividade produtiva (MARX, 2010; ANTUNES, 2010).

Esse estranhamento (*Entfremdung*) se processa de uma forma que o trabalhador quanto mais produz, menos tem, quanto mais aumenta sua produção mais aumenta sua subordinação ao capitalista e ao trabalho estranhado, se desefetiva a ponto de receber como resultado de seu trabalho apenas o mínimo básico para a reprodução de sua “animalidade” (MARX, 2010).

Assim, a objetivação que deveria corresponder a uma efetivação do trabalho na forma de produto, configura uma “desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador” (MARX, 2010, p. 80) através da “perda do objeto e servidão ao objeto” (MARX, 2010, p. 80) o qual adquire

vida independentemente do produtor, alienação negativa, estranhamento (MARX, 2010; ANTUNES, 2010).

“A atividade produtiva é, então, *atividade alienada* quando se afasta de sua função apropriada de *mediar* humanamente a relação sujeito-objeto entre homem e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela ‘natureza’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 81, grifos do autor).

Para Mézáros (2006), as mediações de segunda ordem, as quais estão submetidas à crítica de Marx, são mediações da mediação fundamental, ou seja, interposições que se colocam na atividade essencialmente humana, que é a intermediação entre homem e natureza pelo trabalho.

Dessa forma, “uma negação adequada da alienação é, portanto inseparável da negação radical das mediações capitalistas de segunda ordem” (MÉSZÁROS, 2006, p. 82). Tanto os economistas políticos como Hegel consideram as mediações de segunda ordem absolutas, naturalmente humanas e universais. Tomada sob esse ponto de vista a crítica da alienação será sempre parcial.

A absolutização de formas de mediação de segunda ordem, como comumente ocorre na sociedade capitalista, dissimula essas mediações desnecessárias enquanto condições essencialmente humanas (MÉSZÁROS, 2006).

Para Marx (2010), tanto a propriedade privada, como as demais categorias consideradas naturalmente humanas pelos economistas políticos da época, são decorrentes do trabalho estranhado, sendo expressões dessa relação alienada. “A economia nacional apenas enunciou as leis do trabalho estranhado” (MARX, 2010, p. 88).

Segundo Mézáros (2006), as mediações secundárias da mediação fundamental são um exemplo de condições parciais por serem especificidades históricas, não correspondendo necessariamente à essência humana em qualquer época, como é o caso da mediação essencial promovida pela atividade produtiva entre o homem e mundo exterior sensível, não podendo em decorrência disso, serem consideradas universais. Dessa forma, as mediações de segunda ordem não podem ser tomadas em seu sentido absoluto por corresponderem apenas a um

contexto histórico específico. A existência destas interposições é baseada na mediação ontológica fundamental, ou seja, dependem da mediação essencial sendo por derivação sua forma alienada (MÉSZÁROS, 2006).

Mészáros (2006), no entanto, destaca que Marx não rejeita qualquer mediação, e sim as mediações desnecessárias de segunda ordem. Para o primeiro autor, essa visão requer uma compreensão dialética. Nesse sentido argumenta que “uma rejeição de toda mediação estaria perigosamente próxima do simples misticismo, em sua idealização da ‘*identidade* entre sujeito e objeto’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78, grifos do autor).

Para uma melhor compreensão do fenômeno, recorremos ao exemplo esquemático da teoria de Marx elaborado por Mészáros (2006).

Para a compreensão tanto da relação de mediação fundamentalmente humana como do estranhamento dessa relação, os principais componentes são: H: homem; N: natureza; I: “atividade produtiva ou indústria”; P: “propriedade privada e seu proprietário”; T: “trabalho assalariado e o trabalhador”; NA: “natureza alienada”; IA: “indústria alienada” ou “atividade produtiva alienada” (MÉSZÁROS, 2006).

Na relação ontológica essencial, homem (H), natureza (N) e atividade produtiva (I) se relacionam de forma mútua. Essa interação caracteriza-se por uma “reciprocidade dialética” de forma que “o ‘homem’ não é apenas o criador da indústria, mas também seu produto”. A essa interação dialética Marx atribui a “gênese da sociedade humana” (MÉSZÁROS, 2006, p. 100) e o diferencia dos animais.

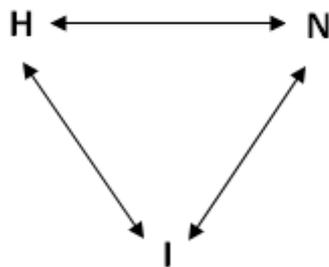


Figura 1 - Interação recíproca dialética. Função mediadora fundamental.  
Fonte: Mészáros (2006, p. 100)

Com a alienação negativa do trabalho, ou seja, com a introdução das mediações de segunda ordem, “H” é dividido em “P” e “T”, ou seja, o ser humano é fracionado em dois tipos, “T”: trabalhador assalariado, força de trabalho transformada em mercadoria e “P”: proprietário, detentor de capital. Essas duas formas de condições humanas são opostas e expressam a contradição capital/trabalho, onde “T” realiza a atividade produtiva, no entanto é “P” quem se apropria do objeto do trabalho (MÉSZÁROS, 2006).

A relação mútua original da essência humana  $H \leftrightarrow I \leftrightarrow N$  converte-se em  $P \leftrightarrow IA \leftrightarrow N$ ;  $T \leftrightarrow IA \leftrightarrow NA$ ; e em consequência também  $P \leftrightarrow T \leftrightarrow IA$ ;  $P \leftrightarrow T \leftrightarrow NA$ . As mediações de segunda ordem P e T substituem H (MÉSZÁROS, 2006).

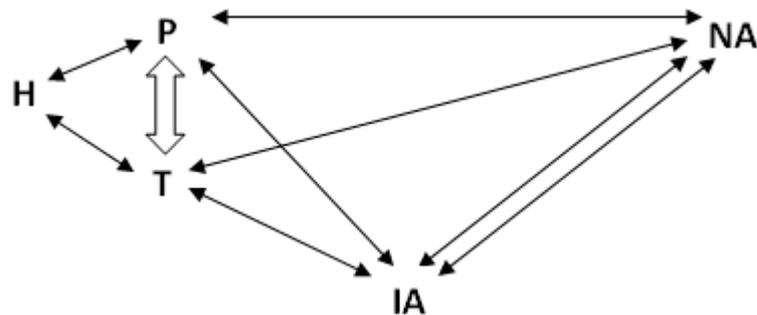


Figura 2 - Atividade produtiva estranha. Relação ontológica fundamental interposta por mediações de segunda ordem.

Fonte: Mészáros (2006, p. 103)

Mészáros (2006) argumenta que outras mediações como intercâmbio, dinheiro já estão subentendidas dentro da relação entre de P e T e por isso foram suprimidas do desenho para facilitar a compreensão dos aspectos mais relevantes.

Nessa relação alienada, o trabalho “pode ser considerado como um simples *fato material*’, em lugar de ser visto como agente *humano* da produção” (MÉSZÁROS, 2006, p. 104, grifos do autor). Sob essa concepção o trabalho é concebido apenas como um mero fator de produção (como força de trabalho), não se relacionando P e T ao homem. Ocorre uma reificação do homem e das suas relações.

Em decorrência dessa relação de produção alheia ao produtor, o trabalho representa para ele um sacrifício, é forçado, não se sente realizado no trabalho e percebe a atividade não lhe pertencendo. O trabalhador, além de produzir mercadorias, reifica a si mesmo enquanto mercadoria, passível de negociação, valor, venda. “Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se

aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste” (MARX, 2010, p. 83). O trabalho estranhado não é vida, é a negação dela (ANTUNES, 2010).

O que deveria ser a forma de sua realização plena torna-se um meio apenas a sua sobrevivência. Sob essa condição do trabalho estranhado enquanto sacrifício, a execução do trabalho somente se efetua mediante a necessidade material de sobrevivência. O que obriga a sua realização é uma necessidade externa a atividade que está sendo empreendida, não correspondendo ao objetivo do trabalho em execução, mas sim a necessidade exterior de subsistência (ANTUNES, 2010).

O despossuído produz o objeto e, paralelamente, recebe seu meio de vida. Essa dissociação entre homem e fruto do seu trabalho gera uma relação de estranhamento e servidão ao produzido (ANTUNES, 2010; MÉSZÁROS, 2006; MARX, 2010). “Segundo este duplo sentido, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro porque ele recebe um *objeto do trabalho*, isso é, recebe *trabalho*, e segundo porque recebe *meios de subsistência*” (MARX, 2010, p. 81, grifos do autor).

O trabalhador, assim, existe enquanto trabalhador e enquanto “sujeito físico”<sup>3</sup> (MARX, 2010, p. 82). É como se possuísse uma dupla personalidade. Nesse sentido, “o auge dessa servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (MARX, 2010, p. 82, grifos do autor).

A atividade produtiva reifica a relação homem/natureza a ponto de conduzi-lo ao estado de um animal, pois é anulada a capacidade do homem de pensar o próprio trabalho – no sentido de pensar-se enquanto sujeito livre, enquanto sujeito de sua própria história da humanização da espécie. Em suas funções humanas sente-se como um animal e nas funções instintivas coerente com as de animais sente-se humano. “O animal se torna humano e o humano animal” (MARX, 2010, p. 83). Estranha o objeto e estranha a si mesmo – estranhamento-de-si (*Selbstentfremdung*) (MARX, 2010, p. 83) –, estranha o seu gênero humano, equivalendo a um animal. Dessa forma, o homem torna-se um meio para o alcance dos objetivos de outro homem (ANTUNES, 2010).

---

<sup>3</sup> Importante destacar que em Marx “sujeito físico” engloba também a subjetividade do trabalhador.

O estranhamento do trabalho, então, se expressa na concepção da atividade produtiva enquanto um meio de vida, e não a própria vida. Ou seja, a atividade é desenvolvida devido a uma necessidade exterior e não em correspondência à necessidade da atividade que está sendo promovida (MÉSZÁROS, 2006). “O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele” (MARX, 2010, p. 83). O que o trabalhador recebe em troca de seu trabalho, o salário, serve apenas para a sua manutenção mínima e reprodução (MARX, 2006).

A relação de alienação do trabalho ocorre tanto no processo de estranhamento com o produto do seu trabalho, por parte do trabalhador, como da atividade produtiva em si, que passa a não ser consciente e livre, cabe destacar que a heterogestão é uma das decorrências da alienação do processo de trabalho em si.

Além dessas duas formas de alienação, ocorre também o estranhamento do ser genérico, pois o homem também desconhece a natureza exterior sensível e tendo em vista sua condição de integrante da natureza, passa a estranhar a si mesmo, a natureza e aos demais homens, ou seja, o gênero humano (MARX, 2010; MÉSZÁROS, 2006), decorre disso todas as banalizações que presenciamos na atualidade.

Perde então, dessa forma, o trabalhador, a sua universalidade. Constitui-se um animal: trabalha inconscientemente, produz somente por necessidade e exerce a atividade apenas como meio de sobrevivência. Não se reconhece como um ser genérico e dessa forma, passa a produzir unilateralmente (MARX, 2010).

Em suma, o resultado do trabalho é apropriado por um homem exterior a essa atividade, o senhor do trabalho, o capitalista, ser pelo qual o trabalho está a serviço e para o qual é fonte de alegria. Desfruta da riqueza produzida pelo trabalho alheio. Esta relação de dominação do capitalista é engendrada pelo trabalhador por meio do trabalho estranhado. “Ele engendra também o domínio de quem produz sobre a produção e sobre o produto” (MARX, 2010, p. 83).

De acordo com Mészáros (2006), a noção de alienação é basilar dentro do sistema teórico marxiano e em decorrência de todas as adversidades decorrentes desta forma de atividade, a superação da alienação do trabalho capitalista torna-se uma necessidade concreta.

A superação da alienação resultaria da extinção das mediações de segunda ordem. Em consonância, haveria a

liberação do trabalho de sua sujeição reificada ao poder das coisas, à “necessidade externa”, e também pelo estímulo consciente de “necessidade interior” do homem de ser humanamente ativo e de encontrar realização para os poderes que lhe são inerentes em sua própria atividade produtiva, assim como no gozo humano dos produtos não-alienados de sua atividade. (MÉSZÁROS, 2006, p. 89).

O ser humano não seria dissociado de sua vida genérica. A superação da alienação, designada transcendência (*Aufhebung*) para Marx caracteriza-se como uma necessidade essencial ao ser humano em seu processo de humanização. Ao contrário dos demais filósofos, aos quais a superação da alienação referia-se a um dever moral (*Sollen*), Marx trata como uma necessidade ontológica decorrente de uma situação insustentável (MÉSZÁROS, 2006).

O fenômeno da alienação e todas as suas relações causais decorrentes não são resultado do acaso nem inerentes à natureza humana, correspondem a um contexto histórico, a um “tipo de desenvolvimento histórico que pode ser alterado por uma intervenção consciente no processo histórico para ‘transcender a autoalienação do trabalho’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 14).

Enquanto correspondente a um contexto histórico, está baseada em um conjunto de regras morais que legitimem a sua perpetuação e as quais balizam as relações de trabalho alienadas. Tais regras correspondem tanto a normas e regras que podem ser impostas pela superestrutura, quanto a valores e princípios adotados pelo ser social.

Superar a propriedade privada, o dinheiro, a divisão social do trabalho e as demais mediações de segunda ordem não significa, de modo algum, estabelecer uma sociedade sem regras, normas de conduta, valores, posto que o processo de humanização mediado pelo trabalho (enquanto fator ontológico) tem como prerrogativa a constituição de reguladores sociais. Isto é, cabe frisar que, mediante toda esta compreensão dos processos relativos ao trabalho e teleologia é necessário compreender que para basilar socialmente as atividades humanas, cumprem papel os reguladores sociais, que se referem aos valores, referências morais que se estabelecem como guia a suas atividades.

Nesse sentido, compreender o papel dos reguladores sociais é, em última instância discutir sobre a liberdade humana e as possibilidades de transcender a autoalienação do trabalho. O próximo item traz algumas explicações sobre os reguladores sociais numa perspectiva lukacsiana.

## 2.2 Os Reguladores Sociais

O ser humano, conforme exposto anteriormente, a partir da teleologia do trabalho é capaz de reconfigurar suas relações materiais, de forma que se afasta de suas características biológicas e alcança maior liberdade a partir da transformação efetuada de causalidades naturais em causalidades postas. Dessa forma, deixa de estar completamente suscetível à natureza e alcança maior liberdade. Nesse sentido, os reguladores sociais são construídos como uma necessidade de regulação da atividade social e como forma de mediar os pôres do fim.

A respeito dessa necessidade Lukács (2013, p. 46) destaca:

Como o trabalho – base fundadora de toda sociabilização humana, mesmo da mais primitiva – destaca tendencialmente o ser humano da esfera das necessidades biológicas mais puramente espontâneas e de sua satisfação apenas biológica, tornando determinantes, em seu lugar, os pores teleológicos, que, por sua natureza, assumem de imediato um caráter alternativo, *são necessários, desde o primeiro instante, reguladores sociais que regulamentem as decisões alternativas que estabelecem os conteúdos da teleologia conforme as respectivas necessidades sociais vitais* (LUKÁCS, 2010, p. 46, grifos nossos).

Os reguladores sociais cumprem papel de orientar as possibilidades e alternativas dos pores teleológicos. Visam tanto balizar como estabelecer valores, comportamentos, ou seja, estão imbricados à ética. Os reguladores sociais são históricos, estão presentes universalmente em qualquer tipo de sociedade, pois regulam a ação humana em sua liberdade proporcionada a partir do trabalho.

Como exemplos de reguladores sociais têm-se regras morais, o corpo jurídico e a respectiva coercibilidade. No entanto, Lukács (2010) destaca que os reguladores sociais não são estabelecidos apenas por imposição. A ideologia é um exemplo de regulador social que não é imposto por coerção jurídica ou física.

Sobre a discussão de Lukács a respeito dos reguladores sociais, Ferraz *et al.* (2012, p. 4) mencionam:

A consideração de Lukács acerca da capacidade inexoravelmente humana do pôr teleológico apresenta o ser humano como um agente criador de possibilidades, um construtor da história. [...] Isto é, o distanciamento do ser humano das relações causais oportuniza que os seres humanos determinem (por estar dotado de consciência) o conteúdo das finalidades do ser social, determinar aquilo que nos coloca em ação. Por tratar-se de decisões conscientes e não imposições meramente biológicas e, pelas mesmas estarem imbricadas a relação recíproca entre homem-natureza, Lukács alerta para a necessidade de reguladores que balizem as decisões de tal constituição, uma vez que são os pores teleológicos que determinam o devir da humanidade. Em suma, se há relativa liberdade das determinações biológicas para a reprodução do ser social, este não impescinde da regulamentação ética. A regulamentação é da esfera da ética porque Lukács chama a atenção para a existência de regras sociais conscientemente instituídas enquanto meio da efetuação do desenvolvimento pleno do ser social.

Não cabe discutirmos nesse texto a natureza e a funcionalidade do Estado, mas a despeito de todas as colocações de Poulantzas<sup>4</sup> (1986, p. 42), concordamos que o “Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social” e assim, sua competência está para o estabelecimento de reguladores sociais.

Nesse ínterim, é possível afirmar que as políticas públicas são, também, exemplos de reguladores sociais, pois é possível, por homologia, afirmar que a política pública é uma ação do Estado visando o atendimento de determinada necessidade social, que, ao mesmo tempo, são princípios balizadores da ação do Estado e da sociedade civil, para usar um termo de Gramsci (2001). Ademais, a política pública é trabalho, pôr teleológico, e simultaneamente age na realidade interferindo em determinado tipo de problema, o que fomenta valores e princípios.

---

<sup>4</sup> Sobre as limitações da teoria do Estado em Poulantzas, Ferraz (2010) menciona que para o referido autor “um Estado se caracteriza pela autonomia dependente das lutas econômicas e das lutas políticas, do poder político e do poder econômico, dos interesses econômicos de classe e dos interesses políticos de classe (POULANTZAS, 1986). Essa autonomia decorre da ausência de um sujeito fixo, de modo que:

a legitimidade deste Estado está agora baseada, não na vontade divina implicada no princípio monárquico, mas no conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o povo. [...] O próprio “povo” é erigido em princípio de determinação do Estado [...] enquanto massa de indivíduos-cidadãos, cujo modo de participação em uma comunidade política nacional se manifesta no sufrágio-universal, expressão da “vontade geral” (POULANTZAS, 1986, p. 119).

Entretanto, como a igualdade e a liberdade são apenas uma abstração que segue os parâmetros do sistema jurídico moderno, este Estado acaba por constituir a coesão a partir das características de um dos níveis de formação social, no caso, a classe burguesa. Portanto, o Estado capitalista, possui um sujeito fixo, que em última instância, baseia sua legitimidade na *vontade divina do capital*.

De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas:

são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

As políticas públicas então cumprem papel de reguladores sociais que orientam a teleologia do Estado, e dessa forma, em geral, tem por teleologia a manutenção de uma determinada ordem, por meio do atendimento de determinadas necessidades sociais.

A respeito das políticas públicas, para melhor compreensão, é interessante entendermos sua fundamentação, processo de formulação, implementação e avaliação para compreendermos melhor o seu papel enquanto um regulador social. Esta explicação trará mais concretude para a compreensão do papel da política pública enquanto um pôr teleológico que cumpre papel de regulador social. Assim, no próximo tópico apresentamos a compreensão tradicional sobre políticas públicas no que tange a literatura de formulação e implementação dessas políticas. Em seguida, abordamos a visão de política pública a partir da concepção lukacsiana de reguladores sociais, a qual vai de encontro ao entendimento dessas políticas enquanto trabalho e teleologia em prol do atendimento de determinada necessidade social, colaborando a manutenção do metabolismo societal do capital.

## **2.3 Políticas Públicas**

### **2.3.1 As discussões e modelos atuais de políticas públicas**

O ser social possui uma vasta complexidade de características e atributos distintos variando desde aspectos simplórios como idade, escolaridade, abrangendo aspectos mais complexos e conflitivos como as classes sociais. Dessa forma, dentro do complexo societal do capital é necessário administrar o conjunto dos interesses que se apresentam, até mesmo como forma de sua auto-reprodução e sobrevivência.

Nesse sentido, de acordo com Rua (1997), existem duas formas de se administrar os conflitos e divergências de interesses surgidos, uma é por meio da coerção e a outra por meio da política. Pondera a autora que, quanto mais a coercibilidade é utilizada, maiores são seus custos e menores os seus impactos, o que coaduna ao pensamento lukácsiano de que os reguladores sociais não são somente impostos, mas também relativos à consciência e valores adotados pelo ser social.

De acordo com Rua (1997, p. 1) política “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Por política pública Rua (1997, p. 1) define enquanto “conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”.

Política pública e decisão política são questões distintas. Política pública requer uma série de decisões e concatenamento de ações estratégicas de forma a colaborar a implementação da decisão escolhida. Uma decisão política significa a escolha dentre uma série de alternativas de acordo com critérios de relevância e interesses (RUA, 1997).

Assim, conforme exposto, é possível entender que a política pública trata-se de um pôr teleológico, o qual para sua realização envolve um conjunto de outros pôres teleológicos, os quais fazem uso das causalidades sociais, utilizando-as e trabalhando-as como causalidades postas e frequentemente realizando o acompanhamento dos resultados em desenvolvimento de maneira a se buscar alternativas caso não estejam seguindo o caminho esperado.

Em relação a esse tipo de reguladores sociais, as políticas públicas, Souza (2006) argumenta que nas últimas décadas as políticas públicas retornaram ao centro de debates e acentuou-se o seu campo de estudos devido a alguns fatores, como por exemplo, a adoção de agenda de redução de gastos pelos países, sobretudo os em desenvolvimento, além também da substituição das políticas keynesianas dos países por políticas restrição de gastos e o terceiro aspecto que corroborou com esta retomada, refere-se aos países em desenvolvimento, sobretudo os da América latina que não conseguiram equacionar uma política pública que promova o desenvolvimento e a inclusão social.

A política pública enquanto área de conhecimento e estudo surge nos Estados Unidos da América (EUA) e, ao contrário do cenário europeu, o qual inicia os estudos sobre política

pública enquanto derivação dos estudos de estado e governo, nos EUA não ocorre essa intermediação e transição entre os estudos de Estado, havendo um direcionamento logo para as “ações” do governo (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2006), a área nasce como uma subárea da ciência política. O argumento de fundamentação e de consolidação da área de políticas públicas se refere à ideia de que em uma democracia estável é possível se conhecer e formular cientificamente as ações do governo.

Existem três caminhos de estudo da ciência política. O primeiro que a encara como o estudo das instituições como forma de controlar e limitar desvios e paixões dos governantes, os quais são humanos. O segundo caminho trilha pela ênfase no poder local para o bom governo. O terceiro caminho enxerga a política pública enquanto ramo da ciência política que busca entender as ações do governo (SOUZA, 2006).

De acordo com Ruz (1997) uma política pública envolve uma decisão política mas nem toda decisão política corresponde a uma política pública. As políticas públicas, devido a seu caráter público, possuem viés imperativo, o qual responde a autoridade do poder público, que possui caráter soberano. Podemos mencionar que esse caráter soberano é um regulador hegemônico na sociedade do capital e, em última instância, é um regulador que transfere a autoridade e legitimidade para um sujeito abstrato, o Estado, para decidir quais são as necessidades sociais que a *res publica* deve satisfazer e como ela deva ser satisfeita. Segundo essa reflexão, é possível considerar que as políticas públicas tanto determinam o conteúdo do que são as necessidades sociais, como são por essas determinadas.

Na tradução da literatura das Ciências Políticas: as políticas públicas são atividades políticas e processam os *inputs* e *withinputs*. *Inputs* e *withinputs* remetem a demandas e suportes, demandas como, por exemplo, reivindicações de serviços como saúde, educação, segurança, participação política, estabelecimento de algumas normas, etc. Os suportes estão relacionados a classe governante. Ex.: cumprimento de normas e regulamentos relativos ao sistema político, variando de ações mais simples como pagamento de tributos, respeito a símbolos e a autoridades, exercício de votação a mais complexas como o engajamento em algum programa governamental (RUA, 1997).

Os *withinputs* também representam apoio, no entanto são distintos dos *inputs* devido a serem originários propriamente do sistema político ou de seus componentes. Ex: parlamentares, poder executivo, poder judiciário (RUA, 1997).

A área de política pública é considerada fundada por 4 principais teóricos: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton (SOUZA, 2006).

Não existe apenas uma definição de política pública. Algumas se referem ao conjunto de atividades do governo que interferem na vida dos cidadãos, outra enquanto as realizações ou não realizações do governo. “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24).

Segundo Souza (2006), Laswell, como forma de estabelecer diálogo entre academia, grupos de interesse, governo e também almejando aproximar conhecimento científico da produção empírica do governo, incorpora a expressão *policy analysis* (análise de política pública).

As políticas públicas, de maneira geral, almejam dar respostas às demandas sociais, sobretudo relativas a setores da sociedade que se encontram em situação de vulnerabilidade ou à margem. Como forma de atendimento dessas demandas se constitui uma agenda governamental, a qual é influenciada por inúmeros fatores, conforme serão melhor descritos posteriormente (TEIXEIRA, 2002).

Os governos buscam atender as demandas que lhe surgem tanto por atores externos como por parte dos próprios membros do governo, buscando apoios para suas ações. O atender de demandas potencialmente configura apoios, sobretudo pelos beneficiados (RUA, 1997).

De acordo com RUA (1997), existem três tipos de demandas: as novas, recorrentes e reprimidas. Demandas novas são as relativas a surgimento de novos atores sociais, os quais não existiam antes, ou estavam desorganizados, e a novos problemas. No que concerne ao segundo tipo, demandas recorrentes, se referem aos problemas que não foram resolvidos ou não foram solucionados adequadamente, retornando sempre ao centro dos debates e reivindicações. Já as demandas reprimidas são as concernentes a não decisões.

Nesse ponto entendendo a política pública como campo multidisciplinar, o que implica permitir vários olhares, existem diversas teorias e explicações como forma de compreender o que leva determinada demanda a compor a agenda de governo, ou não. Aqui vale lembrar a necessidade de entender as causalidades sociais explicadas por Lukács, posto que é o conhecimento das causalidades (naturais e sociais) que condicionam o modo de intervenção na realidade sensível.

Na visão do pluralismo, se compreende que em sua versão simplificada os governos atendem – na elaboração e implementação de políticas públicas – as reivindicações dos grupos de interesses. Já na visão do elitismo, em sua versão simplificada, o governo atende aos interesses de certas classes sociais (SOUZA, 2006).

Ainda dentre as perspectivas teóricas, existe aquela que entende o Estado enquanto possuidor de relativa autonomia, o que o proporciona capacidades como a possibilidade de elaboração de políticas públicas. Nesse processo, outros segmentos, como por exemplo, grupos de interesses e movimentos sociais também se envolvem na formulação de políticas públicas. Variando as influências conforme o tipo de governo e coalizões (SOUZA, 2006).

Corroborando a isso, no processo de formulação de políticas públicas participam atores públicos e atores privados. Atores públicos são os que movimentam recursos públicos e executam funções públicas, dentre os quais existem dois tipos: os políticos e os burocratas, sendo os políticos os que são eleitos para representação do povo e os burocratas aqueles que ocupam cargos públicos podendo ser por conhecimento ou por carreira (RUA, 1997).

Com relação aos atores privados, temos os empresários. Possuem grande influência sobre as políticas públicas, podendo se manifestar individualmente ou coletivamente. Dentre outros atores, existem os trabalhadores, que dentre suas várias formas de atuação têm entre a mais comum a via de seu sindicato ou algum tipo de associação. Ainda existem outros atores como, por exemplo, os agentes internacionais a exemplo do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e atores transacionais (RUA, 1997).

Em resumo, trata-se de considerar quem são os grupos sociais que estão determinando qual(is) regulador(es) social(is) (é) são considerado(s) na constituição do conteúdo novo regulador social que irá condicionar as formas de atender a determinadas necessidades sociais.

Ademais, existe como ator que influencia na formulação das políticas públicas a mídia, enquanto formadora de opinião, capaz de influenciar demandas a partir da capacidade de chamar atenção da população e de grupos de interesses. Nesse sentido, os atores geralmente são aqueles que estão relacionados com a política pública e que possuem algum interesse (RUA, 1997).

Segundo Souza (2006), Theodor Lowi foi quem elaborou a principal tipologia sobre política pública embasado na ideia: “a política pública faz a política” (SOUZA, 2006, p. 28). Esta frase significa que cada política pública terá apoio e rejeição diferentes por grupos distintos, havendo disputa em torno destas. Lowi acredita que a política pública pode apresentar quatro formas: i) políticas distributivas: consideram a necessidade de determinados grupos em detrimento de outros, e desconsideram a limitação de recursos; ii) políticas regulatórias: são mais perceptíveis à população e envolvem políticos e grupos de interesses; iii) políticas redistributivas: abrangem um número maior de beneficiários e acarretam em perdas para determinados grupos sendo os benefícios futuros e incertos, por exemplo: políticas sociais universais, sistema tributários e sistema previdenciário; e iv) políticas constitutivas: relativas a procedimentos.

Teixeira (2002) apresenta alguns outros critérios, o autor classifica as políticas públicas quanto à natureza e o grau de intervenção em: i) estrutural: relativas a impactos em aspectos estruturais como emprego e propriedade e ii) conjuntural ou emergencial: buscam atender a uma situação de um determinado contexto ou emergência. Ainda segundo o autor, quanto à abrangência dos benefícios, este classifica as políticas públicas em universais que beneficiam a todos os cidadãos, segmentais, as que estão voltadas apenas a uma parcela da população e fragmentadas que são destinadas a subgrupos dentro dos segmentos.

Sobre a questão da formulação de políticas públicas, existem problemas que incomodam, mas não chegam a compor uma prioridade a ponto de ser incluído na agenda governamental. Neste caso trata-se de um estado de coisa. Quando alcança o ponto de ser incluído na agenda, trata-se de um problema político. Algo pode permanecer em um estado de coisas durante muito tempo, dependendo do nível de complexidade que envolva, como por exemplo, aspectos culturais ou institucionais. A esses casos em que não se configuram uma demanda chama-se não-decisão (RUA, 1997).

De acordo com Rua (1997), a não-decisão não significa necessariamente que algo não foi decidido. E sim, que existem empecilhos de ordem moral, política ou de valores que impedem que algo seja colocado na agenda governamental. Dessa forma, o problema permanece em um estado de coisa. Para que um estado de coisas se transforme em um problema é necessário que: i) haja mobilização política; ii) configure uma situação alarmante de crise ou calamidade, de forma que o estado de coisas ocasione um ônus maior do que a não resolução; iii) acarrete oportunidades.

Existem alguns modelos que visam explicar o que leva o governo a desenvolver ou não determinadas ações que influenciam a vida dos cidadãos. Apresentaremos brevemente os principais, os quais correspondem a: Incrementalismo, o Ciclo da política pública, *Garbage can* ou “lata de lixo, Coalizão de defesa (*advocacy coalition*), Arenas sociais e Equilíbrio interrompido.

Segundo o modelo denominado Incrementalismo, acredita-se que os recursos de uma política pública são baseados em decisões incrementais e marginais que desconsideram aspectos substantivos dos programas. Sendo as decisões governamentais apenas complementares e de pouca substância. “É do incrementalismo que vem a visão de que as decisões tomadas no passado constroem decisões futuras e limitam a capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas ou de reverter à rota das políticas atuais” (SOUZA, 2006, p. 29).

O modelo incremental tem como um de seus defensores Lindblom, e propõe a escolha de solução com base na comparação de alternativas e na realização de estimativas de maneira que aconteça de forma gradual, sem grandes rupturas. Nesse sentido, segundo esse modelo, a melhor alternativa não é necessariamente a que alcança os maiores objetivos, mas a que preza por um melhor entendimento entre os envolvidos (RUA, 1997).

De acordo com Rua (1997), sob o viés desse modelo, entende-se que as tomadas de decisões e ações estão relacionadas a questões do passado, ou seja, tudo está relacionado, tratando-se de um *continuum*. As ações constituem processos sucessivos, dessa forma, são influenciadas por decisões e aspectos anteriores. Assim, a tomada de decisão e implementação de recursos e ações está limitada por questões anteriores, sendo as decisões políticas limitadas, tornando-se marginais, incrementais.

Por essa perspectiva, enxergar a tomada de decisão inserida num contexto de gradualidade, “o incrementalismo pode ser uma importante estratégia para adoção de políticas com alto potencial de conflito, ou políticas que implicam limitação de recursos ou de conhecimentos, de maneira a garantir melhores condições para sua implementação” (RUA, 1997, p. 9).

Na visão do Ciclo da política pública, entende-se a política pública como um ciclo dinâmico composto por vários estágios. “O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 29).

Esta abordagem enfatiza o papel da agenda e questiona o que leva algumas políticas a entrarem na agenda e outras não. Dentre as vertentes da tipologia ciclo da política pública, algumas enfatizam o aspecto dos participantes nas decisões, outra mais a questão da formulação da política pública.

Segundo o ciclo da política pública, ao questionamento de como os governos definem sua agenda de política pública são dadas três respostas. A primeira argumenta que é necessária de início a definição da existência do problema para que se possa fazer algo para resolvê-la. A segunda resposta remete a forma como se constrói a consciência coletiva relativa à percepção da necessidade de resolução daquele problema.

Segundo essa concepção, a consciência coletiva é fator preponderante na colocação de determinado problema na agenda. Esta conscientização pode ocorrer via mudanças na forma de enxergar o mundo, via mudança eleitoral, relativamente à influência e expressão dos grupos de interesse. A terceira resposta considera os participantes, os quais são classificados em visíveis e invisíveis, sendo os visíveis os que definem a inclusão da política pública na agenda e os invisíveis as orienta, no sentido de alternativas. Os visíveis são os grupos de pressão, políticos, partidos e mídia. Os invisíveis a academia e burocracia (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2006) um outro também conhecido modelo, é o modelo *Garbage can* ou “lata de lixo”, formulado por Cohen, March e Olsen. Segundo esse modelo, a escolha das políticas públicas são realizadas a partir de alternativas que estivessem como em uma lata de lixo. Assim, existem mais problemas do que soluções. De acordo com esse modelo, as organizações são anárquicas e agregam um conjunto de ideias sem grandes consistências, de

forma que as preferências das organizações são determinantes para a ação na resolução de problemas e estas operam com base em um sistema de tentativa e erro. Nesse sentido, o *Garbage can* é composto pelo conjunto de problemas e soluções apresentados pelos participantes.

Um outro modelo teórico é o Coalizão de defesa (*advocacy coalition*). Segundo essa visão, as políticas públicas são entendidas enquanto subsistemas que interagem com o ambiente partindo dessa interação para o norteamento dos rumos da política pública. Enfatiza esse modelo teórico aspectos como valores, ideias que são desconsideradas em muitos modelos, como por exemplo, no *Garbage can*. Consideram os subsistemas das políticas públicas correspondentes cada um a coalizações de defesa diferenciando-se pelos seus valores e ideias (SOUZA, 2006).

Souza (2006) nos apresenta também outro modelo teórico em políticas públicas, refere-se às arenas sociais. Nesse modelo as políticas públicas são encaradas como resultado de empreendedores políticos. Acreditam que para que um problema passe a compor a agenda de políticas públicas é necessário que se chame a atenção a cerca desse problema e que haja convencimento por parte das pessoas. Nesse sentido, existem três formas de chamar a atenção a respeito de um problema: a) conhecimento de indicadores; b) eventos ou repetição do mesmo problema e c) feedback sobre as atividades do governo (SOUZA, 2006, CAPELLA, 2006).

De acordo com Capella (2006), os indicadores tratam-se de dados que auxiliam na informação. Indicadores apenas não são suficientes para garantir a mobilização governamental em prol da transformação daquela situação em uma política pública. “Contribuem para a transformação de questões em problemas, principalmente quando revelam dados quantitativos, capazes de demonstrar a existência de uma situação que precisa de atenção” (CAPELLA, 2006, p. 27).

Está por trás dessa defesa, a crença que o ser social é passível de mensuração, tal qual os ser orgânico e o inorgânico, ou seja, causalidades sociais estão equiparadas às causalidades naturais. Trata-se, portanto, de um equívoco, pois desconsidera a natureza do ser social: sua capacidade de idear e agir com intencionalidade, sua liberdade.

Outro mecanismo que reforma a transformação de uma questão em problema se refere a eventos, crises ou símbolos que reforçam e chamam a atenção para determinada problemática. Não chegam a colocar de imediato um problema na agenda, mas colaboram na percepção de determinada questão enquanto problema. O terceiro mecanismo se refere a um retorno sobre os programas do governo, como por exemplo o monitoramento de gastos governamentais, avaliação de resultados, metas e reclamação de cidadãos sobre determinado programa governamental.

Todos esses três grupos colaboram para a colocação de um problema na agenda governamental, no entanto, é necessário “compreender que problemas são construções sociais, envolvendo interpretações” (CAPELLA, 2006, p. 27).

Entendendo que os empreendedores de política pública constroem redes sociais, esse modelo estuda as redes e relações entre indivíduos e grupos e suas relações com estruturas e estratégias. Por último, temos o modelo do equilíbrio interrompido, o qual é fundamentado em conceitos da biologia e computação. Segundo esta abordagem, a política pública convive com períodos de longa estabilidade os quais são interrompidos por momentos instáveis que provocam mudança na agenda de políticas públicas.

Acredita-se nessa visão que os seres humanos possuem limitações no processamento de informações, de maneira que estas são processadas paralelamente e não simultaneamente. Nesse sentido, defende que se pode realizar mudanças incrementais como também mudanças mais radicais na política pública (SOUZA, 2006).

De acordo com Ruz (1997), a partir então da etapa de formulação de políticas públicas, quando um problema passa a compor a agenda governamental, forma-se um *input*. A partir do *input* inicia-se a etapa de formulação de alternativas. É na etapa de formulação das alternativas que se inicia a disputa de ideias e entra em confronto os interesses dos atores políticos, cada um com seu poder de influência e força política. Cada ator político possui o seu ponto de vista e seus interesses (o que envolve as relações de poder, aspectos simbólicos, etc). Em outras palavras, trata-se da luta de classes, ainda que se manifesta na luta entre estratos das classes.

Realizada essa sucinta explanação sobre as diferentes compreensões e discussões sobre políticas públicas, cabe salientar o que está sendo proposto, neste trabalho como o entendimento da política pública enquanto regulador social, tema do próximo subitem.

### **2.3.2 Política pública enquanto reguladores sociais**

Os reguladores sociais são inerentes ao ser social, dessa forma, são presentes universalmente em qualquer tipo de sociedade, pois regulam a ação humana em sua liberdade proporcionada a partir do trabalho.

Conforme apresenta Lukács (2010), os reguladores sociais cumprem papel de regulamentar os pores teleológicos mediante a extensa possibilidade de decisões relativas à teleologia. O trabalho em sua execução pode acarretar conflitos à sociedade. Nesse sentido, o ser social tem de balizar os pores teleológicos no sentido do interesse comum. Os reguladores sociais são formas de regulamentar a ação orientada humana, pôr do fim. Estes se manifestam por meio de prescrições, normas, como por exemplo, as leis e sistema jurídico e respectiva coercibilidade, as quais podem ser impostas, como também de anuência da própria sociedade, da ordem da ética, valores, princípios que são adotados pelos próprios seres sociais, o que remete à cultura. Nesse sentido, Lukács (2010) argumenta sobre a importância da ideologia para a manutenção da ordem na sociedade do capital:

a ideologia – em última análise – tem de ordenar essas decisões isoladas em um contexto de vida geral dos seres humanos e esforçar-se por esclarecer ao indivíduo como é indispensável para sua própria existência avaliar as decisões segundo os interesses coletivos da sociedade (LÚKÁCS, 2010, p. 47).

Dentre as formas manifestas de regulações sociais, além do sistema jurídico e da ideologia, temos, como já mencionado, as políticas públicas, as quais são formas de regulamentação das alternativas possíveis aos seres sociais e as quais condicionam e são condicionadas pelos reguladores sociais (FERRAZ, *et al.* 2012). Nessa perspectiva, de acordo com Ferraz *et al.* (2012, p. 7):

[...] política pública é um regulador social que se manifesta pela ação concreta derivada de decisões (intenção, representada por suas diretrizes) que visam interferir

na realidade, condicionando novos reguladores sociais e estabelecendo (direta ou indiretamente) os conteúdos das necessidades sociais essenciais. Em outras palavras, as políticas públicas são manifestações do pôr teleológico, da esfera da regulamentação, que condicionam outros reguladores sociais bem como o conteúdo das necessidades sociais vitais necessárias ao desenvolvimento do ser social.

Nesse sentido, a política pública também corresponde a um pôr teleológico. Conforme descrito, se refere um por teleológico que faz uso das causalidades sociais. Dessa forma, enquanto referente a uma atividade social, envolve outras pessoas e para a consecução do pôr teleológico, deve realizar o espelhamento<sup>5</sup> da realidade para a adequada utilização das causalidades sociais. Conforme a noção de trabalho socialmente desenvolvido, envolve uma série de pôres teleológicos, ao mesmo tempo em que existe um pôr teleológico principal.

Nesse processo de trabalho em políticas públicas, em que se estabelece o pôr teleológico central o qual envolve outros pôres teleológicos secundários, realiza-se constantemente a avaliação da realidade e dos resultados em desenvolvimento, de forma que, ao analisar se acaso as questões não estão de acordo com o esperado, se intervém utilizando-se de alternativas frente às possibilidades.

Desse modo, as políticas públicas manifestam-se como um objeto de estudo de excelência no que tange à análise dos conteúdos dos reguladores sociais já instituídos que são acionados (ou rechaçados) para, por meio de novos reguladores (manifesto na forma de uma política pública), condicionar ou reforçar os conteúdos das necessidades sociais vitais a serem atendidas, visando instituir uma nova forma de sociabilidade ou a manutenção de um determinado *status quo*, em suma, trata-se também de um objeto de investigação quanto às lutas de classe, posto que, o pôr teleológico estabelecido na política pública é influenciado pelas representações sociais, valores, crenças, etc., daqueles que a constituem e daqueles que a implementam, assim, as políticas públicas são carregadas de disputas de interesses, configurando-se como um espaço de luta.

---

<sup>5</sup> Lukács (2013) denomina espelhamento a avaliação, observação e representação da realidade para a partir de então se realizar a intervenção conforme a análise das causalidades adequadas ao pôr do fim. No espelhamento ocorre uma reprodução da realidade na mente e a dissociação entre sujeito e objeto. Na mente, a representação é uma reprodução da realidade e não a realidade em si, o sujeito é separado na consciência do mundo objetivo, onde no espelhamento a realidade existe independentemente dos sujeitos. Constrói-se então uma nova objetividade. A separação entre sujeito e objeto é importante para o processo de trabalho, pois, se o sujeito não fosse capaz de reproduzir na mente o mundo objetivo, não existiria trabalho. Ao apreender a realidade se realiza o espelhamento, no entanto, o espelhamento permite a possibilidade de erro na apreensão. É impossível se fazer um espelhamento completo e completamente correto da realidade, tendo em vista que esta possui infinitude. Assim, o espelhamento é sempre uma projeção, mas não a realidade em si, pois “as representações jamais possam ser cópias fotográficas mecanicamente fiéis da realidade” (LUKÁCS, 2013, p. 67).

Considerando o papel do Estado burguês mediante as disputas de interesse, as políticas públicas agem mediando conflitos, a “incluir” setores marginalizados da sociedade, a responder a determinada demanda social, a dirimir problemas, o que corrobora a manutenção da ordem capitalista conciliando os interesses de classe e buscando a diminuição das tensões provenientes das desigualdades causadas pelo próprio modo de controle antagônico do sociometabolismo do capital.

Isso significa que as políticas públicas de proteção social e trabalho são formas de amenizar os conflitos sociais advindos do próprio capital, produzidos a partir da apropriação do trabalho e da concentração da riqueza. Ademais, as políticas públicas de proteção social e trabalho também são frutos da luta política de trabalhadores em prol do atendimento de suas demandas sociais numa relocalização dentro do capital (BARBOSA, 2007) ainda que a intencionalidade seja para ir além dele, posta a necessária superação da autoalienação do trabalho para a continuidade do processo de humanização do ser social.

Um exemplo ainda polêmico sobre políticas públicas, posto que ainda não há consenso se ela traz em seu bojo a possibilidade de criar as condições necessárias para a superação da autoalienação do trabalho é a denominada economia solidária. Ela é resultado das lutas dos trabalhadores organizados que perderam suas fontes de renda com a implantação da reestruturação produtiva no Brasil, em resumo, ela é dentre as políticas públicas, aquela que busca a diminuição das desigualdades sociais.

A Economia Solidária atua nesse objetivo a partir do fomento a geração de trabalho e renda. Por meio do estímulo à associação de trabalhadores, a política pública de Economia Solidária aponta para o incentivo do governo a promoção do trabalho inovando ao se fomentar o trabalho por uma via distinta a do emprego assalariado (BARBOSA, 2007), contudo, como veremos, ela pode instituir-se como uma nova possibilidade de relação com o trabalho por um lado, mas por outro, pode consolidar-se como mais um mecanismo de precarização das relações de trabalho. Para esmiuçarmos esse debate, o item a seguir apresenta algumas considerações a respeito dessa política pública.

## 2.4 A Economia Solidária

Além da alienação do trabalho ser a forma corrente de organização do trabalho dentro do sistema capitalista e a qual, conforme exposto anteriormente, ocasiona adversidades e opressão ao trabalhador, o mundo do trabalho nas últimas décadas vem passando por mudanças significativas.

A partir do processo de reestruturação produtiva surgido com a era neoliberal – em meados dos anos 1980 que promove a modificação da natureza do trabalho industrial tanto do ponto de vista organizacional, quanto do ponto de vista da flexibilização do trabalho – decorre a precarização do mundo do trabalho no Brasil (ANTUNES, 2000).

Apresenta-se então o desemprego estrutural e a precariedade dos empregos e salários atingindo a classe operária contemporânea. Soma-se a isso, uma grande parcela de pessoas marginalizadas à legislação trabalhista, em decorrência de possuírem trabalhos informais, temporários (ALVES, 2000). Dessa forma, é possível apreender segundo Alves (2000), a diversificação do mundo do trabalho no Brasil, segmentado e polarizado.

O resultado mais contundente deste processo é a expansão do desemprego estrutural. Alves (2000) mostra uma processualidade contraditória a partir da redução do operariado industrial e aumento do subproletariado: trabalhador precarizado, subcontratado, informal, terceirizado, além do crescimento dos assalariados na área de serviços. A situação aprofunda-se com a exclusão dos mais velhos e mais jovens e agremiação do trabalho feminino.

Em meio a essa situação de heterogeneização e fragmentação do mundo do trabalho – devido também a desigualdade em nosso país possuir raízes históricas e país esse do qual as medidas compensatórias voltadas para as populações mais pobres não geraram resultados efetivos (ASSEBURG; GAIGER, 2007) – surgem então alternativas de sobrevivência e geração de renda com base na solidariedade, sendo uma dessas alternativas denominada Socioeconomia Solidária, Nova Economia Social, Novo Cooperativismo ou Economia Solidária (FARIA, 2009). De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Economia Solidária é uma

inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (BRASIL, 2010).

Segundo Laville; Gaiger (2009) o termo economia solidária foi estabelecido na década de 1990 a partir do desenvolvimento de diversas atividades econômicas utilizando-se do princípio de solidariedade, gestão democrática, cooperação e autonomia. As formas de economia solidária são múltiplas, envolvendo desde grupos de produção, coletivos de geração de renda, cooperativas de produção e comercialização, associação de trabalhadores, sistemas de comércio justo e finanças, dentre outros. Esses empreendimentos possuem em comum a proposta do desenvolvimento da solidariedade em detrimento do individualismo, comum nas sociedades de mercado. Tal característica, manifesta-se por meio da gestão baseada em critérios democráticos, mecanismos de socialização dos recursos e da produção e orientação conforme princípios de igualdade (GAIGER, 2009).

A SENAES apresenta cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade como principais características da Economia Solidária (FARIA, 2009). Por cooperação, a secretaria indica o esforço e dedicação coletivos em prol de interesses e objetivos comuns a todos, propriedade conjunta dos bens, divisão igualitária dos resultados e responsabilidade solidária. Com relação à autogestão, a secretaria argumenta que os membros das organizações solidárias exercem práticas de autogestão com relação aos processos de trabalho e envolvendo questões estratégicas e cotidianas nos empreendimentos, no que tange a direção e coordenação das atividades. A SENAES considera a dimensão econômica enquanto um dos fundamentos para a agregação dos trabalhadores e relaciona com os elementos de viabilidade econômica em prol da busca por eficácia e efetividade. O aspecto da solidariedade apresenta-se a partir da distribuição justa dos resultados, na partilha dos bens coletivamente, no respeito aos direitos dos integrantes, na relação com o meio ambiente em prol de um desenvolvimento sustentável, e na busca pelo desenvolvimento da comunidade (FARIA, 2009).

Dessa forma, é possível percebermos que, em sua intencionalidade, a Economia Solidária é regida por uma lógica oposta à desenvolvida nos empreendimentos gerencialistas tradicionais que seguem a lógica capitalista, onde ao contrário do exercitado nos empreendimentos econômicos solidários, a dinâmica das relações de trabalho no processo de produção mantém

a autoridade das hierarquias supervisoras e o poder continua a pertencer ao capital (FARIA, 2009).

O que vê-se nos empreendimentos aos moldes gerenciais tradicionais é que o controle se encontra na mãos de uma minoria fechada que se auto-promove e se auto-reproduz. Nas organizações desses moldes, não são ideias que se trocam, mas somente negócios que se realizam, onde o grupo minoritário age em conformidade com os critérios capitalistas de racionalidade (TRAGTENBERG, 1989). Como resultado, tem-se uma gestão em que as decisões não são tomadas coletivamente, em que os produtores diretos não são consultados a respeito de quais necessidades sociais devem ser atendidas por meio da atividade produtiva, tampouco, como elas devem ser atendidas, pelo contrário

A estes [produtores diretos] sobra a disciplina da execução de operações que são definidas por outros cérebros que não os seus. Sobram as operações com instrumentos de trabalho cuja finalidade, ergonomia, funcionalidade e operacionalidade também não são definidas pelos produtores diretos, mas pelos gestores e planejadores da produção (FARIA, 2009, p. 58).

Diferente dos empreendimentos capitalistas tradicionais, na empresa solidária inexistente a separação entre o trabalho e a detenção da posse dos meios de produção que é base do sistema capitalista. Ademais, o capital somente pertence aos que dela fazem parte e trabalham, pois nesse empreendimento todos são “proprietários” e possuem poder de decisão (SINGER, 2002).

A administração dos empreendimentos de Economia Solidária é feita por sócios designados por eleição para o exercício desta atividade. Estes, por sua vez são orientados segundo as deliberações tomadas em assembleia geral coletiva dos membros, estando os gestores submetidos a essa instância democrática. Em complemento ao caráter divergente às empresas capitalistas típicas, o resultado do trabalho na forma de excedente anual – denominado de sobras – é dividido de maneira justa por seus membros (SINGER, 2002).

Como pode ser observado, a noção de solidariedade é inerente aos princípios dos empreendimentos econômicos solidários.

### 2.4.1 Solidariedade

O modo de produção capitalista está em vigor há tanto tempo que suas práticas tendem a se tornar naturalizadas como é, por exemplo, a naturalização da competição. Outra sociedade, onde predominasse a igualdade entre os sujeitos, só seria possibilitada se ao invés de a economia ser competitiva, essa fosse solidária. Uma forma que poderia permitir esse tipo de organização seria a associação entre sujeitos de mesma condição ao invés do contrato entre sujeitos em condições diferentes (SINGER, 2002).

No modo cooperativista de produção “ninguém manda em ninguém” (SINGER, 2002, p. 9, grifos do autor), inexistente a competição entre os membros de maneira que, se a cooperativa cresce, o benefício é conjunto, se apresenta baixo desempenho, ou seja, se houverem perdas, essas são igualmente assumidas, prezando-se então pela solidariedade (SINGER, 2002).

Em relação à noção de solidariedade, segundo Laville (2009) o conceito contemporâneo possui duas vertentes bastante opostas, uma que trata da solidariedade enquanto filantropia, o qual remete ao cidadão o exercício do altruísmo e da ética com os demais indivíduos da sociedade e a outra vertente que enxerga a solidariedade enquanto mecanismo de “democratização societária” (LAVILLE, 2009, p. 310).

Para o referido autor, a solidariedade filantrópica age no sentido da manutenção da ordem desigual vigente, enquanto a segunda concepção de solidariedade – democrática – denota um sentido de mudança social, justiça e sustentabilidade. Esse segundo tipo de solidariedade é o que mais se adequa ao contexto dos empreendimentos em economia solidária, e ainda sobre isso, ele discorre:

solidariedade baseia-se tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangendo, ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social. Esta segunda versão supõe haver uma igualdade de direito entre as pessoas que nela se engajam. Pressupondo a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, ela se empenha em aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social (LAVILLE, 2009, p. 310).

Considerando a adoção desse entendimento sobre a solidariedade democrática, pelo menos em sua intencionalidade, a economia solidária apresenta-se então como um modo de produção

distinto do praticado convencionalmente no capitalismo. Nesse modo distinto, tendo em vista que a propriedade dos meios de produção é coletiva e preza-se pela igualdade e liberdade dos seus membros, produz-se então uma única classe de trabalhadores (SINGER, 2002). Outra distinção no que tange aos empreendimentos solidários refere-se à forma de remuneração de seus membros, sobre isso discorreremos a seguir.

#### **2.4.2 Remuneração dos associados**

No empreendimento econômico-solidário a remuneração do associado varia conforme a arrecadação obtida e os níveis dessa são definidos conjuntamente nas assembleias que decidem se a remuneração deve ser igualitária ou se deve haver alguma diferenciação. Os membros dessas organizações não recebem salários, o que recebem é denominado de “retirada”. Alguma eventual variação entre os valores das retiradas dentre os componentes deve-se a diferenciação de atividades, ou a critérios estabelecidos em assembleia, sendo comum estipular-se um limite entre a maior e menor retirada para que não haja muita discrepância (SINGER, 2002). No entanto, mesmo cientes dessa diferenciação entre salário e retirada, para fins didáticos, no sentido de facilitar a compreensão, utilizaremos, eventualmente, a denominação “salários”.

A igualdade de remuneração entre os membros dos empreendimentos em economia solidária não é consenso entre os autores. Apesar do caráter solidário e igualitário no que tange a diversos aspectos dos empreendimentos econômico-solidários, a igualdade de retiradas não é defendida por diversos teóricos, pois consideram que existem outros aspectos e critérios mais relevantes que envolvem a determinação da remuneração para que se aproxime de algo justo.

Proudhon, embora não tivesse como alvo de discussão a Economia Solidária, afirma que no cooperativismo, no que se refere à remuneração, esta seja atribuída conforme o que se desempenha no trabalho (ALMEIDA, 1983), ou seja, o autor não defende a igualdade salarial independente do tipo de trabalho, pois, segundo ele, o salário se mede em função do tempo e da intensidade (GUERIN, 1968 *apud* GUTIERREZ, 1991), mantendo-se portanto, na perspectiva capitalista.

Corroborando com Singer (2002), Gutierrez (1998) destaca que, em geral, na prática, é comum nessas organizações encontrarmos remuneração abaixo dos salários de mercado e uma diferenciação salarial dentro da organização com níveis não tão distantes, numa proporção em torno de 1/6 entre o menor e o maior salário. Para alguns autores comunistas libertários como Kropotkin, Elisée, Reclus, Malatesta e Carlos Cafiero, a remuneração conforme o tempo de trabalho é considerada injusta, tendo em vista que outros aspectos além do tempo são relevantes para a determinação do valor do trabalho como o tipo do trabalho, intensidade, qualificação profissional, nível de formação intelectual, sendo também relevante se considerar os encargos no âmbito familiar do trabalhador. Ou seja, conforme explica Cafiero, x horas de trabalho de uma determinada pessoa pode não corresponder às mesmas x horas de trabalho de outra pessoa (GUERIN, 1968 *apud* GUTIERREZ, 1991).

Gutierrez (1991) argumenta que teoricamente, no que tange a remuneração, tentou-se equacionar um conceito baseado na ideia de “cada pessoa trabalhando conforme sua capacidade recebendo conforme suas necessidades” (GUTIERREZ, 1991, p. 19). No entanto, ressalta o autor, essa noção enquanto critério para definir remuneração incorre de subjetividade, tendo em vista ser a capacidade ou necessidade de um ser humano algo relativo.

O autor menciona, ainda, que teorias sobre a questão da remuneração são diversas, no entanto a implementação, independente do tipo de sistema econômico, carrega controvérsias, sendo importante a compreensão no tocante a autogestão. Sendo assim, na Economia Solidária “qualquer processo de remuneração, [...], deve ser fruto de reflexão coletiva interna, da qual todos os membros saiam relativamente convencidos da justiça e da equidade do sistema adotado” (GUTIERREZ, 1991, p. 19).

Paul Singer (2002) elucida as cooperativas enquanto unidades básicas da economia solidária, pois os preceitos e as formas de organização dos empreendimentos solidários guardam similitudes com o pensamento do cooperativismo, em geral, o sistema jurídico é o limitador da constituição de empreendimentos solidários como cooperativas, por não alcançar o número mínimo de vinte associados para a constituição do empreendimento enquanto pessoa jurídica. Em decorrência desta destacada importância serão esses empreendimentos que abordaremos a seguir.

## **2.5 As unidades típicas da economia solidária: as cooperativas**

O cooperativismo é uma forma de organização dos trabalhadores que surgiu inicialmente na Europa como forma de ajuda mútua no contexto da Revolução Industrial. Com o advento dessa revolução, a exploração do trabalho se deu de forma muito intensa com cargas horárias exaustivas e sem distinção de trabalhadores por sexo ou idade, sendo exploradas até mesmo crianças. À época, a associação de trabalhadores era proibida sob o argumento da afronta a “liberdade do trabalho”. As associações operárias surgem então de forma clandestina, como alternativa de ajuda a outros operários na sua sobrevivência e de sua família de quando pudesse acometê-los algum mal que os inviabilizasse do trabalho, tal como doença, morte, indigência ou outro infortúnio (RIOS, 2007).

De maneira geral, esse primeiro objetivo da prevenção trabalhista não se limitou, transformando-se também em questionamento a todo o sistema econômico capitalista a partir dessas maneiras de organização. Dessa forma, a formação inicial das associações, confundeu-se com a própria luta dos trabalhadores (RIOS, 2007).

Dentro da perspectiva cooperativista europeia houve algumas expressões como “o socialismo utópico ou associacionista”, que contou com a representação de Charles Fourier e os falanstérios, grupo esse de pensamento que defendia a construção de comunas agrícolas onde o trabalho seria dividido conforme as aptidões de cada um e de maneira igualitária (RIOS, 2007).

Oliveira (2010), ao discutir as cooperativas populares, destaca que o cooperativismo popular nasceu e expandiu-se numa conjuntura de enfrentamento a modelos econômicos e afirma estarem essas organizações ligadas a algumas práticas comuns ao campo econômico, social e político. Ainda segundo Oliveira (2010), as cooperativas populares possuem relações estreitas com os movimentos sociais, afirmando o autor que é “fruto do amadurecimento dos movimentos social e sindical em relação à prática do cooperativismo” (OLIVEIRA, 2010, p. 255), pois a partir dos anos noventa do século passado, os movimentos passaram a enxergar de maneira mais clara esse novo cooperativismo, sobretudo enquanto forma de organização social e política.

Isso significa que nesses empreendimentos ocorre uma inversão de valores com relação aos princípios das organizações capitalistas onde ocorre a apropriação do trabalho dos que produzem pelos detentores do capital (OLIVEIRA, 2010).

No Brasil, o modelo cooperativo foi inicialmente importado e implementado pela elite e Estado, ao invés de caracterizar-se enquanto movimento de conquista operária, apresentou-se com o caráter de controle social e intervenção estatal (RIOS, 2007), o que foi denominado de “transplante cultural” (OLIVEIRA, 2010). Dessa forma, não ocorre uma mudança com relação à concentração de poder e renda do país.

O modelo cooperativo apresenta pluralidade tanto do plano sociológico como também do ponto de vista operacional. Os tipos mais recorrentes são as cooperativas de produção industrial, de produção agrícola, de serviços agrícolas, de consumo, de pesca, de crédito.

De maneira geral, podemos descrever a experiência cooperativa conforme cita Faria (2009, p. 245): “uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida”.

Desde a formação da cooperativa *Rochdale Society of Equitable Pioneers* na Inglaterra– a primeira e mais importante organização da história do cooperativismo – os cooperativistas fundaram uma série de princípios que são reafirmados até hoje e conforme discutidos no Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) realizado em 1995, em Manchester, são considerados os princípios básicos do cooperativismo (FARIA, 2009). São eles: 1) livre adesão e abertura para sócios: qualquer pessoa poderá fazer parte da cooperativa conquanto que atenda aos princípios e critérios previamente estabelecidos pelos cooperados, sem preconceitos; 2) gestão democrática: estas organizações são geridas e controladas por seus associados, todos decidindo de maneira geral e elaborando políticas; 3) participação econômica dos associados: os associados são responsáveis por contribuir com a cooperativa e controlam democraticamente o seu capital; 4) autonomia e independência: as cooperativas são controladas por seus próprios membros, por mais que mantenham relações externas com outras entidades, os princípios de independência e autonomia devem ser preservados; 5) formação e educação: as cooperativas prezam pela educação e formação de seus associados de

maneira que possam levá-los a contribuir cada vez mais com a organização; 6) intercooperação das cooperativas: as cooperativas prezam pela integração e fortalecimento de uma as outras através de trabalhos conjuntos, parceiras, etc; 7) alinhamento ao interesse da comunidade: as cooperativas prezam pelo desenvolvimento sustentável das comunidades (FARIA, 2009).

Faria (2009) aponta segundo Pontes (2005) que conforme sua finalidade, as cooperativas podem ser classificadas em três tipos: 1) cooperativas de produção de bens e serviços; 2) cooperativas de consumo e 3) cooperativas de crédito. As cooperativas de produção e ou serviços podem ser classificadas ainda em cooperativas simples – onde a finalidade refere-se à venda da produção dos próprios associados –, cooperativas mistas – vendem a produção de seus associados ou de trabalhadores externos numa relação de assalariamento, o que podemos questionar a sua classificação enquanto cooperativa, tendo em vista que, conforme nos aponta Singer (2002), a ausência de separação entre capital e trabalho é critério para a caracterização enquanto empresa solidária – e cooperativas integrais, em que a sociedade se organiza em prol de produzir o seu próprio consumo e comercializam o excedente.

As empresas solidárias por serem baseadas na igualdade de seus membros, propõem uma forma de gestão do trabalho em que inexista a separação entre os detentores do capital e os que possuem apenas a sua força de trabalho. Esse pressuposto da igualdade das pessoas é o que fundamenta uma forma distinta de gestão dos empreendimentos solidários, a autogestão (GUILLERM; BOURDET, 1976).

## **2.6 Autogestão**

Segundo Faria (2009), o termo autogestão surgiu no início de 1960 e adquiriu sentido político a partir de 1968 referindo-se a gestão de si mesmo, gestão própria. Etimologicamente, a palavra é a tradução do termo *samoupravle* de origem servo-croata significando “samo”, auto e “upravlje”, gestão; e engendrou-se na França como referência a experiência Iugoslava sob o governo de Tito (GUILLERM; BOURDET, 1976). Após seu surgimento se disseminou sendo utilizada sob os mais distintos significados (FERRAZ; DIAS, 2008; NASCIMENTO, 2007).

Iwamoto (2007) alerta que tem havido um uso indiscriminado do termo de maneira que nem sempre corresponde ao seu real significado. Isto pode ter explicação, conforme nos fala Berthier (2002), devido à permissibilidade de sentidos que possam ser atribuídos por quem o utilize. Um exemplo corrente do uso inadequado, trata-se da participação de trabalhadores em pontos operacionais de seu trabalho nas empresas heterogeridas, mas que não decidem no que se refere a assuntos centrais do processo produtivo. Ao contrário disso, a autogestão busca a autonomia do indivíduo e a participação coletiva, sobretudo por aqueles que estão diretamente vinculados à produção (IWAMOTO, 2007).

Para Berthier (2002), a autogestão é trazer à prática o princípio de que a emancipação dos trabalhadores será obra deles mesmos, ou seja, a autogestão enquanto um mecanismo que possibilite o movimento de superação da autoalienação do trabalho. Para isso, são necessárias estruturas organizacionais que possibilitem essa prática, que são os conselhos de base, os quais, segundo os anarco-sindicalistas, deverão ser órgãos políticos e econômicos.

No que se refere à ordem da vida social, (VARANDA; BOCAJUVA, 2009) a autogestão remete a radicalização da democracia no sentido do fortalecimento de formas que estimulem a participação popular e social. Para Varanda e Bocayuva (2009), quando pessoas tomam seus próprios pensamentos, direcionamentos e ações tem-se a autonomia, quando conduzem organizações de produção ou sociais de maneira coletiva, tem-se a autogestão. Referem-se ainda os autores a autogestão tratar-se da categoria que engloba organizações de trabalho associado que buscam uma nova forma de organização da produção.

A autogestão se atribui a dimensão tanto de gestão de unidades produtivas, quanto ao seu aspecto mais amplo de organização política e econômica da sociedade – a autogestão social. Nesta dissertação, apresentamos o conceito de autogestão na perspectiva de outra forma de organização da sociedade distinta do corrente capitalismo e, posteriormente, apresentamos a autogestão sob o viés da gestão das unidades produtivas. Na discussão a respeito da autogestão social existem diferentes concepções, sendo as principais aquelas vinculadas à vertente marxista – socialismo democrático ou autogestão social – e a vertente anarquista, tendo como principal teórico Proudhon.

No próximo tópico, apresentamos a vertente marxista – autogestão social –, em seguida são apresentadas as proposições autogestionárias anarquistas, sobretudo na proposta de Proudhon.

Em seguimento, apontamos a discussão da autogestão sob a abordagem administrativa nas unidades produtivas.

### **2.6.1 A autogestão na perspectiva marxista**

A autogestão vislumbra outra forma de organização da sociedade em que a economia não esteja atrelada ao lucro e sim às necessidades sociais e que a política esteja vinculada à coletividade e não pertencente apenas a uma parcela da sociedade e que impõe seus interesses (FARIA, 2009). Em suma, a autogestão não tem como uma teleologia o atendimento da necessidade social capitalista: a apropriação do mais-valor.

Não existe referência direta ao termo autogestão por parte de Marx, e isso se deve ao termo ter surgido na década de 1960, em referência às experiências Iugoslavas. No entanto, é possível compreender que apesar de não haver referência direta ao termo por parte de Marx, segundo Faria (2009), a autogestão em Marx refere-se ao socialismo científico e democrático e distancia-se das proposições anarquistas. A palavra é recente, no entanto sua concepção é bem anterior, concernente à emancipação da classe trabalhadora (NASCIMENTO, 2007). Assim,

(...) para o marxismo a autogestão é qualificada como ‘autogestão social’, na medida em que se refere ao socialismo científico e democrático, e como gestão coletivista de trabalho, quando se refere à autogestão no plano das unidades produtivas, as Organizações Solidárias de Produção (FARIA, 2009, p. 339-340).

Para Nascimento (2003), a autogestão é base do socialismo, pois é a conformação de uma sociedade igualitária em que a forma de governo seja oposta a dominação e na qual a gestão dos meios de produção seja realização direta dos trabalhadores.

Marx, a partir das críticas à sociedade capitalista e ao propor outra forma de organização social acredita que a nova sociedade deve ser fruto da luta e emancipação da própria classe trabalhadora, a qual para acontecer depende da existência de condições materiais e não ser imposta por um grupo externo, criticando assim os socialistas utópicos (FARIA, 2009).

A organização social dentro do capitalismo é marcada pelo controle dos meios de produção por uma elite configurando a contradição entre os detentores do capital e aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho. A contradição capital/trabalho é o cerne da sociedade de classes com sua respectiva concentração de riquezas e opressão. Romper com a sociedade capitalista, heterogestionária, e construir a autogestão social, consensualmente entre os teóricos marxianos, requer a desapropriação dos meios de produção por parte da classe trabalhadora organizada (FERRAZ; DIAS, 2008) e a partir da emancipação do trabalho extinguir-se as classes (MARX, 1986).

Para Nascimento (1986), a sociedade socialista autogestionária age de forma a suprimir toda forma de exploração e opressão. Para isso, além da socialização dos meios de produção é necessária a eleição de representantes de base, de maneira que as decisões das organizações perpassem o coletivo, abrangendo desde os investimentos dos recursos, até a organização do trabalho e ações estratégicas. Na sociedade socialista autogestionária os membros da sociedade participam da autogestão da economia e na fábrica a autogestão é realizada pelos trabalhadores.

Nesse sentido, no que se refere à participação política, Nascimento (1986) aponta que:

A autogestão é a administração da sociedade por si mesma, em contraposição a uma sociedade administrada por um poder que está por cima dela (heterogestão). Expressa a tendência a um caráter cada vez mais direto da democracia, da supressão de todas as formas alienadas de representação política (NASCIMENTO, 1986, p. 11)

Para Faria (2009) a autogestão social: a) trata-se de uma concepção nova, de forma que busca uma redefinição do socialismo, o socialismo democrático; b) está imbricada ao exercício da prática democrática e na superação de problemáticas que possam surgir, pois trata-se de uma prática; c) configura a superação do modo de produção capitalista a partir da apropriação coletiva dos meios de produção, poder e gestão social; d) refere-se a um salto qualitativo nas relações sociais e de produção; e) interdependência entre atividades econômicas e sociais; f) nova forma de organização social baseada na coletividade e em que se supere o antagonismo de classe.

Mészáros (2006) corrobora a necessidade de extinção da contradição capital-trabalho para a construção de uma nova sociedade e argumenta que será fundamentada na auto-regulação

pelos produtores com planejamentos coletivos de baixo para cima, incluindo: atividades, distribuição da força de trabalho e bens, além também da responsabilização dos membros da sociedade em seu pleno exercício de poder e nas tomadas de decisão.

Esta nova configuração social a qual está baseada na superação da alienação, na igualdade entre todos e na liberdade dos membros, carece da plena adoção por parte de seus membros e não da imposição externa ou por uma minoria que acredita deter o conhecimento e maior capacidade (FARIA, 2009).

A autogestão resulta, portanto, da autonomia das pessoas e não de sua usurpação. A autogestão é, na verdade, a materialização de um projeto democrático que remete à recusa do dogmatismo, de maneira que o marxismo não seja tomado aí como uma panaceia. A autogestão é um projeto que remete à organização direta da vida coletiva em todos os níveis, suprimindo um aparelho de direção: o Estado (FARIA, 2009, p. 353).

Para Albuquerque (2003), a autogestão possui um caráter multidimensional envolvendo os aspectos sociais, econômico, político e técnico que ultrapassa uma simples forma de gerenciamento organizacional. Nesse sentido, com relação a essas dimensões aponta: a) dimensão social: refere-se à criação de ações e resultados de aceitação pelo conjunto dos envolvidos; b) dimensão econômica: valorização do trabalho ante o capital; c) dimensão política: valores, normas, princípios, ou seja, os reguladores sociais lukacsianos, que condicionem e fomentem que a tomada de decisões seja exercício coletivo; d) dimensão técnica: forma de organização do trabalho.

Segundo Faria (2009), Texier (2004) propõe seis pré-condições para a realização do socialismo democrático, quais sejam: a) liberdades democráticas: a partir dessa condição é possível se travar as disputas entre as classes opostas; b) fim do aparato burocrático estatal: é necessário findar o monopólio dos poderes políticos pelo Estado que usurpam a soberania popular; c) democracia representativa: faz-se necessário a existência de uma autogestão local a partir de um regime de representação onde os representantes sejam controlados pelos representados, configurando uma democracia direta; d) superação do estranhamento: busca da democracia participativa onde os temas coletivos não sejam alheios a sociedade; e) conquista do Estado: apropriar-se do Estado de forma a transformá-lo e utilizá-lo na superação do modo de produção capitalista; f) autogoverno efetivo: radicalização da democracia e fim do monopólio de poder.

Para Faria (2009, p. 349) “a autogestão social é, assim, a forma de administração da vida em sociedade no modo de produção socialista em um regime democrático”. A autogestão social opõe-se a heterogestão e ao sistema de capital de forma que não se encerra em uma teoria, mas remete à prática. Nesse sentido, Nascimento (2003) afirma que definir de maneira acabada socialismo autogestionário é contradizer o próprio conceito. Segundo ainda o autor é possível uma melhor compreensão a partir das experiências históricas do movimento operário.

Albuquerque (2003) corrobora a esse pensamento afirmando que a autogestão sempre esteve imbricada ao movimento dos trabalhadores, o que significa que são práticas sociais referenciadas e construídas historicamente. A retrospectiva e reflexão a respeito dessas experiências históricas faz-se importante para a compreensão da autogestão.

Faria (2009) aponta que a autogestão existia em tribos primitivas e que outra de suas primeiras manifestações históricas são os conselhos operários. A comuna de Paris é um dos maiores exemplos de experiências autogestionárias a nível social.

A respeito da Comuna de Paris, Marx (1986) em seu livro “Guerra Civil na França” ilustra alguns aspectos e momentos relativos à Comuna de Paris. Conforme afirma Nascimento (2003; 2007), experiências históricas como a Comuna de Paris corroboram na reflexão a respeito das características da autogestão.

Segundo Marx (1986), faziam parte da Comuna de Paris conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal em seus respectivos distritos das cidades e cujos mandatos eram revogáveis a qualquer momento. A comuna configurava-se em uma corporação de trabalho com função legislativa e executiva concomitantes. Nesse sentido, é possível perceber o exercício da democracia direta.

A polícia e os funcionários administrativos foram submetidos à comuna e revogáveis a qualquer momento. Os designados aos cargos públicos passaram a receber salário de operário. As instituições de ensino foram dissociadas do domínio da igreja e do Estado sendo disponibilizadas gratuitamente para todos. Os funcionários públicos e juízes passaram a ser eleitos e demissíveis a qualquer momento (MARX, 1986). A organização social na Comuna de Paris contava com a participação popular, tomando decisões a respeito das mais diversas

dimensões da sociedade, desde a educação, a segurança e a justiça da sociedade autogestionária. Em relação à organização da comuna,

No breve esforço de organização nacional que a comuna não teve tempo de desenvolver, diz-se claramente que a comuna devia ser a forma política inclusive das menores aldeias do país (...). As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados na capital do distrito correspondente e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados a delegação nacional em Paris, entendendo-se que todos os delegados seriam substituídos a qualquer momento e comprometidos com um *mandat impératif* (instruções formais) de seus eleitores (MARX, 1986, p. 73)

A forma política da comuna era flexível, conformada pela classe operária resultante da luta dessa classe contra a apropriadora e conduzindo-a a sua emancipação econômica no trabalho. A comuna cumpria o papel de ser propulsora do fim dos fundamentos econômicos que condicionavam a apropriação do trabalho e conformação das classes antagônicas (MARX, 1986).

(...) a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado (MARX, 1986, p. 76).

Em sua proclamação, a Comuna definia sua forma de organização social, a qual estava baseada na participação popular e propriedade coletiva dos meios de produção e bens públicos

#### Artigo II

A comuna proclama que dois princípios governarão de futuro os assuntos municipais:

- a gestão popular de todos os meios da vida coletiva.
- a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos (NASCIMENTO, 1986, p. 110).

A Comuna de Paris também realizou a expropriação dos meios de produção, tornando-os coletivos, nas unidades produtivas findou as estruturas hierárquicas e instituiu a gestão pelos próprios trabalhadores.

#### Artigo IX

Sobre a PRODUÇÃO, a Comuna proclama os seguintes princípios:

- 1) Todas as empresas privadas (fábricas, grandes armazéns, etc.) são expropriados e os seus bens entregues à coletividade;
- (...)

- 3) Todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa em relação a organização do trabalho, distribuição de tarefas, etc.
- 4) Fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotação dos cargos de trabalho; (...). (NASCIMENTO, 1986, p. 112).

A autogestão refere-se a práticas historicamente construídas as quais sempre estiveram imbricadas a luta dos trabalhadores por sua emancipação (ALBUQUERQUE, 2003). Dessa forma, a autogestão não pode ser imposta ou concedida, requer uma transformação social qualitativa sendo inerente a si a contradição a partir da constante reflexão sobre as práticas sociais desenvolvidas (FARIA, 2009). E, nesse ponto, relembramos o título dessa dissertação: a autogestão fomentada por políticas públicas: transcendência e/ou reprodução da autoalienação?

Cabe destacar que a autogestão social nega a proposta de qualquer eventual conciliação entre capital-trabalho por meio de uma gestão ou organização do trabalho participativa. A autogestão social, em sua forma, compreende as Organizações Solidárias de Produção e suas formas de gestão democrática em seu plano microssocial. No entanto, apesar de não haver sobre ela uma doutrina pronta, envolve uma mudança social radical em prol da construção de um sistema social superior que negue os fundamentos do sistema de capital, elaborado pelos próprios trabalhadores na luta por sua própria libertação (FARIA, 2009). Assim, a autogestão em seu plano macrossocial significa uma revolução, pois representa uma ruptura paradigmática com o sistema social em todos os seus aspectos, políticos, econômicos e sociais (NAHAS, 2011).

### **2.6.2 A autogestão na perspectiva proudhoniana**

Segundo Motta (1981), Proudhon é considerado o pai da autogestão e, apesar de não ter utilizado o termo de maneira direta, ao longo de suas obras buscou construir teoricamente os fundamentos da sociedade autogestionária e suas formulações teóricas são a base estimuladora das experiências de autogestão.

Proudhon sempre esteve preocupado em solucionar os problemas da sociedade, sendo frequente em seus escritos a preocupação em manifestar como seria a sociedade

autogestionária por meio de planos, definições, propostas e métodos. A esse respeito, Proudhon “Traz orientações precisas, diretrizes nas quais as massas podem inspirar-se, pedindo ao mesmo tempo a estas últimas para procurar, elas também, e encontrar” (LEVAL 2002, p. 19). Sobre isso acredita que a não definição de medidas concretas no que se refere à sociedade pós-revolucionária foi responsável pela perda de muitos resultados de processos revolucionários. Chegando a afirmar categoricamente: “é preciso saber utilizar a vitória” (LEVAL, 2002, p. 20).

Para melhor compreender a autogestão, é necessário conhecer alguns conceitos apresentados por Proudhon ao longo de sua obra como a sua concepção sobre Sociologia econômica, a organografia social, as leis do trabalho relativas à divisão do trabalho e função social além da força social, propriedade, autoridade e liberdade os quais serão expostos a seguir. A partir desses conceitos, Proudhon discute a sociedade heterogestionária, a capitalista, onde ocorre a apropriação econômica e a apropriação política. A superação dessas duas formas de apropriação é a configuração e alcance da sociedade autogestionária, onde haverá a democracia econômica e a democracia política (MOTTA, 1981), as quais serão concretizadas por meio do sistema Federativo.

### **2.6.2.1 Sociologia Econômica para Proudhon e a Organografia Social**

A sociologia econômica de Proudhon baseia-se no desenvolvimento simultâneo entre o aspecto individual e o coletivo, o que aponta para a interdependência entre o ser humano e a sociedade. Esta ligação entre o homem e a sociedade é realizada através do trabalho (MOTTA, 1981).

Nesse sentido, para Proudhon existem duas leis fundamentais do trabalho, a divisão do trabalho e a força coletiva, sendo a última o corolário da primeira. A consequência dessas leis forma a ciência da organização. O objeto dessa ciência é o trabalhador individual (MOTTA, 1981; BANCAL, 1984).

A divisão do trabalho forma a função social ou também denominada função econômica do trabalhador na sociedade. Segundo Proudhon (2005), o crescimento da sociedade e sua

complexidade fomenta a divisão do trabalho, que se realiza devido a necessidade da sociedade daquelas funções. Quanto maior a sociedade, maior a quantidade de funções sociais, que crescem à medida que esta sociedade se desenvolve e necessita delas. A esse respeito, Proudhon disserta: “Assim, correspondendo às funções às necessidades, as necessidades aos desejos e os desejos à percepção espontânea (...)” (PROUDHON, 2005, p. 111).

Em linhas gerais, a função econômica corresponde aos ofícios e atribuições que competem aos trabalhadores no seio social. É a célula base da sociedade, a unidade orgânica (MOTTA, 1981; BANCAL, 1984), onde nenhuma função é mais relevante do que outra, são todas indispensáveis e interdependentes. Para Proudhon, todos os trabalhos são equivalentemente importantes para a higidez da sociedade (PIOZZI, 2006). “Se é honroso educar e instruir aos homens, também o é alimentá-los” (PROUDHON, 2005, p. 122). À organização das funções dos trabalhadores, Proudhon denomina “organografia social”. A organografia social corresponde ao corolário da constituição social. A constituição social refere-se à organização da sociedade. Nesse sentido, para entender a organização da sociedade é necessário compreender a organografia social (MOTTA, 1981; BANCAL, 1984).

A partir da divisão do trabalho o homem enquanto trabalhador individual configura-se componente da sociedade, tendo em vista sua função econômica. As funções econômicas do trabalhador individual o faz associar-se aos demais e o associa à sociedade. A interdependência entre as funções econômicas engendra uma relação entre trabalhador individual e sociedade assim como entre órgão e organismo (MOTTA, 1981). Dessa forma, “a sociedade é imaginada como um organismo complexo, baseado na confluência de talentos e vocações” (PIOZZI, 2006, p. 106).

A sociedade é composta pelo trabalhador coletivo e pelo trabalhador individual, ambas as formas compõem um todo único e inseparável. A respeito da noção de trabalhador coletivo, Motta (1981, p. 75) nos fala ser uma “sociedade econômica resultante da associação dos trabalhadores e imanente a cada um deles, mas cuja realidade social e a força coletiva, que a exprime ultrapassam a soma das unidades e da energia individuais que a constituem”.

Trata-se então ser o trabalhador coletivo, a associação de trabalhadores individuais, o conjunto das funções econômicas. Proudhon enfatiza bastante a estreita ligação entre o indivíduo e a sociedade. Segundo ele, o homem sozinho é potencial, a coletividade é quem o

permite ser, argumentando sobre isso que “Qualquer que seja a capacidade de um homem, desde o instante em que foi criada não lhe pertence. Comparável a matéria que uma mão artista modela, o homem tem a faculdade de *chegar a ser*, e a sociedade *o faz ser*” (PROUDHON, 2005, p. 122, grifos do autor).

Para Proudhon, o trabalho individual apenas tem valor para o próprio indivíduo, o que se deve levar em conta é o trabalho socialmente necessário. “O homem isolado não pode atender mais do que uma pequena parte das suas necessidades. Todo o seu poder reside na sociedade e na combinação inteligente do esforço de cada um” (PROUDHON, 2005, p. 125).

O conjunto dos trabalhadores individuais, os quais desempenham as funções econômicas, formam o trabalhador coletivo. Nessa perspectiva, corroborando a integração entre trabalhador individual e trabalhador coletivo, Proudhon argumenta que:

O artista, o sábio, o poeta, recebem sua justa recompensa só com que a sociedade lhes permita entregar-se exclusivamente a ciência e a arte. De modo que *na realidade não trabalham para eles, senão para a sociedade* que os há instruído e os dispensa de outro trabalho (PROUDHON, 2005, p. 122, grifos nossos).

É o trabalhador coletivo que produz excedente, a força coletiva, a qual é apropriada pelos capitalistas sob a forma de lucro, um trabalho não pago, a mais-valia, a isso Proudhon denomina erro de conta. A apropriação do trabalho é a base da sociedade capitalista, heterogestionária, e tal apropriação é permitida por meio da propriedade. A apropriação do trabalho alheio é injusta, um roubo. A superação dessa forma social será a sociedade autogestionária, a qual o trabalhador terá direito integralmente ao que produz.

### **2.6.2.2 Força Coletiva e Apropriação Econômica**

A força social, ou força coletiva, corresponde à segunda lei fundamental do trabalho para Proudhon. Tem por corolário a teoria proudhoniana da mais-valia, a qual posteriormente inspirou Marx e Engels (BANCAL, 1984). Cabendo a eles demonstrar as lacunas e equívocos de Proudhon, sobretudo no que tange a noção de mais-valor.

A força social é produzida pelo trabalhador coletivo, resultado então da divisão do trabalho que engendra as funções sociais que de maneira recíproca e coletiva promovem o excedente produtivo (Fig. 3). Este excedente é apropriado pelo capitalista, que remunera os operários de maneira individual quando o produzido – a força social – é fruto do trabalho conjunto e não é remunerado, é daí que advém o seu lucro (PROUDHON, 2005; BANCAL, 1984).

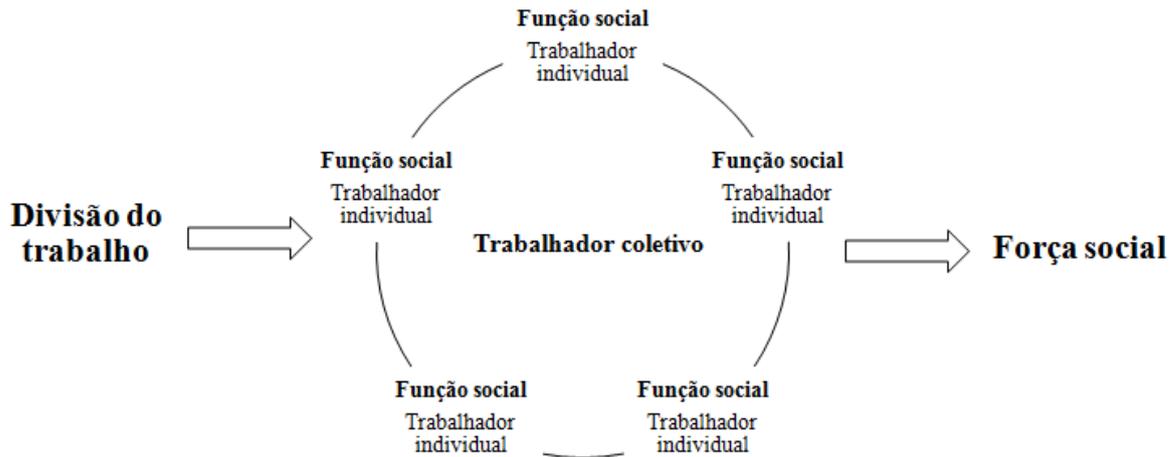


Figura 3 - Relação entre divisão do trabalho, trabalhador coletivo e força social.  
Fonte: Elaborada pela autora.

A respeito da Teoria da Força Coletiva, Proudhon explica que segundo a lógica do capital, o capitalista remunera seus trabalhadores individualmente de acordo com sua produção particular e com os dias em que trabalhou. Nesse sentido, remunerar um trabalhador durante cem dias custaria o mesmo valor que remunerar cem funcionários durante um dia. No entanto, segundo Proudhon, estas situações não deveriam ser avaliadas como equivalentes, pois o trabalho de cem operários em um dia não corresponde ao trabalho de um operário durante cem dias. Neste sentido, argumenta exemplificando em seu livro “O que é a propriedade” que duzentos operários foram capazes de erguer o obelisco de Luxor em algumas horas, no entanto um operário jamais conseguiria erguê-lo sozinho nem que utilizasse duzentos dias (PROUDHON, 2005).

Um homem sozinho por mais tempo que despenda não conseguirá realizar a atividade de vários homens em conjunto devido ao trabalho coletivo envolver a cooperação e não apenas a adição de trabalhos individuais. O resultado deste trabalho em grupo, o qual um operário isolado não é capaz de desempenhar, é a força coletiva (PROUDHON, 2005).

Sobre a força coletiva, Motta a apresenta como uma “força imensa, resultante da união dos trabalhadores, que é, portanto, a força social que excede a simples soma das forças individuais, é um motor da prática e da experiência social” (MOTTA, 1981, p. 142). A superioridade desse produto coletivo é proporcionada pela divisão social do trabalho, tornando-o diferente do conjunto dos trabalhos individuais (PIOZZI, 2006).

Conforme apresentado anteriormente, o capitalista não remunera a força social, e sim, apenas paga a soma dos trabalhos como se houvessem sido executados individualmente. Ou seja, existe algo no trabalho coletivo que é apropriado pelo capitalista e não é pago, que é o resultado do trabalho conjunto, da produção coletiva, conforme nos diz Proudhon (2005):

O capitalista, se diz, há pago o salário a seus trabalhadores. Para falar com exatidão, havia que dizer que o capitalista havia pago tantos salários quanto trabalhadores havia empregado diariamente, o que não é o mesmo. Porque essa força imensa que resulta da convergência e da simultaneidade dos esforços dos trabalhadores não a há pago (PROUDHON, 2005, p. 101).

Este trabalho não pago, o capitalista apropria para si, é a mais-valia. Também intitulada por Proudhon de “antecipação capitalista”, a mais-valia para o autor resulta da diferença entre o produzido pela força social e as remunerações individuais somadas (MOTTA, 1981). Aqui cabe a distinção do conceito para Marx, pois a produção de mais valia em Marx resulta não da apropriação da diferença entre o valor produzido e as remunerações individuais, mas da diferença entre o valor produzido e o valor necessário para a reprodução da força de trabalho, tendo como índice de mensuração o *quantum* de tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, da qual a força de trabalho é uma mercadoria especial, porque além de produzir um valor equivalente ao que lhe é necessário para se (re)produzir enquanto força de trabalho ainda produz mais valor, esse apropriado pelo capitalista.

Ao capitalista, Proudhon concede um direito parcial sobre o produzido mediante os fornecimentos que realizou, tendo em vista que assim participou da produção (PROUDHON, 2005). Este direito decorre ao capitalista enquanto trabalhador e não devido a dispor do capital (BANCAL, 1984).

A partir da noção de que o trabalhador é o proprietário do resultado de seu trabalho, Proudhon deduz três princípios de ação: 1) O trabalhador individual a partir de seu trabalho obtém o

direito não só a remuneração, mas também o direito à participação e administração dos produtos e resultados que estes engendrem na proporção de seu trabalho; 2) O excedente produtivo, originado do trabalho coletivo – força social – deve ser de propriedade coletiva; 3) O resultado desses dois princípios gera um direito individual do trabalhador sobre o resultado de seu trabalho individual – posse – e a um direito coletivo do conjunto dos trabalhadores sobre o produzido – propriedade coletiva (PROUDHON, 2005; MOTTA, 1981; BANCAL, 1984). Sendo social a propriedade do trabalho, ninguém pode a partir dela impetrar uma propriedade exclusiva. O proprietário é dono do valor que produz a dispêndio do proprietário ocioso (PROUDHON, 2005).

Para Proudhon, a apropriação do trabalho alheio, do excedente produtivo por parte do capitalista ocioso é possibilitada, sobretudo, devido ao regime de propriedade privada característica do sistema de capital (PROUDHON, 2005).

Compreender a sociedade capitalista, para Proudhon, no que tange as suas relações sociais e sua economia, pressupõe entender sua base, a propriedade privada. A propriedade privada no sistema capitalista é a base da desigualdade social e das contradições sociais (MOTTA, 1981). Em sua obra “O que é a propriedade” o autor apresenta a propriedade privada enquanto uma usurpação do trabalho alheio sendo um roubo, desleal, injusta e até mesmo impossível (PROUDHON, 2005).

A propriedade, na visão proudhoniana, se refere tanto ao usufruto de um bem ao qual a pessoa é responsável, como ao usufruto de riquezas, as quais a propriedade produz, por parte de quem não trabalhou (MOTTA, 1981). O direito à propriedade permite ao proprietário “usar e abusar” (PROUDHON, 2005, p. 131) desta, por meio da venda, troca, doação, modificação, dentre outras possibilidades.

Trata Proudhon em diversas passagens em sua obra “O que é a propriedade” a respeito do direito de *albarranía* (em espanhol, termo o qual não encontramos palavra equivalente em português) ou como se refere Bancal (1984), direito de *aubaine* (do francês), o qual é inerente ao direito de propriedade. Utilizaremos os termos direito de *aubaine* por não termos encontrado palavra correspondente em português e por Bancal (1984) assim os utilizar na versão em português do seu livro “Pluralismo e autogestão”. A respeito do direito de *aubaine* Proudhon (2005, p. 131) afirma tratar-se de uma: “espécie de tributo, de tributo tangível e

fungível, corresponde ao proprietário em virtude de sua ocupação nominal e metafísica. Seu selo está fixado sobre a coisa; isto basta para que ninguém possa ocupá-la sem sua licença”.

A partir do direito de *aubaine* Proudhon argumenta que o proprietário: “colhe e não lava, recolhe e não cultiva, consome e não produz, desfruta e não trabalha” (PROUDHON, 2005, p. 131).

É a apropriação capitalista do excedente coletivo, a qual o capitalista se apodera e que pertence as pessoas que realizaram o trabalho. Sobre o direito de *aubaine*, Bancal (1984) afirma ser a própria propriedade, a capacidade de produzir sem realizar o trabalho. O direito fictício que o proprietário se atribui sobre algo, o direito que permite a um homem a disposição sobre algo social da maneira mais absoluta. Compara Bancal (1984) a um saque sobre a produção coletiva e ainda segundo ele, sem o direito de *aubaine*, ou seja, o benefício do capitalista, a propriedade se anula.

Proudhon critica a propriedade do ponto de vista tanto de sua fundamentação enquanto um princípio, quanto com respeito ao seu aspecto econômico (MOTTA, 1981).

Na visão proudhoniana economicamente a propriedade no capitalismo configura-se enquanto um capital e enquanto um monopólio, juridicamente enquanto um direito de “produzir” sem o exercício do trabalho, ou seja, direito de *aubaine* e filosoficamente enquanto negação da igualdade e da liberdade. A nível social apresenta-se como um despotismo e promove o roubo do excedente produtivo (MOTTA, 1981; BANCAL, 1984).

Aponta ainda o autor, a propriedade como fonte de várias revoluções pelo proletariado a partir da contradição entre a multiplicação das populações e exclusão e açambarcamento promovido pela propriedade (BANCAL, 1984). A base da crítica de Proudhon a sociedade capitalista ao longo de suas obras, se fundamenta na igualdade entre os seres humanos, na defesa da liberdade e na negação da autoridade de uns sobre os outros (BANCAL, 1984), sendo contrário a qualquer forma de opressão e submissão na sociedade (MOTTA, 1981).

Dessa forma, a crítica em Proudhon à propriedade se estende também a crítica à autoridade entre os homens. A propriedade precisa da autoridade. É através da autoridade que ela se consolida enquanto direito de usar e abusar, enquanto monopólio, despotismo econômico

(MOTTA, 1981). “A propriedade só existe como autoridade ou com a autoridade do homem sobre o homem” (MOTTA, 1981, p. 88). Sem a força e a autoridade a propriedade é impotente, não se concretiza, é nula (BANCAL, 1984).

A propriedade capitalista é uma forma de autoridade permitida através da força. Para existir, necessita desse mecanismo impositivo e da fraude. É a propriedade o que proporciona a submissão de um homem por outro, a apropriação da força coletiva, a usurpação do que pertence à maioria pela minoria, promove ainda o despotismo, apresenta-se enquanto um direito de exclusão (MOTTA, 1981; BANCAL, 1984). Nesse sentido, Motta (1981, p. 88) afirma: “A propriedade é, para Proudhon, o monopólio, o despotismo econômico, o capital, o roubo legal, o que corresponde a apropriação, exclusão, subalternização das funções e individualismo na produção, exploração do homem pelo homem”.

A superação do regime de propriedade e do sistema capitalista, o qual permite a apropriação econômica, é a democracia econômica, fundamento da autogestão (MOTTA, 1981; BANCAL, 1984). Para isto, a teoria de Proudhon propõe a organização da sociedade autogestionária tendo o Federalismo como base das relações entre as unidades. O federalismo funciona da base para o topo – ao contrário do centralismo que é de cima para baixo – e estabelece políticas por meio de consultas perpassando os diversos níveis (BERTHIER, 2002).

### **2.6.2.3 Federalismo**

No federalismo, a delegação de tarefas ou a representação nas funções é definida por meio de discussões coletivas e passível de revogação pela base a qualquer momento. Existe um acompanhamento rígido do mandato dos representantes, os quais deverão prestar contas constantemente de suas ações. Por meio de discussões, estabelece-se o interesse coletivo perpassando nível a nível até se chegar ao topo, o qual é controlado pela base (BERTHIER, 2002).

Nesse sentido, segundo Klechen, Barreto e Paes de Paula (2011) na autogestão os trabalhadores efetivamente comandam as decisões. Nessa forma autônoma de gestão, prima-

se pelo mais alto nível de democracia, onde as decisões são tomadas com base nos anseios da maioria e onde o controle se processe por todos os membros. A despeito dessa forma de organização existe a heterogestão, onde a participação nas decisões é relegada a uma minoria responsável pela gerência. A heterogestão é condizente com o modo de produção capitalista, o qual é incompatível com a autogestão (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011).

Na heterogestão, a propriedade pertence a uma minoria e não ao conjunto dos trabalhadores. Para Bernardo (1979), possuir ações na empresa por parte dos trabalhadores não significa propriedade, pelo contrário, representa apenas um acréscimo de salário. Isso se deve porque deter essas ações, por parte dos trabalhadores, não gera influência nas decisões, planos estratégicos e políticas da organização.

Proudhon critica a propriedade privada (LEVAL, 2002) por entender que a igualdade pressupõe que o produzido deve pertencer ao produtor, quando isto não acontecesse, como é o caso da sociedade capitalista, a propriedade é um roubo (PROUDHON, 2011).

No entanto, para Gutierrez (1991), apenas o aspecto da propriedade, não é fator decisivo na determinação da autogestão, como por exemplo, uma empresa heterogerida não deixará de ser a partir do momento em que sua propriedade for coletiva. Segundo o autor, “na prática, entretanto, a questão da propriedade surge como pré-requisito para a experiência autogestionária” (GUTIERREZ, 1991, p. 18).

A propriedade pertencente ao conjunto de trabalhadores possui um sentido social, pertencendo a quem no momento compor a organização, sem que caso eventualmente alguém entre, ou saia, leve consigo alguma parte (GUTIERREZ, 1991). Além da propriedade coletiva, segundo Gutierrez (1991), em experiências autogestionárias, a propriedade pode pertencer ao estado (caso da experiência autogestionária Iugoslava) como também pode pertencer aos participantes, mas fracionada, de forma que se possa dividir caso algum membro entre ou saia da organização.

As experiências autogestionárias aparecem nas mais diversas regiões e com as mais diversas características econômicas, políticas e sociais, a que o autor chama de “heterogeneidade de casos históricos” (GUTIERREZ, 1988, p. 8).

Podemos citar casos de experiências efetivas ou próximas de autogestão no plano macroeconômico como Iugoslávia, Espanha, Polônia, Bulgária, Argélia, dentre outras, passando por cenários microeconômicos como na Dinamarca (Cidade de Christiania) e organizações autogestionárias como é o caso de empreendimentos solidários nas mais diversas regiões do mundo. Convém frisar que não estamos aqui avaliando se as experiências dos países citados são autogestionárias de fato ou não, não estando tal avaliação nos objetivos do presente trabalho.

No Brasil, a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) contribui para a consolidação das empresas autogestionárias no país (GUTIERREZ, 1998). A associação surge em 1991 em uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Franca e DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) na tentativa de resgatar a empresa – que a época contava com 482 trabalhadores – da falência através da implantação da autogestão (GUTIERREZ, 1988). Define-se enquanto:

um órgão unitário das empresas de autogestão ou de co-gestão participativa destinado à produção e a difusão de conhecimento e informação sobre processos gerenciais em um contexto multidisciplinar tendo como instrumento de análise o método científico, a serviço dos interesses dos trabalhadores em empresas autogeridas ou co-geridas (ANTEAG s/d, apud GUTIERREZ, 1998, p. 71).

Gutierrez (1988) argumenta que dentre as condições para o desenvolvimento de uma organização autogerida deve-se primar pela supressão da alienação tão praticada em empresas heterogeridas tradicionais. O autor discorre a respeito da alienação do trabalhador em duas dimensões, a alienação física – enquanto aquela que separa o trabalhador da propriedade dos meios de produção – e a alienação intelectual – a qual separa o trabalhador do conhecimento do processo do trabalho e da administração da organização.

Na empresa heterogerida tradicional, a mais-valia é corroborada pela alienação física e intelectual do trabalhador, por meio da relação de trabalho em que o trabalhador não detém a propriedade dos meios de produção além de ser impedido da participação e gestão do empreendimento e ser marginalizado do conhecimento do seu processo de trabalho no todo. Contribui ainda nesta relação, a apropriação do resultado do trabalho pelo capitalista (GUTIERREZ, 1988).

Gustavo Gutierrez (1988) considera empresa autogestionária àquela na qual existe a democracia das decisões, ou seja, as decisões são tomadas coletivamente e nas quais não existe autoridade, burocracia ou hierarquia. Sobre a autogestão, cita o autor:

pressupõe, de seus participantes, espírito de coletividade que justifique e incentive o diálogo e a tomada de decisões em grupo, maior vivência política e disposição individual de engajar-se no processo produtivo, totalmente distinto do que estamos acostumados a assistir, nas formas comuns de organização do trabalho. A prática da autogestão deve, por sua vez, reforçar essas qualidades, tanto no interior da produção como na sociedade em geral (GUTIERREZ, 1988, p. 17).

### **2.4.3 Autogestão x heterogestão**

Para Singer (2002), uma das principais diferenças entre os dois tipos de empreendimentos (empresas capitalistas e empreendimentos econômicos solidários) refere-se à forma de gestão. Na organização aos moldes tradicionais apresenta-se hierarquia entre seus membros, havendo desnível de informações conforme a posição hierárquica existindo também competição entre os trabalhadores. À medida que se sobe na hierarquia, diminui-se o nível operacional de execução das atividades e aumenta-se o poder de decisão e conhecimento de informações gerenciais. Conforme já explicitado, a remuneração também varia conforme o nível hierárquico, sendo os de posição mais alta os que recebem mais. Nestas organizações, temos a heterogestão (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002) nos empreendimentos econômicos solidários almeja-se a autogestão. A gestão da organização preza pela democracia, igualdade e liberdade entre os membros de maneira que quando a organização é pequena decide-se tudo em assembleia, à medida que esta vai aumentando torna-se mais trabalhoso agrupar todos os membros para a tomada de todas as decisões. Dessa forma, passa-se a se decidir coletivamente a respeito de temas mais importantes e estratégicos, os temas mais simples são delegados a um conselho, diretoria ou equipe eleita pela totalidade dos membros em assembleia.

Para Gutierrez (1988), a estrutura da empresa heterogerida fundamenta-se na razão instrumental, separação dos trabalhos operacionais e intelectuais e o controle por meio da burocracia. Essa forma de organização capitalista mantém-se mediante a alienação física e

intelectual do trabalhador e a apropriação do resultado do trabalho por meio da promoção da mais-valia. Cita que estas empresas se perpetuam:

utilizando um discurso ideológico fundamentado na instrumentalização da razão técnica, privilegiando o aspecto formal e ocultando relações de dominação, recuperando a divisão burocrática do trabalho, a separação do trabalho manual e intelectual, reconvertendo formas originais de organizações surgidas no interior das lutas e reivindicações dos trabalhadores, e orientando a vida humana na direção do sucesso consumista e simbólico, com a reificação da mercadoria (GUTIERREZ, 1988, p. 17).

Como pode ser percebido, a autoridade maior e minoritária é quem tudo decide nas empresas heterogestionárias. Apesar disso, nas organizações solidárias quem decide é a assembleia geral. Membros eventualmente eleitos sob a forma de diretorias, equipes ou conselhos são subordinados a assembleia geral podendo ser destituídos por ela a qualquer momento (SINGER, 2002).

O exercício da autogestão exige dedicação e esforço dos membros desses empreendimentos, pois além de exercer suas atividades os trabalhadores dessas organizações devem refletir e informar-se cotidianamente dos acontecimentos e questões relativas à gestão do empreendimento. A divergência de opiniões e pensamentos nas assembleias ou reuniões ocasionam conflitos entre os membros, os quais são resolvidos e decididos por meio de votações (SINGER, 2002).

## **2.5 A Autogestão nas unidades produtivas**

Conforme descrito, por vezes, a intitulação de experiências autogestionárias não condiz com os princípios da gestão autônoma, tratando-se de formas heterogestionárias. No sentido de melhor compreensão da autogestão, Klechen, Barreto e Paes de Paula (2011) delineiam três pilares que buscam destacar aspectos importantes da autogestão. É importante destacar que os autores ponderam que as categorias não se tratam de um modelo pronto de autogestão, tendo em vista que esta preza pela autonomia e liberdade e que pode se configurar de maneiras diferentes a depender do contexto; no entanto, trata-se de aspectos importantes para o exercício da autogestão (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011).

Segundo Klechen; Barreto e Paes de Paula (2011) a prática da autogestão relaciona-se com três pilares: 1) igualdade na tomada de decisão; 2) valores humanitários; 3) difusão do conhecimento técnico-administrativo.

### **2.5.1 Igualdade na tomada de decisão**

Na lógica contrária a das empresas capitalistas aos moldes tradicionais baseada em hierarquias e poder de decisão restrito a uma minoria, nas organizações que primam pela autogestão inexistem estrutura hierárquica e as regras de conduta e funcionamento são definidas coletivamente baseadas na ética, igualdade e democracia. Os interesses são debatidos coletivamente e o poder distribuído simetricamente assim como o processo de decisão é baseado na participação conjunta. A autogestão não se faz sem participação (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011).

Nas empresas sob a lógica do capital, apesar dos discursos gerenciais de gestão participativa através de “organizações que aprendem” (*learning organization*), onde o “chefe” se converte em “líder”, o “empregado” vira “colaborador” e o “diretor” se torna “gestor”, é possível perceber que se trata de um linguagem idealizada onde se disfarça o conflito capital-trabalho. Se analisado a fundo, percebe-se que esse discurso serve apenas para dissimular e não para superar as relações de poder dentro das empresas (BERNARDO, 2009).

Dessa forma, é possível apreender que apesar do discurso participativo pregado pelas empresas aos moldes capitalistas, esta participação de fato não ocorre servindo na realidade este discurso para a contenção de conflitos e manutenção da ordem vigente.

Em contrapartida a esse modelo ilusório de participação coletiva e igualitária, de concentração de poder e processo decisório das empresas, as organizações solidárias realizam a defesa de práticas efetivas de gestão participativa e dinâmicas democráticas, envolvendo igualdade e solidariedade entre seus membros.

A respeito do fenômeno participativo, Bordenave (1994) afirma que a participação pode ser implantada tanto com o sentido de liberdade e igualdade, quanto como forma de legitimação e

manutenção de determinada ordem vigente. Da mesma forma, a participação pode funcionar como mecanismo de controle de governantes, como uma forma de acompanhamento e cobrança. Este fenômeno gera aos atores participantes efeitos como satisfação pessoal que vai muito além dos resultados práticos obtidos, sendo uma necessidade inerente aos seres humanos (BORDENAVE, 1994).

Ainda segundo o referido autor (BORDENAVE, 1994), entende-se por participação social o processo pelo qual os participantes produzam, usufruam e pratiquem a gestão de sua produção inexistindo então participação social sem que haja participação política.

Gutierrez (1991) descreve a existência de três tipos de participação dentro das organizações: i) participação econômica: referente a participação na propriedade dos meios de produção ou nos resultados alcançados; ii) participação política: por meio da eleição de representações ou responsabilidades e iii) participação no trabalho: relativa a atuação no processo produtivo e possibilidade de modificá-lo. Segundo Motta (1983), a respeito da participação:

As feições das diversas formas de participação variam de acordo com as diferentes formações sociais, o que implica dizer que a estrutura social e econômica prevalente, as instituições jurídico-institucionais, os fatores culturais, incluídas as tradições e o fundo histórico em que todos esses aspectos se concretizam, tendem a influir de modo significativo nas formas de participação (MOTTA, 1983, p. 25).

Motta (1983) ainda argumenta sobre a participação funcional, decorrente do interesse dos trabalhadores a respeito do funcionamento da empresa, limitada pela impossibilidade burocrático-capitalista de junção de direção e execução. Esta participação, também denominada participação administrativa, se organiza por representações e objetiva a diminuição no distanciamento entre dirigentes e dirigidos, é comumente conhecida por comissões, comitês, variando de organização para organização e de país para país tendo em comum o aspecto consultivo-administrativo.

Todavia, para compreensão do fenômeno da participação neste tipo de organizações, Motta (1983) diz ser necessário ponderamos que participação é um conceito ambíguo que remete a diversas realidades, tendo significações conforme o contexto em que está inserida. Refere-se ainda o autor a respeito da participação, não necessariamente ser assumir o poder, mas pelo menos possuir proximidade com este, proximidade esta que deve ser avaliada a nível de questões técnicas, organizacionais e econômicas. Entende-se enquanto poder segundo Faria:

Poder é a capacidade que tem uma classe social (ou uma sua fração ou segmento), uma categoria social ou um grupo (social ou politicamente organizado) de definir e realizar seus interesses objetivos e subjetivos específicos, mesmo contra a resistência ao exercício desta capacidade e independentemente do nível estrutural em que tal capacidade esteja principalmente fundamentada (FARIA, 2004, p. 141).

Corroborando com a perspectiva de relação entre participação e poder, Faria (2007), argumenta que para a análise das organizações é indispensável elucidar o mundo do poder e os mecanismos de controle para a sua compreensão e de seus objetivos. Deve-se buscar nestas análises as relações externas e internas de poder evidenciadas conforme os meios de controle e como mediação entre desejos. A respeito das relações de poder deve-se considerar as realidades evidentes e ocultas tendo como suporte à análise a dinâmica dos sujeitos coletivos no trabalho, em relação à produção, realização, considerando-se aspectos objetivos e subjetivos (FARIA, 2007). Para Baeta e Siqueira (1984), *apud* Klechen; Barreto; Paes de Paula (2011) a participação trata-se de um processo político que requer dos relacionados envolvimento no processo decisório. Segundo Klechen, Barreto e Paes de Paula (2011):

Os níveis de participação podem ser incluídos no interior de um *continuum* que vai da heterogestão (onde não existe participação real dos funcionários e todas as decisões são conduzidas pela gerência) à autogestão (onde há o efetivo exercício do poder pelos trabalhadores, comandando todas as decisões). (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA (2011, p. 672, grifos dos autores)

Referir-se a participação na gestão necessita explicitar os aspectos que constituem a gestão e o estudo da participação para se conhecer os seus níveis, deve considerar o grau de controle dos produtores diretos a respeito dos constituintes da gestão do processo do trabalho (FARIA, 2009).

Tabb e Goldfarb, segundo Faria (2009), entendem que a participação nas organizações remete a alguns aspectos considerados importantes para a tal reflexão, entre eles o envolvimento dos trabalhadores na tomada de decisão dentro de determinada área e a consulta a esses trabalhadores ou representantes. Além disso, as formas de participação variam conforme: estrutura social-econômica, instituições jurídico-institucionais e fatores culturais. Somado a isso consideram ainda, para avaliação, a base normativa referente às regras, amplitude da participação, e a natureza das decisões e recompensas materiais.

De maneira geral é possível apreender a participação enquanto um fenômeno político que perpassa as relações de poder e exercício do processo decisório. Sua análise requer considerar-se o controle, relações internas e externas na organização, aspectos objetivos e subjetivos, aspectos técnicos, organizacionais e econômicos, sendo necessário, considerar-se todos esses aspectos na análise da existência ou não de uma gestão participativa e o seu grau.

### **2.5.2 Valores humanitários**

As organizações autônomas são baseadas nos princípios da igualdade e da liberdade, buscando a democratização de seus espaços e decisões, desenvolvendo nos indivíduos a disseminação de valores baseados na solidariedade e cooperação (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011).

Ainda sobre os valores das organizações autogestionárias:

Os princípios de igualdade e liberdade interpõem-se justamente para servir de critério valorativo de ação e fornecer a noção de equidade entre todos os seres humanos, evitando que um regime autoritário seja suplantado por outro igualmente autoritário (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011, p. 678).

Os valores dos empreendimentos econômico solidários constituem um dos principais pilares para a avaliação da existência da autogestão.

Proudhon fundamenta a autogestão com base em uma série de princípios filosóficos, os quais entendemos como valores intrínsecos a autogestão. Segundo Almeida (1983), Proudhon considera a Liberdade, Igualdade e Segurança direitos absolutos e a partir destes e de uma série de outros princípios filosóficos fundamenta sua teoria e utiliza-os para criticar o capitalismo. No plano econômico, Proudhon critica a propriedade privada entendendo que a igualdade pressupõe que o produzido pertença a quem o produz. No plano político, o referido autor (Proudhon) critica a burocracia argumentando ser esta causa de alienação e que o fim desta alienação traria a liberdade. Dessa forma, podemos apreender dentre valores da autogestão a liberdade, igualdade e propriedade coletiva dos meios de produção (PROUDHON, 2011).

Entender os valores que permeiam a autogestão possui profunda ligação na compreensão da racionalidade a que se vincula esta sociedade, sobre isso, discorreremos a seguir.

A teoria da organização hegemônica fundamenta-se na racionalidade instrumental, a qual também é predominante na ciência social ocidental (GUERREIRO RAMOS, 1981). Este tipo de racionalidade é típico de um sistema pautado em mercado e critica ainda o autor a racionalidade instrumental, no que tange a ciência social, argumentando:

No fim das contas, as ciências naturais podem ser perdoadas por sua ingênua objetividade, em razão de sua produtividade. Mas essa tolerância não pode ter vez no domínio social, onde premissas epistemológicas errôneas passam a ter um significado cripto-político – quer dizer, uma dimensão normativa disfarçada imposta pela configuração de poder estabelecida (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 2)

Segundo Gutierrez (1988), a empresa moderna capitalista é fundamentada na racionalidade instrumental, a despeito da racionalidade substantiva. A respeito das consequências desta ideologia inerente a empresa heterogerida, o autor argumenta: “isso possibilita o esvaziamento da atividade laboral de suas características humanas, como criatividade e individualidade, transferidas a mercadoria” (GUTIERREZ, 1988, p. 10), pois segundo o autor, em decorrência dessa racionalidade encontramos a separação do trabalho operacional do intelectual e o controle na organização baseado na burocracia.

Ao contrário da racionalidade instrumental, formal, das organizações tradicionais capitalistas heterogeridas, a organização autogestionária busca o seu desenvolvimento por meio de valores que proporcionem o desenvolvimento humano baseados na autonomia, democracia, participação, solidariedade. Dessa forma, entendemos que a organização autogestionária inspira-se então na racionalidade substancial, a qual é pautada no exercício da democracia, igualdade e liberdade e conforme diz Guerreiro Ramos (1983, p. 38) “a racionalidade substancial é estreitamente relacionada com a preocupação em resguardar a liberdade”.

É comum também, nesse tipo de organização o vínculo com a comunidade local de maneira a promover uma melhor condição ou atender a algumas necessidades negligenciadas (GUTIERREZ, 1998), como por exemplo, permitir e buscar o acesso a oportunidade de trabalho ou usufruto de determinados bens ou serviços a despeito somente do lucro ou resultado.

Costumam essas organizações estabelecerem vínculo com outras experiências de mesmas características buscando benefício mútuo ou solidariedade, tanto por meio de associações maiores como, por exemplo, a ANTEAG, como por meio de parcerias a nível de questões econômicas. Estas uniões permitem fazer pressão sobre o governo ou sociedade em prol de alguma medida ou lei referente às demandas ou necessidades, divulgação e sensibilização na sociedade e intercâmbio de ideias, informações entre essas organizações e suas experiências (GUTIERREZ, 1998).

### **2.5.3 Difusão do conhecimento técnico-administrativo**

A conformação do trabalho a partir da Revolução Industrial, em que se tem uma divisão do trabalho em cérebros que pensam e mãos que executam (TRAGTENBERG, 1989), desproveu o operário do sentido de realização por meio do trabalho subutilizando seu potencial de criar (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011) e desprovendo-o da capacidade de decidir a nível de interesses que o atinjam.

No modelo autogerido de organização, busca-se a disseminação do conhecimento técnico-administrativo de maneira em que o trabalhador detenha informações a respeito do processo produtivo e dessa forma possa realizar uma participação plena a respeito dos aspectos da produção. Dessa forma é possível a união entre o conhecimento no que tange a produção e com relação à administração da organização (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011).

Isso não significa que cada um fará todo o trabalho, mas que mesmo mediante a uma distinção de tarefa pode-se operar uma rotação de função sem grandes prejuízos e promovendo, dessa forma, uma simetria de conhecimento a respeito da gestão e dos aspectos técnicos que envolvem a organização (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011).

Para Gutierrez (1998; 1988), o conhecimento técnico administrativo é um fator de extrema importância para o alcance da autogestão tanto no que tange a permitir o exercício pleno da participação por meio do diálogo, quanto a promover a sobrevivência da organização no que se refere a resultados.

Sobre isso, o autor aponta como um dos pontos em comum encontrado em experiências autogestionárias ser a “necessidade urgente de formação em educação básica e técnica (administração de empresas)” (GUTIERREZ, 1998, p. 72), isto se reafirma devido a autogestão requerer para a prática da participação o diálogo contínuo, o que às vezes é dificultado ante a baixa instrução ou conhecimento dos membros sobre alguns temas. Sobre isso, Venosa (1981) argumenta que um desnível de conhecimento técnico-administrativo entre os membros da organização autogestionária pode ocasionar um desnível de participação.

Além disso, Gutierrez (1988) aponta a necessidade do conhecimento técnico-administrativo como requisito para o bom funcionamento da organização gerando resultados positivos. Argumenta o autor existir situações em que um conjunto de pessoas se propõe a construir uma organização autogestionária, no entanto despreocupando-se e despreparando-se no que se refere ao aspecto do conhecimento técnico-administrativo, terminam por comprometer a organização, pois confiar apenas na vontade e espontaneidade promove relações dispersas, o que pode prejudicar a organização levando-a a falência ou a heterogestão.

Para Venosa (1981), um desnível de conhecimento técnico administrativo pode ocasionar um poder hegemônico por parte de quem o detém. Analisando dados de pesquisas de diversos autores a respeito da experiência autogestionária Iugoslava, o autor pôde constatar que muitos cargos de representação eram geralmente ocupados pelos membros da organização que possuíam um nível maior de formação e instrução. Ademais, interpretou o referido autor que os operários da base geralmente se interessavam mais por temas emergenciais e internos a organização, julgando, tais operários, em certas circunstâncias e temas, inaptidão na tomada de determinadas decisões por não deterem o saber técnico administrativo. Tais reflexões nos levam a perceber uma limitação à participação a depender do conhecimento técnico-administrativo e a educação.

A respeito da educação, Proudhon considera que esta possui um papel de destaque para a instauração da autogestão. Defende Proudhon uma educação adequada a todos de maneira que garanta igualdade de condições entre as pessoas e reduza ao mínimo possível suas diferenças e dessa forma, as condições de trabalho (ALMEIDA, 1983).

Segundo Proudhon, a educação seria um meio para o alcance da igualdade. Para o referido autor, o trabalho educativo proporciona a liberdade, elemento primordial para a concretização da autogestão (ALMEIDA, 1983).

Segundo Gutierrez (1988), a desalienação, ou seja, a eliminação dos mecanismos que provocam a “alienação intelectual” poderia ser realizada por meio da difusão e educação a respeito do saber técnico-administrativo e também complementado pela alternância de funções.

Diante disso, é possível compreendermos a importância da educação e conhecimento para a consolidação da autogestão. Neste sentido, Gutierrez (1988) defende que a autogestão só será possível se concretizar quando houver interesse coletivo em sua implantação e sem se desconsiderar os aspectos técnico-administrativos.

## **2.6 Empecilhos à Autogestão**

De acordo com Singer (2002), a prática da autogestão possui como um dos principais entraves a falta de interesse e esforço de seus membros. Caso prevaleça a “lei do menor esforço” (SINGER, 2002, p. 20) o empreendimento de economia solidária corre o sério risco de se degenerar, tornando-se uma heterogestão disfarçada. Isso pode ocorrer quando os membros delegam as decisões aos conselhos ou comitês e não se esforçam em acompanhar, discutir, participar das decisões. Nesses casos as assembleias servem apenas para a legitimação de decisões já tomadas e não há a necessária atenção às discussões. Essa inércia é uma contradição aos princípios da autogestão que de acordo com Singer (2002, p. 21) “tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes”, tendo em vista que, segundo o referido autor, o exercício da autogestão, torna quem a pratica pessoas mais reflexivas, seguras e autoconfiantes.

Em complemento a essa questão, Gutierrez (1988) aponta duas situações problemáticas ao alcance da autogestão: 1) quando a proposta de modelo autogerido é implantada de cima para baixo e 2) quando há vontade e interesse das pessoas envolvidas, no entanto não atentam a

importância do conhecimento técnico-administrativo. Sobre o primeiro aspecto, o autor descreve que a organização para ser efetivamente autogestionária, deve partir do pressuposto da liberdade e vontade de um conjunto de pessoas, dessa forma, sendo a imposição contrária aos princípios autogestionários e correndo o risco de se trazer a o imobilismo a administração, ou remeter a falsas práticas democráticas.

Do mesmo modo, não se pode desconsiderar a importância do saber técnico administrativo, o qual – conforme apontado anteriormente, ao discorrermos sobre os pilares da autogestão – é elemento chave para a efetivação da participação. A não difusão das informações e assimetria do conhecimento técnico-administrativo pode levar as unidades de decisão, segundo Venosa (1981), a incorrerem do uso de estratégias que promovam a manutenção de certas elites no poder, através de manipulação e desinformação.

Laville e Gaiger (2009), a esse respeito, alertam para um risco das organizações aos moldes solidários não conseguirem dar continuidade aos princípios autogestionários que a norteiam e poderem se degenerar a exemplo do que aconteceu em Rochdale em 1864 e como já aconteceu a outros exemplos de cooperativas de consumo e de comercialização em que houve contratação de serviços técnicos administrativos que se sobressairiam ao papel decisório que deveria advir dos seus membros cooperados. A esse respeito, o autor nos diz que o crescimento de algumas cooperativas pode as levar a abdicar de seus princípios e mudarem por isomorfismo institucional.

Isso se deve, muitas vezes, devido a muitas pessoas inserem-se na lógica da economia solidária como forma de alternativa a pobreza e desemprego, o que não necessariamente remete a uma formação democrática dos participantes (SINGER 2002) e o que também está ligado a exclusão educacional a que geralmente estão submetidas estas pessoas (GUTIERREZ, 1998). Dessa forma, a prática da autogestão exige um adicional esforço coletivo em prol de se poder experimentar ao máximo as potencialidade que essa forma de gestão proporciona (SINGER, 2002). No entanto, se estes empreendimentos mantiverem sua racionalidade própria sob a lógica de cooperação, o risco de se transformarem em uma heterogestão serão menores (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Considerando os empecilhos aqui mencionados à autogestão, nos indagamos sobre as possibilidades dessa forma de gestão ser fomentada por um agente externo ao grupo de

trabalhadores, o Estado por meio das políticas públicas, criar as possibilidades da superação da autoalienação do trabalho, para buscar respostas a esse questionamento, elaboramos essa pesquisa valendo-se do estudo de casa de uma cooperativa que, atualmente, é fomentada pela política da Economia Solidária. E, nesse sentido, antes de expor as questões relativas ao método, importante destacar as principais características da autogestão que balizaram as análises, quais sejam: a participação dos associados, a forma de tomada de decisão, o planejamento das atividades, a propriedade dos meios de produção, a forma de apropriação do trabalho e os valores difundidos na organização.

### 3 MÉTODO

A metodologia que utilizamos na pesquisa realizada aproxima-se do método materialista histórico-dialético. Por uso deste método, compreendemos a vinculação condizente a sua abrangência tanto epistemológica, quanto a forma de análise e interpretação dos dados.

Aliado à Teoria Crítica e em conformidade a esse vínculo epistêmico, buscamos a partir do referido método, a compreensão e investigação de contradições sociais a partir da análise de ações de seres sociais – individuais e coletivos – e suas correspondentes relações sócio-históricas, questionando-se também, a partir da investigação e explicitação, as condições da ordem vigente (FARIA, 2007).

De acordo com Bottomore (2001), a dialética:

é tematizada na tradição marxista mais comumente enquanto (a) método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética *epistemológica*; (b) um conjunto de leis ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética *ontológica*; e (c) o movimento da história: dialética *relacional* (BOTTOMORE, 2001, p. 101, grifos do autor).

Para uma melhor compreensão do método entendemos ser necessária a compreensão do conceito de dialética, o que nos remete a um breve retorno a sua manifestação na história da filosofia.

De acordo com Konder (2011), a dialética na Grécia antiga se referia à arte do diálogo. Posteriormente, passou a ser a arte da demonstração de uma tese por meio do diálogo. Na atualidade, de maneira sucinta e superficial, dialética se refere ao “modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2011, p. 8-9).

Konder (2011) salienta que o fundador da dialética, segundo Aristóteles, foi Zênon de Eleia. Já para outros filósofos, essa atribuição coube a Sócrates. Dentre vários defensores desta forma de enxergar o mundo, seu defensor mais radical foi Heráclito de Éfeso, o qual, em correspondência a noção de perpétua transformação da realidade, é autor da famosa

proposição de que um mesmo homem não toma banho duas vezes no mesmo rio. Na contrapartida a posição dialética de contínua mudança, Parmênides defendia que a essência permanecia, mudando apenas a superfície. Essa outra concepção, a qual se tornou predominante à época sobre a dialética, corresponde à metafísica (KONDER, 2011).

A concepção metafísica acerca da realidade prevaleceu durante muito tempo sobre a dialética, tendo em vista a metafísica possibilitar consonância ao interesse das classes dominantes, as quais não desejavam a mudança, nem o fomento a esta, e sim a manutenção da ordem vigente. O resgate da concepção dialética ocorre a posteriori, com Aristóteles e conta com colaborações de outros filósofos como Diderot, Rousseau (KONDER, 2011), e dentre os teóricos, acentuadas contribuições à dialética partiram de Hegel.

Hegel revoluciona a ciência do pensamento, pois traz com suas elaborações a respeito da dialética, uma alternativa a interpretação da realidade em contrapartida a lógica dominante a época, a lógica formal. No entanto, a dialética em Hegel alude a uma interpretação espiritual, abstrata, mental (NOVACK, 2005). Coube a Marx e Engels a contribuição à filosofia dialética, agregando o caráter materialista.

Entendemos que utilizar o método materialista histórico-dialético é compreender o ser humano enquanto sujeito histórico, o qual executa sua prática objetivamente em sua relação com a natureza e com os demais homens. A realidade, ao homem, se apresenta “como o campo em que se exercita sua atividade prático-sensível” (KOSIK, 1995, p. 14).

De acordo com Faria (2007) o método materialista histórico-dialético possui as seguintes características:

- a) materialidade do mundo (fenômenos, objetos, processos, etc. são aspectos da matéria em movimento);
- b) a matéria é anterior à consciência (a consciência é um reflexo da matéria);
- c) o mundo é (relativamente) cognoscível (tudo pode ser conhecido com o tempo) (FARIA, 2007, p. 17).

De acordo com Kosik (1995) a dialética versa sobre a “coisa em si” (KOSIK, 1995, p. 13), a qual não é manifesta – a essência – de imediato ao homem, e sim a aparência, correspondente ao fenômeno. A dialética busca então a apreensão da essência da realidade presente no

fenômeno, a qual está encoberta. Este ocultamento, a visão parcial, corresponde a pseudoconcreticidade.

Nesse sentido, fazer uso do método dialético requer ao pesquisador ter em mente que existe uma essência oculta, a “coisa em si” a qual não é revelada imediatamente pelo fenômeno (KOSIK, 1995). Assim, “as leis do método devem ser concretas no sentido de que nos permitem penetrar em todo objeto, em toda realidade” (LEFEBVRE, 1995, p. 236). Entendemos concreto no sentido em que nos fala Ferraz (2010), relativo à realidade objetiva, material, mas não no sentido do tangível como entendido na física newtoniana e sim no que remete a “fatos sociais concretos, aqueles que condicionam nosso processo de construções abstratas, dos quais essas concepções abstratas também fazem parte” (FERRAZ, 2010, p. 88). De acordo com Faria (2007) são categorias do método materialista histórico dialético:

- i) a matéria (realidade objetiva).
- ii) a consciência (apreensão, pelo pensamento, da matéria)
- iii) a prática social (atividade, resultante da relação entre matéria e consciência, orientada para transformação) (FARIA, 2007, p. 17).

Segundo Kosik (1995), o indivíduo cria representações da realidade a partir dos meios, instrumentos, dentre outros fatores e configura as formas fenomênicas da realidade, a existência real. Tais representações são referentes à práxis cotidiana. Dessa forma, no que se refere à percepção da realidade, o mundo dos fenômenos, que são percebidos pelo homem e os quais este considera naturais, corresponde a pseudoconcreticidade.

A pseudoconcreticidade corresponde à aparência exposta pelos fenômenos, possui um duplo sentido em que ao mesmo tempo em que se aproxima da essência, a oculta. “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro e escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1995, p. 15).

Essência e fenômeno possuem uma relação íntima e intrínseca onde a essência se mostra no fenômeno, entretanto, o seu aparecimento não se revela de maneira plena, o fenômeno encobre a essência, a qual permanece oculta, encoberta, até que seja realizada uma análise mais aprofundada, em que se possa captá-la, também denominada de “cisão do único”, este é o propósito a ser empreendido pela metodologia dialética (KOSIK, 1995).

O fenômeno é o que se manifesta de imediato, o que está a mostra e se apresenta com maior frequência. Reflete algo o qual não é, e dessa forma, sobrevive sendo o contrário da essência. “A manifestação da essência é precisamente atividade do fenômeno” (KOSIK, 1995, p. 15). O fenômeno, ao mesmo tempo em que revela a essência, também a esconde, no entanto, a essência não é passiva. A essência não se revela imediatamente, mas está condicionada ao fenômeno, se apresentando de maneira distinta do que é. No entanto, o mundo do fenômeno não é completamente independente da essência, a essência não é totalmente distinta do fenômeno, caso isso procedesse, os fenômenos seriam considerados irrealis, o que os tornaria indescritíveis (KOSIK, 1995), esta inter-relação é apresentada por Marx (2003) quando argumenta que:

na medida em que a totalidade concreta, enquanto totalidade-de-pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, é de fato o produto de um pensamento, da atividade de conceber; ele não é pois de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente a observação imediata e à representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação (MARX, 2003, p. 248-249).

Dessa forma, conforme nos fala Kosik (1995), de maneira contrária, fenômeno e essência possuem uma relação íntima, onde o mundo do fenômeno tem sua estrutura própria, apesar de não absoluta, que pode ser descrita.

Segundo Kosik (1995), ao mundo da pseudoconcreticidade pertencem: o mundo dos fenômenos externos, correspondentes à superficialidade dos fenômenos; o mundo do tráfico e manipulação, resultado da práxis fetichizada dos seres humanos; o mundo das representações comuns, referente a representações dos fenômenos na consciência humana, e o mundo dos objetos fixados, que corresponde à impressão de naturalização dos objetos e não compreensão de sua expressão ser relativa à atividade social humana.

No mundo da pseudoconcreticidade inexistente distinção entre essência e fenômeno, a aparência é tida como essência. A dialética busca a desconstrução da pseudoconcreticidade e apreensão da essência dos fenômenos (KOSIK, 1995). O método dialético então, permite a aplicação das leis universais ao particular, “o meio, o instrumento que faz o singular subsumir-se ao universal” (LEFEBVRE, 1995, p. 236).

A dialética busca o conhecimento da “coisa em si”, da estrutura da coisa por meio da decomposição do todo. O conhecimento se processa a partir da compreensão do todo e das partes, da distinção entre fenômeno e essência separando a superficialidade do essencial. Nessa realização, o superficial não é eliminado, mas sim considerado sobre o ponto de vista de fenômeno, aparência (KOSIK, 1995).

Essa decomposição das partes e do todo, é análoga a ação humana, a qual se realiza por meio da decomposição, priorizando aspectos do real que estejam de acordo com o interesse do momento, sem perder de vista a totalidade em que se está imerso. O agir humano é unilateral, pois desconsidera o que não é relativo ao interesse naquele momento de agir, ignorando alguns aspectos da totalidade (KOSIK, 1995).

A “cisão do único” é fruto da diferença entre a práxis revolucionária e a práxis utilitária. A práxis utilitária imediata, ou práxis fragmentária não permite a compreensão dos fenômenos, está embasada na consideração universal e ahistórica de categorias, as quais não correspondem a essa atribuição. Desse modo, a aparência superficial da realidade se mostra familiarizada e natural ao ser humano, enquanto em essência – análise essa permitida por meio do uso do método dialético – é fruto de construção histórico-social (KOSIK, 1995).

As categorias, como por exemplo, o dinheiro, valor de troca, trabalho assalariado, dentre outras, são “produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nessas condições e no quadro dessas” (MARX, 2003, p. 253). Dessa forma, entendemos que “as categorias exprimem, portanto formas de existência, condições de existências determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares” (MARX, 2003, p. 255) de um determinado objeto ou sociedade em questão. Em suma, é necessária a desnaturalização de certas categorias tidas enquanto universais para a realização de uma análise adequada. A realização dessa análise pressupõe o conhecimento da essência, a qual será permitida por meio de um caminho que não considere na análise apenas a cronologia histórica, e sim a relação que se estabelece entre as categorias, partindo do mais simples para o mais complexo (MARX, 2003).

Ou seja, o concreto, a totalidade, deve ser a síntese e não o ponto de partida, “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (MARX, 2003, p. 248). O ponto de partida deve ser a representação, a observação imediata (MARX, 2003), o qual entendemos enquanto fenômeno.

Isso significa que, categorias como, por exemplo, trabalho, dinheiro, podem ser tratadas como naturalizadas e consideradas enquanto independentes de qualquer período histórico, versadas enquanto uma forma universal, o que não é correto de acordo com o método materialista histórico-dialético, pois as categorias abordadas dessa forma configuram uma “relação *unilateral* e a abstrata de um todo concreto, vivo, já dado” (MARX, 2003, p. 248, grifos do autor).

Dessa forma, o que configura o caráter de pseudoconcreticidade não é a existência do fenômeno, mas a aparente independência dos fenômenos. O método dialético busca a desconstrução da pseudoconcreticidade para o alcance da concreticidade, configurando ao processo de desvendamento do mundo real. A dialética não busca o questionamento da existência dos fenômenos, mas a sua aparente independência, pois, em essência, é uma existência que está relacionada a um todo, trata-se de uma derivação. Esse questionamento é possível por meio da práxis social humana (KOSIK, 1995).

O método dialético corresponde ao universal concreto e compreende leis objetivas que referentes às leis do pensamento, leis do real e a relação entre os dois, o movimento e a mediação entre o universal e o concreto (LEFEBVRE, 1995). De acordo com Lefebvre (1995) as leis do movimento dialético são:

- a) Lei da interação universal (mediação): de acordo com essa lei nada está isolado, tudo está em intenso relacionamento e a compreensão e análise de determinado objeto pelo método dialético remete ao relacionamento do objeto em suas partes e com a totalidade;
- b) Lei do movimento universal: o método dialético relaciona os fatos tanto com seus componentes internos como com os componentes externos relativos ao devir universal, sendo essa relação estreita e inseparável;
- c) Lei da unidade dos contrários: refere-se essa lei ao imbricamento entre os contrários, configura-se em uma inclusão de uma parte em outra. “O método dialético busca captar a ligação, unidade, o movimento que engendra os contraditórios” (LEFEBVRE, 1995, p. 236);
- d) Transformação da quantidade em qualidade: também entendida como lei dos saltos qualitativos, esta lei aponta que crescimentos quantitativos paulatinos culminam em saltos bruscos qualitativos a partir da intensificação das contradições;
- e) Lei do desenvolvimento em espiral: como em dialética as contradições estão em profunda relação refere-se a superação de uma determinada situação elevando-se a um nível mais

complexo, qualitativamente. Trata-se de um retorno superando o nível anterior ultrapassando os seus limites.

As leis da dialética não podem ser tomadas como mecânicas, o que configuraria sobretudo uma arbitrariedade em sua essência, que prevê a intensa movimentação das particularidades e do todo, entretanto, tais leis se mostram importante como horizonte de embasamento a referida concepção (KONDER, 2011; FERRAZ, 2010). As leis dialéticas correspondem em suma uma análise do movimento, que compreende continuidade/descontinuidade, interação entre contrários, saltos qualitativos, aumento nivelar em intrínseco relacionamento entre os componentes (LEFEBVRE, 1995).

De acordo com Faria (2007), estudar as organizações sob o método materialista histórico-dialético, implica entender as interações organizacionais tanto no que se refere às relações com a totalidade, as relações tanto do ambiente interno quanto as com ambiente externo de forma imbricada entendendo que se complementam e se opõem. Ou seja, é analisar as relações dialeticamente onde “as organizações, enquanto unidade de análise, não podem ser tomada independentemente do lugar que ocupam na estrutura social e das relações que estabelecem no interior da mesma” (FARIA, 2007, p. 11).

Nesse sentido, cabe destacar que conforme expomos anteriormente, o entendimento da vinculação ao método compreende além da forma de coleta e análise de dados também a coerência epistemológica, o que ultrapassa a simples definição de instrumentos, entendendo a metodologia enquanto um processo (FARIA, 2007), o que significa que “instrumentos de coleta de dados e técnicas de análise constituem apenas uma parte da metodologia, pois esta é o conjunto dos procedimentos que englobam a epistemologia, a teoria e a interação com o real” (FARIA, 2007, p. 16). Segundo Faria (2007), os instrumentos utilizados não são ferramentas rígidas, mecânicas, podendo variar conforme a natureza do fenômeno, devendo ser utilizado o instrumento que permita mais condições para a compreensão e análise do objeto estudado e suas relações dialéticas.

Entendemos que os instrumentos que melhor nos permitiram a apreensão da essência do fenômeno estudado foram os de natureza qualitativa de pesquisa, por meio de técnicas como a observação participante, análise documental, complementada de entrevistas semiestruturadas.

Discorreremos sobre a apreensão e posteriormente a análise dos dados mais detalhadamente a seguir.

### **3.1 A pesquisa qualitativa**

A pesquisa qualitativa, enquanto campo de investigação atravessa diversas disciplinas e campos localizando o investigador no mundo. Constitui-se num processo permanente de constante definição e redefinição dos instrumentos metodológicos de acordo com surgimento de novos fatos e ideias ao longo da pesquisa e permite o enriquecimento e surgimento de novas necessidades no que tange a teoria. O pesquisador insere-se em campo e progressivamente, a partir de suas reflexões teóricas arquiteta os elementos relevantes ao problema estudado (GONZÁLEZ REY, 2005).

Na presente pesquisa busco para a resolução do problema a compreensão de se as experiências autogestionárias induzidas por políticas públicas criam práticas sociais que possibilitem um devir da superação da autoalienação do trabalho, desenvolvo uma abordagem qualitativa por entender que essa forma de pesquisa nos permite compreender gradativamente o fenômeno estudado por meio do acompanhamento, comparação, catalogação, classificação de variáveis, dentre outros aspectos que se referem ao processo de investigação do objeto de estudo (CRESWELL, 2007), a Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão.

Dessa forma, para a investigação do objeto empírico, realizei uma pesquisa qualitativa por meio de observação participante do processo de trabalho na cooperativa, da gestão do empreendimento e das relações sociais, atentando ao tema da alienação do trabalho e autogestão. Além disso, realizei entrevistas semiestruturadas com associados e análise documental relativa à Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão, em Piripiri, Piauí.

A observação participante foi realizada por mim junto à Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão frequentando, durante três meses, diversos espaços referentes a essa organização, em especial acompanhando o processo de trabalho no campo e todas as suas particularidades, o cotidiano da cooperativa, a comunidade em que esta se localiza e que faz

parte do seu projeto, incluindo a residência de alguns colonos e também, devidamente autorizada, participei de uma assembleia extraordinária e de uma reunião de diretoria.

Tanto no que tange ao processo de trabalho diário e suas relações, quanto em atividades como assembleias deliberativas e reuniões de conselhos ou equipes, as observações foram registradas em um diário de campo, o qual terá seus dados pormenorizados adiante.

Ao fim dos três meses de observação participante, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os associados da cooperativa e sujeitos envolvidos que se considerem relevantes para a elucidação do fenômeno pesquisado, sendo os dados resultantes analisados por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

As entrevistas foram realizadas ao final da observação por entender que ao término desse processo já havia uma maior confiança entre sujeitos de pesquisa e a pesquisadora, e dessa forma haveria uma maior disponibilidade e confiança em relatar as informações relevantes à pesquisa, o que de fato se confirmou. Foram realizadas 16 entrevistas, buscando alcançar diversos perfis de sujeitos, sendo destes selecionados 5 associados mais antigos – participantes da fundação da cooperativa –, 5 que adentraram ao quadro de associados após a implementação do projeto e 5 irrigantes que ingressaram mais recentemente na cooperativa. Além dos 15 colonos entrevistados, também foi entrevistada uma funcionária do órgão DNOCS.

A escolha dos entrevistados ocorreu mediante os critérios de tempo elencados anteriormente e por indicação dos irrigantes em campo, sobretudo os pertencentes a diretoria. Entendemos que os irrigantes pertencentes à diretoria eram as pessoas mais habilitadas a indicar os entrevistados, pois a condição de representação na organização acaba por suscitar um maior conhecimento do conjunto dos associados. Ao mesmo tempo, isso pode tender a uma indicação de pessoas mais próximas, o que tentei contornar pedindo que fossem indicadas pessoas que não fossem próximas à cooperativa. As entrevistas foram encerradas quando percebemos a saturação dos dados por meio da similaridade e repetição das respostas.

### **3.1.1 Análise documental**

A análise documental segundo Saint-Georges (2005) pode utilizar de fontes de documentação escritas e não escritas. As fontes documentais não escritas referem-se a objetos e vestígios materiais – instrumentos, vestuários, insígnias, dentre outros –, a iconografia – desenhos, pinturas, mapas, etc –, imagem e sons registrados – vídeos, documentários, noticiários de rádio ou televisão. As fontes escritas podem ser subdivididas ainda em documentos oficiais, fontes não oficiais e fontes estatísticas. A respeito das fontes oficiais escritas podem ser aquelas que são legitimadas por uma autoridade pública ou as que são emitidas por instâncias privadas (SAINT-GEORGES, 2005).

Além da observação participante, realizei análise documental do estatuto da cooperativa, atas de assembleias ordinárias e extraordinárias de 42 anos de cooperativa, atas de reuniões de diretoria dos últimos nove anos de cooperativa, as quais participam conselho administrativo e conselho fiscal.

Ademais, enquanto fontes oficiais, foram analisados os documentos oficiais de projeção inicial e implementação da cooperativa pelo DNOCS: o Projeto de Planejamento Integral Assentamento Agrícola Caldeirão; Pesquisa Sócio-econômica da Área de Influência do Açude Caldeirão; Programa de Extensão Rural e Projeto de desenvolvimento integrado: Norte do Piauí. Também foram analisados o Relatório do DNOCS de 1971; Relatório do DNOCS de 1972; os Planos de explorações que estavam disponíveis na biblioteca do órgão, sendo encontrados os de 4 anos de cooperativa, não consecutivos e aleatórios; uma revista comemorativa aos 90 anos do órgão “DNOCS especial” e outra revista denominada “Diário do Nordeste”.

### **3.1.2 Observação e Diário de campo**

A observação enquanto técnica de coleta de dado tem sido muito debatida com relação à abordagem qualitativa, encontrando-se diversas concepções de observação na literatura. A observação enquanto técnica de investigação nesta pesquisa fez-se imprescindível tendo em vista que por mais próximas que entrevistas e descrições pudessem trazer a investigadora para

a realidade, esses métodos não garantem a própria prática, sendo esta possível por meio da observação (FLICK, 2002).

A apreensão de dados por observação pode ser participante ou não participante. A observação não participante é aquela em que o investigador procura não influenciar nas atividades e comportamentos do seu objeto de investigação, já a observação participante, o investigador desenvolve um relacionamento no seu campo de pesquisa, atuando de forma prática e, conseqüentemente, influencia no que é observado como resultado dessa participação (FLICK, 2002).

Entendo que a observação realizada em campo foi participante, pois mesmo não tendo eu realizado o processo de trabalho dos irrigantes em si, os demais critérios relativos a diferenciação da observação participante da não-participante, segundo Flick (2002), foram por mim todos cumpridos: i) posicionamento no presente do momento dos acontecimentos; valorização da interpretação e compreensão da natureza humana; ii) modelo de pesquisa em aberto – podendo se reavaliar aspectos do problema conforme acontecimento e atividades vivenciadas; iii) desenvolvimento de atividades diretamente participantes – o que fomenta a criação de relacionamento com os nativos; iv) predomínio da observação direta.

Conforme Flick (2002), entendemos a observação participante como um processo, a partir do qual se inicia a coleta de dados com a comunicação com os observados e onde aos poucos o investigador continua construindo o seu acesso às pessoas e a área observada. A partir de então, a observação torna-se, com o tempo, mais sólida e pode-se focar nas questões mais relevantes para a pesquisa. Nesse processo, corroborando as três fases as quais Flick (2002) elucida, realizei: 1) Observação descritiva: inicial, orienta o pesquisador a respeito da área de estudo fornecendo informações não específicas, mas que proporcionam a este localizar-se no campo avaliando o que para este é mais relevante, além de temas de pesquisa e linhas de orientação; 2) Observação focalizada: quando o processo vai tornando-se mais denso no que é de mais relevante e específico para a pesquisa, focando-se nas questões mais essenciais para a investigação; 3) Observação seletiva: próxima ao final da pesquisa e trata-se da busca de maiores evidências das práticas e processos investigados.

Malinowski (1978), ao estudar os povos da Melanésia utilizou a observação participante tornando-se um dos fundadores desta técnica de pesquisa. Para o referido autor, esta técnica

permite vivenciar diretamente os acontecimentos, pois há uma série de fenômenos importantes que são impossíveis de serem registrados por meio de questionários ou dados estatísticos, requerendo a sua observação plena, o que ele denominou de “os imponderáveis da vida real”.

Utilizei como suporte para a observação participante o diário de campo, ferramenta essa que, para Malinowski (1978), é fundamental para o registro dos acontecimentos garantindo que nenhum fenômeno ou dado se perca. O diário de campo fez-se importante para o contínuo registro dos acontecimentos e acompanhamento dos dados, tendo em vista que com o passar do tempo a imersão em campo de pesquisa nos faz naturalizar determinadas situações não havendo mais o estranhamento de antes. Dessa forma, o diário de campo permite a análise dos dados e fenômenos que poderiam no cotidiano serem perdidos ou esquecidos.

O diário de campo permite ao pesquisador o registro e descrição dos acontecimentos do campo de maneira densa. Não há uma estrutura padrão, cabendo a cada pesquisador fazer uso deste da maneira que acredita que melhor se adequa a sua pesquisa. São documentos históricos podendo ser registrados e arquivados. São bastante pessoais e podem contar com a utilização de desenhos, símbolos, códigos, conforme a intenção do pesquisador. Sua utilização sistemática permite o cruzamento com outras fontes de coleta de dados (LOPES *et al.*, 2002).

Apesar de aparentar ser fácil a construção desta técnica, o diário de campo demanda esforço do pesquisador e disciplina, tendo em vista que é uma ferramenta que busca traduzir e registrar diversos acontecimentos, tentando o pesquisador em sua investigação, reconstituir e traduzir fenômenos. Exige o diário de campo um exercício de memória cotidiano e de atenção no sentido de não deixar dados e informações importantes se perderem (LOPES, 2002).

O diário possui fundamental importância não somente como forma de recolhimento dos dados, mas porque permite ao pesquisador estabelecer reflexões e registrar preocupações que perpassam o cotidiano da pesquisa (LIMA, 2002).

Os dados coletados na pesquisa a partir da observação participante junto à cooperativa foram registrados em um diário de campo de 122 páginas onde, conjuntamente as reflexões e questionamentos da pesquisadora, também foram registradas as apreensões relativas ao processo de trabalho em si, desde a forma de planejamento e execução nos lotes, a

historicidade dos acontecimentos relativos à comunidade Caldeirão e cooperativa, observações a respeito da gestão da organização e sua configuração, perpassando por conversas informais desenvolvidas no dia a dia, almoços na casa dos colonos, assembleia extraordinária vivenciada e reunião de diretoria que também foi assistida, momentos esses que permitiram uma maior elucidação da essência do trabalho realizado e gestão da cooperativa.

#### **4 PRÓLOGO: A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO**

A Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão surgiu como iniciativa de um projeto de irrigação e colonização promovido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), órgão do governo federal criado como forma de contornar e diminuir os efeitos da estiagem na região do polígono das secas, região esta a qual abrange toda a região Nordeste e o norte do estado de Minas Gerais.

Inicialmente o órgão federal (DNOCS) constrói de 1937 a 1945 um açude denominado “Caldeirão” por meio da barragem de um rio de mesma denominação. O açude público possui capacidade para 54 milhões de m<sup>3</sup> de água e tem por objetivo o armazenamento hídrico para a disponibilidade durante todo o ano, sobretudo no período de seca. Em 1971, desenvolve o DNOCS em cooperação técnica com o Estado de Israel, sob designação de “Missão Israel”, o Projeto de Planejamento Integral Assentamento Agrícola Caldeirão como forma de aproveitamento da água do açude público e terras próximas, por meio da colonização da área (BRASIL, 1971a; BRASIL, 1971b; BRASIL, 1973).

Como considera Lukács, o por teleológico demanda o conhecimento sobre as causalidades naturais e sociais, para a efetivação de uma política pública não seria diferente, assim, como base para implantação do Projeto de Planejamento Integral Assentamento Agrícola Caldeirão ou mais conhecido como “Projeto Caldeirão”, foi realizada uma pesquisa coordenada pelo DNOCS em 1969 a respeito das condições econômicas e sociais da região correspondente às imediações do açude público Caldeirão (BRASIL, 1970).

A pesquisa buscava criar subsídios para a elaboração de um projeto de irrigação na região abrangendo 1200 hectares, e a partir dos dados da pesquisa, forneceu condições para a seleção dos irrigantes, planejamento da produção agrícola e agropecuária, instalações habitacionais, aspectos educacionais e da comercialização da produção.

Nesta pesquisa foi feita uma descrição detalhada a respeito do clima e hidrografia da região, considerando-se também as vias de acesso e forma de comunicação e benfeitorias já existentes. Além disso, também se procurou descrever a população da região, contemplando desde número de habitantes, grau de instrução, tamanho das famílias e força de trabalho, alimentação dessas famílias, condições habitacionais, produção agrícola e pecuária e forma de comercialização do resultado da produção (BRASIL, 1970).

Após a pesquisa constatou-se que havia baixo grau de instrução dos habitantes da região, que as condições de habitação e alimentação das famílias residentes na região do açude público eram precárias, que a grande maioria dos habitantes da região sobrevivia de atividades agropecuárias realizando financiamento por meio do Banco do Brasil ou a partir de crédito de terceiros (empréstimos pessoais) – os quais contavam com juros elevados – e que por fim, a comercialização da produção era realizada a partir de intermediários entre os produtores e os consumidores, indicando o relatório a necessidade de constituição de uma organização que promovesse a comercialização em benefício dos próprios produtores.

A constatação da necessidade deste órgão é um dos principais fundamentos para a constituição da Cooperativa por parte do DNOCS. Ainda a respeito da cooperativa, o Projeto de Planejamento Integral Assentamento Agrícola Caldeirão (1971) disserta: “Os colonos, desde o início, serão orientados para o sistema cooperativo, sob orientação do DNOCS e depois de implantado o projeto, será instalada uma cooperativa agrícola, a qual passará a gerir o núcleo colonial” (BRASIL, 1971b, p. 157).

Como podemos observar, a iniciativa de fundação da cooperativa não parte dos próprios irrigantes, pelo contrário, é instituída por um órgão como parte de desenvolvimento de um projeto na região segundo o qual “o cooperativismo constitui uma exigência do processo de colonização” (BRASIL, 1971b, p. 158). Nesse sentido, percebemos que o conteúdo de uma organização social existente na comunidade israelita, os Kibutz, pode ter determinado o que a política pública deverá regular: o trabalho cooperado dentro de uma comunidade delimitada

geograficamente (denominada perímetro). Porém, como veremos, a experiência brasileira não guardou correspondência com os resultados do kibutz israelenses que existiam naquela época, talvez isso tenha ocorrido tanto por ser o cooperativismo uma exigência heterogênea quando por essa exigência não avaliar as causalidades sociais imposta pela forma de constituição da sociedade brasileira da região, que são descritas pela pesquisa desenvolvida pelo DNOCS.

Seguindo a exigência, vinte e seis agricultores fundam, em 29 de abril de 1972, a Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão regida pela lei nº 5.764/71. Em seu estatuto, a cooperativa é classificada como de comercialização (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1972a; 1972b), no entanto, a vivência na região nos permitiu percebê-la enquanto de produção, tendo em vista que para Rios (2007, p. 37) “o que caracteriza uma cooperativa de *produção* agrícola é sua produção em comum de produtos agrícolas”, o que de fato ocorre nesta organização, sendo a comercialização “apenas uma decorrência lógica e necessária de uma integração já existente na base” (RIOS, 2007, p. 37).

Desde a sua formação – 1972 – até meados da década de 1980 a cooperativa e os colonos estiveram sob uma relação de controle por parte do DNOCS, o qual controlava, de acordo com depoimentos dos cooperados, desde a produção agrícola até o aspecto comportamental dos irrigantes, como o uso de bebidas alcoólicas, o porte de arma branca (facas) e os relacionamentos interpessoais dos colonos. Nesse sentido, a respeito da administração na região, “até meados da década de 80, os perímetro conviviam com um gerenciamento do tipo misto, no qual grande parte das funções cabia ao DNOCS, enquanto as organizações de produtores tinham pequena participação nas tomadas de decisão” (CESAR, 1999, p. 14).

A partir da década de 80, o DNOCS implementa o Programa de Emancipação (PROEMA), o qual buscou

promover a abertura da participação dos irrigantes nas tomadas de decisão, dando-se início ao programa de emancipação que deverá construir-se em um processo para *o atingimento do estado de auto-gestão* (sic) dos perímetro, no qual, as funções historicamente públicas seriam transferidas às organizações de produtores (CESAR, 1999, p. 14, grifos nossos).

A partir do PROEMA o DNOCS afastou-se do perímetro reduzindo substancialmente sua assistência à cooperativa e também sua interferência na organização do perímetro irrigado. Além disso, a propriedade da terra que anteriormente pertencia ao Governo Federal foi

repassada aos irrigantes sob a forma de venda a um valor abaixo do mercado e parcelada em vários anos.

De acordo com o PROEMA, “objetivamente para o DNOCS emancipação é: os irrigantes através (sic) de suas organizações assumirem o gerenciamento total do perímetro” (BRASIL, S/D, p. 2). Ou seja, para o órgão governamental, a compreensão sobre a emancipação está longe do entendimento discutido por Marx e Mészáros sobre a necessidade histórica da superação da autoalienação do trabalho para a eliminação da exploração do homem pelo homem. Após a implementação do PROEMA, já nos anos atuais, a Cooperativa, “emancipada” do antigo DNOCS, encontra na política da Economia Solidária, um meio para manter suas atividades.

Com sérios entraves financeiros – devido a muitos empréstimos e dívidas – a cooperativa hoje funciona com dificuldade, alguns colonos insatisfeitos com administrações anteriores se retiraram da cooperativa. Já os irrigantes que ainda participam da organização, e operam no campo, produzem culturas como melancia, feijão e milho concomitantemente a uma produção pecuária. A cooperativa que conforme o planejamento do “Projeto Caldeirão” chegou a contar com 120 associados, hoje conta com 77 sendo que deste total, 40 estão produzindo no campo. A diminuição do número de produtores agrícolas se deve, sobretudo a idade dos colonos, que ao início do projeto contavam com uma média etária de 25 a 35 anos, hoje, quarenta e dois anos depois estão uma parte aposentados, outros faleceram.

O conselho administrativo possui três membros com três suplentes e o conselho fiscal também possui três membros e três suplentes. Os dois conselhos se reúnem mensalmente e realizam também a cooperativa, assembleias gerais anualmente e extraordinárias conforme a necessidade.

Essa sucinta apresentação da história da Cooperativa permite situar o leitor na realidade que busco compreender a fim de encontrar respostas à dúvida: autogestão fomentada a partir de uma política pública de contenção aos efeitos da seca construiu práticas sociais que possibilite um devir da superação da autoalienação do trabalho? Para tanto, antes de ingressar na prática da autogestão construída no processo histórico de desenvolvimento do cooperativismo numa comunidade pobre do estado do Piauí, apresentaremos o contexto que faz imergir a política pública como uma política de contenção à seca, bem como, apresentaremos, no item 4.2, as

primeiras impressões causadas pela aproximação do objeto de estudo, encontrando-o no que ele se tornou depois de décadas da implantação da experiência.

#### **4.1 A seca e a política pública de colonização do perímetro irrigado Caldeirão: causalidades naturais ou sociais?**

A política pública de colonização do perímetro irrigado Caldeirão faz parte de uma concepção de combate à seca, vinculada à fase “planejamento do desenvolvimento rural integrado”. A política pública faz parte de uma política pública maior, a política de irrigação do Ministério do Interior.

A compreensão da política pública requer uma breve contextualização do fenômeno da seca, sobretudo no estado piauiense.

No sentido do termo e do senso comum, a seca está ligada a falta d’água atrelada a irregularidades ou ausência de chuvas. Entretanto, a seca, enquanto um flagelo social possui uma representação bem mais ampla, envolvendo uma rede maior de complexos do que apenas o efeito de uma questão climática (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

Existem regiões com índices pluviométricos menores ou mais irregulares do que os do semiárido nordestino e a despeito disso, essas regiões não são drasticamente afetadas por essa intempérie, sobretudo em sua produção agrícola. Da mesma forma, existem no Nordeste plantios que são perdidos a beira de rios. Tais exemplos permitem o entendimento de que o problema da seca não é simplesmente a falta d’água. Portanto, o pauperismo em que vive grande parte da população dessa região não se deve tão somente às causalidades naturais, às imposições da natureza. Sobre essas, a ciência e a tecnologia já desenvolveram condições mais do que suficientes para uma possível resolução desse problema com tamanha longevidade. Essas contradições demonstram que a seca é um problema mais do que climático, é social, político e econômico. A seca é uma causação social, sua perpetuação envolve interesses. Há quem se beneficie dela (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

As intervenções estatais anti-seca durante muito tempo foram irrisórias no estado do Piauí quando comparadas aos estados vizinhos do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Essa situação se alterou com os “programas especiais”. A partir de então o tratamento estatal passou a ser homogêneo nacionalmente (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

É precisamente nessas circunstâncias que o peso das generalizações feitas para o espaço do Nordeste seco é sentido com todo o vigor: os pacotes de intervenção programados e decididos nas instâncias mais elevadas do aparelho estatal consideram indistintamente as variadas áreas da região. (...) Assim, o mesmo programa em andamento no interior do Ceará ou Pernambuco chega até o Piauí, como querendo atestar, na prática, o que não é verdadeiro, a saber, que o Nordeste flagelado é um só no que concerne aos contextos geográficos, sócio-econômico e político (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 17).

A isonomia no tratamento da problemática da seca no Nordeste desconsiderou que a seca no Piauí manifestou-se na história de maneira distinta dos demais estados nordestinos. Desconsiderou a peculiaridade do Piauí ter servido, durante muito tempo, de refúgio dos flagelados da seca, imigrantes advindos dos estados vizinhos, sobretudo do Ceará.

Tal situação gerava problemas da ordem do abastecimento da população local e dos retirantes, pois não havia víveres e mantimentos suficientes. Os retirantes chegavam ao estado como forma de passagem para outra região ou buscando permanecerem em busca de sobrevivência. Vinham de longas caminhadas, em condições miseráveis, alguns morriam pelo caminho, outros chegavam em estado de penúria, muitas vezes despidos.

Esse quadro, com destaque para a seca de 1877, consagrava ao Piauí o papel de preservação da força de trabalho dos estados vizinhos. Também ao Piauí cabia o fornecimento de matrizes para a recuperação da criação de rebanhos dos estados vizinhos. Posteriormente, com o aumento populacional e com a mudança na economia piauiense que tinha base na pecuária e passa a desenvolver em maior escala a agricultura, os efeitos da seca passam a ser sentidos em maiores proporções no próprio estado, e não como resultado da imigração (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

Além da história da seca no Piauí possuir um caráter diferenciado, o tratamento governamental desconsidera que o território piauiense não possui índices pluviométricos dos mais baixos e também possui uma bacia hidrográfica rica com diversos rios perenes (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

De acordo com Domingos Neto e Borges (1987), as políticas públicas de combate aos efeitos da seca podem ser classificadas em algumas fases: 1) solução hidráulica; 2) solução florestal; 3) solução compósita e 4) planejamento do desenvolvimento rural integrado. A divisão das fases apresenta algumas limitações, tendo em vista que não há uma fronteira estrita entre uma e outra. Algumas ações empreendidas em determinada fase podem também ser encontrada em outras. O critério basilar da divisão é a ênfase em determinadas medidas em cada fase (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

Na primeira fase, solução hidráulica, o governo concentrou esforços na construção de obras de engenharia de modo que possibilitasse maior disponibilização de água. Estavam as políticas públicas dessa fase fundamentadas na concepção da água e climatologia enquanto fatores condicionantes do fenômeno da seca e desconsideravam os aspectos sócio-econômicos (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

Na segunda fase, solução florestal, enfatizou-se nas políticas públicas as preocupações com o aspecto ambiental e preservação ecológica. Com essa fase instituiu-se uma série de regulamentos e recomendações concernentes ao cuidado com os recursos naturais, orientando o consumo de água e forma de construção de poços.

A terceira fase, compósita, contou com iniciativas empresariais e a quarta fase, planejamento do desenvolvimento rural integral, tinha por objetivo a erradicação da pobreza, demonstrando, portanto que, a pobreza não é decorrência direta da pluviosidade ou “inclemência dos céus” – baixo índice pluviométrico (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

Retornando a política pública de colonização do perímetro irrigado Caldeirão, é possível depreender-se que a teleologia da política pública buscava a erradicação da pobreza na região por meio da eliminação da falta d'água, possibilitando o seu acesso. Ou seja, os formuladores da política pública daquela época, além de ignorarem as causalidades sociais diagnosticada pela pesquisa, ainda atribuíram a uma condição social que decorre de pores teleológicos que visam um determinado tipo de organização societal desigual em sua essência, uma causalidade natural. Se o problema é de ordem natural, o acesso à água poderia ser considerado a solução da pauperidade em que viviam os moradores da região, entretanto, ela é

apenas a forma de manifestação da aparência de um problema cuja essência encontra-se na ética capitalista em seu movimento de expansão.

Observar que o acesso à água não garantiu a eliminação da pobreza foi possível pelo que presenciei quando conheci a realidade desses trabalhadores cooperados quase meio século depois da implementação da política. Essa constatação é relatada a seguir, e o texto, por se tratar de uma experiência de campo pautada na observação participante, a partir de agora, passa a ser redigido na primeira pessoa do singular e, traz, nesse primeiro momento, o relato da aproximação entre pesquisadora e campo.

#### **4.2 A aproximação da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão: digressões na busca pelo objeto**

Era 6 de junho. Dirigia-me de mototáxi rumo ao destino visualizado previamente no catálogo de cooperativas do Piauí elaborado pela SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí): Caldeirão, zona-rural da cidade de Piripiri. Entretanto a escolha da cooperativa não havia se dado de forma tão simples. Era o fim de uma peregrinação e levantamento de uma série de cooperativas em Teresina, todas do ramo de produção.

Dentre as procuradas anteriormente, me dirigi diversas vezes e já estava quase decidida a pesquisar uma das mais conhecidas em Teresina, chamada ficticiamente aqui, por questão de sigilo, de Cooperativa Cabeça de Cuia. Contatei algumas vezes essa cooperativa. Estabeleci conversas com a presidente, uma respeitada artesã da cidade, a qual me recebeu muito bem, já estava acostumada a receber universitários, professores e outros membros da academia para realização de monografias, artigos, e pesquisas na cooperativa, além também de comumente receber políticos, membros do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e outros órgão que ajudavam o empreendimento. Dona Felismina (nome também fictício), muito carismática, em uma conversa informal, mas a qual tomei os devidos registros, me contou toda a sua história, de mulher batalhadora, de como transformou o seu bairro e a vida de toda a população ali residente, de tantas conquistas e apoio alcançados e como aquela

cooperativa ajudou na inserção de tantas mulheres no mercado de trabalho. Frequentando algumas vezes esta cooperativa, não me dei por satisfeita.

Além da influência de Certeau (1998) e sua ideia de valorização dos anônimos que sempre me atraiu muito, uma série de contradições começaram a aparecer e foram substanciais a minha mudança de objeto. Dona Felismina era presidente da cooperativa, mas tinha uma loja em separado. Não produzia junto à cooperativa, apenas a dirigia e a coordenava. As cooperadas trabalham em casa, não havia repartição da produção coletivamente, apenas levavam os seus produtos de casa e expunham na sede da cooperativa para a venda individual.

A partir de então duas inquietações foram suficientes para que eu resolvesse mudar o objeto de pesquisa. Primeira, não enxerguei ali uma cooperativa, apenas uma loja em que pessoas registradas expunham seus produtos. Outrossim, não percebi a coletividade que é tão importante a esse tipo de estabelecimento. O segundo fator, também crucial a mudança, era a enorme fama e holofotes destinados a essa cooperativa em todo o Piauí.

Eu, enquanto pesquisadora marxista, buscava algo diferente, buscava uma cooperativa que se aproximasse dos preceitos teóricos que havia lido. As influências das disciplinas, das discussões promovidas em sala pelos professores do mestrado me trouxeram a inquietação de buscar o diferente, os anônimos de que falava Certeau (1998), além do que a administração não é feita apenas de casos de sucesso, como era o caso da Cabeça de Cuia. Parti em busca de outra cooperativa.

Dessa vez fui mais seletiva. Era preciso localizar todas as cooperativas e escolher uma que melhor se adequasse aos meus anseios e preferências. Pesquisei o Atlas de Economia Solidária, as informações eram poucas. Lembrei do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) 2007-2009, a respeito do qual fiz um projeto de iniciação científica à época de graduação. Com a ajuda de um amigo, o qual participou do mapeamento do SIES de 2009-2013, acessamos os dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária 2007-2009.

Averiguamos quais as cooperativas que existiam em Teresina, minha cidade de origem. Dispondo da lista, parti em busca de contato com alguma que me aceitasse. Mas dentre esta listagem haviam preferências, teria de ser uma cooperativa de produção, pois de acordo com

Singer (2002) esta é a forma básica das cooperativas. Apesar de registradas recentemente no sistema, o contato das cooperativas era incompatível, sendo que das poucas registradas com o telefone correto, algumas, quando liguei, descobri terem decretado falência. A via do telefone revelou-se não suficiente para o primeiro contato, parti em busca do endereço. Fui, junto com o referido amigo, em busca de todas as cooperativas de produção constantes no SIES 2007-2009 na região de Teresina. Algumas eram distantes, isso não era problema. No entanto, havia sempre alguma questão que não se adequava ao que eu buscava. As que mais estavam de acordo aos requisitos teóricos de uma cooperativa, não possuíam qualquer registro, eram associações. As que estavam registradas não seguiam, numa primeira análise, os mínimos requisitos dos preceitos cooperativistas promulgados pelas teorias. Percebi que a realidade não era totalmente diacrônica com o que constava na teoria. Dei-me conta de que não encontraria uma cooperativa ideal, que se adequasse ao que disserta a literatura. Mais tarde Rios (2013) me esclareceu, existem dois tipos de cooperativas, as atreladas a mera formalidade jurídica e as de prática efetiva, assim compreendi que a formalização é o menos relevante em uma cooperativa. Era apenas o início da aparência e essência do cooperativismo se revelando dialeticamente.

Ciente de que não encontraria a cooperativa de “meus sonhos”, resolvi utilizar o critério da preferência pessoal. Sempre tive afinidade e interesse por temáticas rurais e de meio ambiente. Concomitantemente a essa preferência, havia recentemente sido nomeada para o cargo de professora com atuação numa instituição de ensino no interior do Piauí. Olhei o catálogo de cooperativas na cidade e haviam duas, uma agropecuária e outra de produção de popas de fruta. Me dirigi a primeira. O prédio antigo da cooperativa, a simplicidade da região e das pessoas que por ali passaram logo me fizeram sentir uma grande afinidade pelo local: uma comunidade na zona rural e uma cooperativa de trabalhadores agrícolas. Ademais, o longo tempo de cooperativa logo me despertou interesse: 42 anos de história.

Depois dessa digressão, retorno ao dia 6 de junho, dia da chegada ao Caldeirão, principal ponto turístico e de lazer da região de Piripiri, local onde foi implementado o projeto de colonização e combate à seca por meio do DNOCS. O mapa abaixo apresenta a localização do projeto no estado do Piauí.

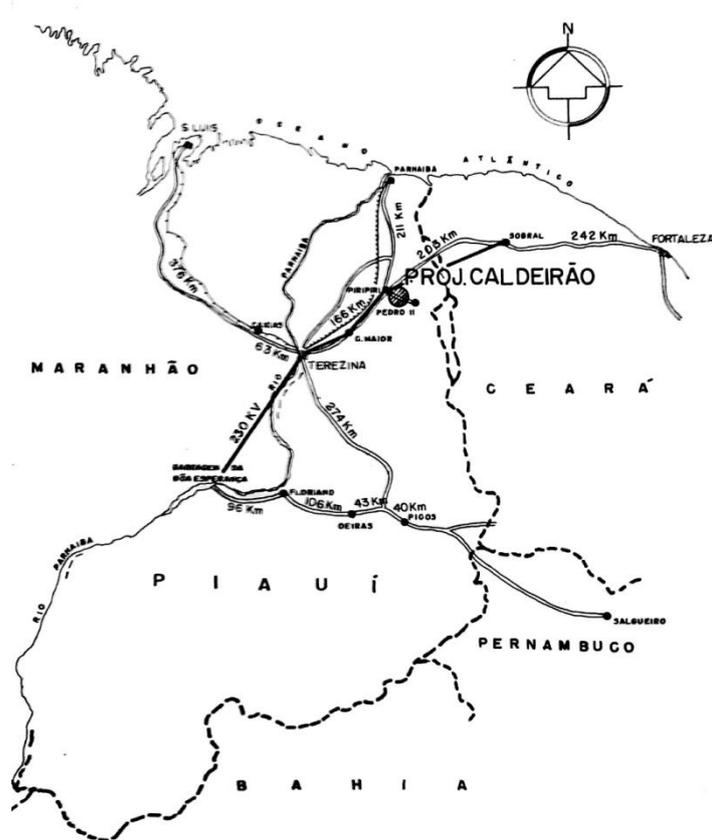


Figura 4 - Mapa de localização do Projeto Caldeirão em relação aos principais municípios e capitais da região.  
Fonte: BRASIL, 1971<sup>a</sup>

Adentrei na sede da cooperativa. Havia uma senhora trabalhando no local, não compreendi bem o seu papel, mas me recebeu muito bem e me passou o telefone do presidente da cooperativa, Sr. Carlos Eduardo (nome fictício). De antemão colhi com ela informações preliminares sobre a cooperativa. A senhora, Dona Teresina, que depois me informou que era funcionária de um órgão federal, DNOCS, explicou as difíceis condições em que sobrevivia a cooperativa: tratores quebrados, endividamento, esvaziamento do quadro de associados. Falou também do desinteresse dos sócios, da resistência dos que ainda permaneciam e me incentivou dizendo que provavelmente eu seria recebida por eles, que me ajudariam em minha pesquisa.

Dona Teresinha tinha razão, após uma ligação, uma reunião com o presidente poucos dias depois foi agendada. Chegando ao local, trajada formalmente expliquei minha procedência. Aluna de mestrado em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais e que intentava realizar uma pesquisa sobre a Cooperativa. Pedi autorização. Perguntei sobre a disponibilidade. Senti certo clima de estranheza. Minas Gerais? Tão distante? Com sotaque

piauiense? Assim mesmo, com estranheza e sem muito ouvir do presidente, a pesquisa foi autorizada. Com o andamento da pesquisa descobri: Sr. Carlos Eduardo sempre foi homem de poucas palavras. Outro membro da diretoria, Sr. Alberto, também conhecido por Betinho, estava presente nessa reunião.

Eram tempos de preparação da terra. Passado alguns dias, liguei novamente para Sr. Carlos Eduardo. Ele me pediu que o esperasse próximo a Polícia Federal, na entrada da estrada que levava aos lotes de terra denominados “Recurso”. Os lotes de plantio ficavam distantes da cooperativa e do Caldeirão, cerca de 4 km. O acesso pode ser feito por duas entradas distintas, ambas por uma parte em asfalto seguido por estrada de terra, conta o caminho com muitas pedras.

As terras eram divididas em lotes nominais. Cada colono possui o equivalente à dois lotes. “080 de gravidade e 020 de sequeiro” costumam falar, o que significa 0,80 hectares de terras irrigadas por gravidade e 0,20 hectares de sequeiro (terra não beneficiada, mata nativa). Os lotes de terra da área em que eu estava, “Recurso”, dispõem de canais abertos de concreto que conduzem água do açude Caldeirão aos lotes e também permitem a “irrigação por gravidade”, a qual acontece a partir do deslocamento da água por meio do desnível entre a altura da terra e a altura dos canais, que são mais elevados.



Fotografia 1- Colono irrigando lote por gravidade.

Fonte: Acervo da autora.

É necessária uma sincronização de abertura de canais com água para o êxito da irrigação individualizada em cada lote.

Durante minha aproximação e imersão em campo, como já dito, as terras estavam sendo preparadas para o plantio. Isso requeria um trator que arasse, ou como é chamado em campo “aradasse” a terra. Havia dois tratores, um verde, de maior porte, de propriedade do DNOCS e outro azul, alugado.

As informações até aqui descritas, muitas vezes dispostas descontinuamente foram assim construídas para apresentar como fora minha aproximação a campo como pesquisadora. Muitas imagens, muitas informações confusas, muito estranhamento. Estava ali, eu e o campo, queria ser, por aquele breve tempo que disporia, irrigante.

Apresentada minha aproximação a campo, adiante apresentarei a constituição da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão por meio de uma narrativa, e ao longo desta procederei a análise dos dados coletados a partir de categorias de análise, as quais são resumidas na tabela seguinte, de maneira que torne possível compreender se as experiências autogestionárias induzidas por políticas públicas criam práticas sociais que possibilitem um devir da superação da autoalienação do trabalho.

<b>Categorias</b>	<b>Características</b>
Participação	Processo de envolvimento dos atores sociais na gestão, produção e deliberações da cooperativa Sua análise requer considerar-se o controle, relações internas e externas na organização, aspectos objetivos e subjetivos, aspectos técnicos, organizacionais e econômicos.
Tomada de decisão	Atividade política que perpassa as relações de poder. Avalia-se nessa categoria o processo decisório no que tange aos atores que o realizam e se há consulta ao conjunto da coletividade na realização das deliberações.
Apropriação do trabalho	Nesta categoria avaliamos a configuração do processo de trabalho e apropriação dos seus resultados. Analisamos se existe correspondência entre o planejamento e execução do trabalho e a quem se destina o resultado do trabalho.
Propriedade dos meios de produção	Avaliamos a partir dessa categoria a relação dos atores sociais com os meios de produção, no que tange a posse e a propriedade e a forma de disposição da propriedade, privada ou coletiva.
Planejamento	Forma de concepção e elaboração das atividades da cooperativa no que tange ao processo de trabalho e gestão da organização. Avaliamos nessa categoria quais os atores sociais que elaboram o planejamento e se há a ampla participação dos envolvidos. Analisamos também a relação com a execução das atividades, se há correspondência entre quem planeja e quem executa o trabalho.
Valores	Princípios e aspectos éticos e morais que balizam as ações, pores teleológicos, dos seres sociais.

Para fins didáticos na exposição dos dados na narrativa, discorro sobre a cronologia histórica da cooperativa, apresentando o seu surgimento e sequente desenvolvimento ao longo do tempo, tentando apresentar os fatos mais expressivos que aconteceram e que me foi permitido captar ao longo da vivência em campo, entrevistas e análise documental. Os nomes dos entrevistados e de todos os atores sociais que contribuíram com a pesquisa citados nessa dissertação foram substituídos por nome fictícios como forma de sigilo a identidade original dos sujeitos de pesquisa. Cabe frisar que não pretendo nessa dissertação escrever a história da cooperativa, este não é meu objetivo e creio que tal tarefa seria impossível no tempo e espaço dedicados a essas linhas. No entanto, busco apresentar os fatos mais relevantes que me foram apresentados pelos irrigantes tanto nas entrevistas como em conversas do dia-a-dia anotadas no diário de campo somado ao que foi possível apreender a partir de documentos e livros consultados relativos à cooperativa e ao DNOCS.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados está dividida em três tópicos nos quais estabeleço um comparativo entre os dados e a cronologia da cooperativa às etapas da produção agrícola. No tópico 5.1, “O preparo da terra: a formação da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão” apresento o surgimento e formação da cooperativa, no qual descrevo a pesquisa sócio-econômica que foi realizada pelo DNOCS anteriormente a implantação da política pública, o planejamento do projeto de irrigação e atividades promovidas inicialmente, a implantação da cooperativa e do perímetro irrigado a qual esta pertence.

Na segunda parte, subitem 5.2, denominada “Cultivo – o preparo e cuidado da terra: o desenvolvimento do Perímetro Irrigado Caldeirão e da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes” me refiro ao desenvolvimento da cooperativa, no que toca ao trabalho, relações sociais estabelecidas entre colonos, participação dos associados nas atividades da cooperativa e nas decisões, assembleias e relação estabelecida entre cooperativa e associados com o órgão de fomento, DNOCS.

A terceira parte, 5.3, “Colheita: os frutos do Caldeirão” se referem aos anos mais próximos da atualidade, nessa parte apresento a atual situação da cooperativa, como também os aspectos já abordados na segunda parte, no entanto mostro as mudanças ou manutenções desses aspectos com relação ao período anterior.

Como marco transitório entre a segunda e a terceira parte, escolho o processo de “emancipação” por qual passou a cooperativa, processo esse que conforme será apresentado, foi preponderante para uma série de mudanças na cooperativa, que envolvem desde a modificação da relação com a posse e propriedade da terra, até a diminuição do auxílio do órgão federal fomentador do projeto, decorrendo disso, impactos na relação dos associados com a cooperativa. Ao longo da narrativa analisamos as categorias que se apresentam no curso da história. Os efeitos do processo de emancipação não aconteceram bruscamente.

Apesar de iniciado em uma data precisa do ano de 1984, os seus efeitos foram sentidos gradualmente. Como marco a terceira parte, delimito a data de 1991, ano em que a cooperativa inicia um período de sequentes perdas, resultados esse influenciados pela “emancipação”. Entendo o paralelo metafórico estabelecido entre os períodos históricos e o processo agrícola ser pertinente, pois comparativamente temos a preparação do projeto, desenvolvimento das atividades com o cuidado do DNOCS e a colheita, que se refere ao fruto proveniente de todo um complexo anterior, o resultado, que entendido na perspectiva materialista histórica – adotada nesse trabalho – é parte e proveniente de todo o processo histórico.

### **5.1 O preparo da terra: a formação da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão**

Por meio de pesquisa realizada em 1969, reúne o DNOCS um conjunto de informações – levantadas por questionário quantitativo – que apresentam o perfil sócio-econômico das famílias que viviam nos entornos do açude Caldeirão e faziam de suas terras o meio de sua sobrevivência. A referida pesquisa forneceu subsídios para o planejamento da política pública versando desde as atividades produtivas desempenhadas, condições econômicas, perpassando sobre seus hábitos alimentares, condições de habitação e até mesmo a liderança mais conhecida na região referente a essa população (BRASIL, 1970).

Os números traziam que, à época, viviam nas imediações do açude 1230 pessoas ou 190 famílias. Suas condições econômicas eram parcas, sobrevivendo da comercialização da produção agrícola oriunda do cultivo das terras, desempenhando ainda a pesca como complemento alimentar e dispendo de uma pequena criação pecuária para auto-consumo (BRASIL, 1970).

A atividade produtiva era desempenhada, sobretudo pelo gênero masculino nas famílias, na figura do pai, ajudado no campo em uma minoria dos casos pela companheira. A referida mão de obra feminina representava 19% do total da força de trabalho ativa. Na maioria dos casos, o trabalho também contava com a colaboração dos filhos, menores de idade (BRASIL, 1970).

As difíceis condições de sobrevivência à época são relatadas pelos entrevistados:

Eu trabalhava de roça, de ajudante de pedreiro, tudo que aparecia pela frente a gente pegava porque precisava do pão de cada dia. Irrigante - Sr. Edgar.

Vivia trabalhando de roça mesmo. A vida toda. (...) papai tinha uns *pedacim* de terra lá mas era coisinha pouca mesmo, eu trabalhava mais era na terra dos outros mesmo (...) Eu pagava renda, a gente fazia as roça, aí no tempo pagava a renda, de cinco uma, de cinco quarto de legume o dono tinha uma (...) Irrigante 05 - Sr. Afonso.

A minha história de vida antes de eu vim pra essa cooperativa (pausa) a vida era ruim, é porque nós já nascemos e se *criemos* no Angical do DNOCS, a pobreza era demais *né* (...). Antes, eu trabalhava assim mesmo pra mim, era plantando, plantando cana nos terreno alheio, viu, era nós era uma banda fora viu. Irrigante 01 - Sr. Bernardo.

A partir das falas é possível perceber a superexploração do trabalho do agricultor que despossuído dos meios de trabalho, dos quais a terra é fundamental, precisa se submeter à relações precárias de contratação de sua força de trabalho. O arrendamento manifesta-se como uma possível autonomia do colono que trabalha a terra, planta e colhe conforme seu planejamento, contudo, se há controle relativo do processo de trabalho, não há superação da exploração, em função do valor pago pelo uso da propriedade de outrem. Assim, os irrigantes expõem que trabalhavam em terrenos alheios, pagando arrenda, o que corrobora ao que disserta Domingos Neto e Borges (1987), quando afirma que um dos maiores entraves encontrados pelos trabalhadores suscetíveis ao flagelo da seca corresponde a concentração de terras, sujeitando os agricultores a trabalharem em terras alheias, sob regimes de trabalho precários (arrendamento).

Corroborando as desfavorecidas condições de sobrevivência, o nível de instrução formal dessas pessoas era baixo. Os dados da pesquisa (BRASIL, 1970) demonstram que predominava um alto nível de analfabetismo, sendo das 1230 pessoas, 815 analfabetas e das alfabetizadas 2/3 correspondendo aos membros mais jovens da família, menores de 17 anos.

Além disso, apenas 33,7% dos habitantes da região frequentavam ou havia frequentando a escola à época. Trata-se, portanto, de um pequeno retrato do que era a sociedade brasileira à época. Uma sociedade em que o acesso à educação básica ainda não era um direito universal e direito esse bastante negligenciado no estado piauiense. Apenas para ilustrar, a pesquisa do DNOCS aponta um percentual de 66% de analfabetismo no final da década de 1960 na região do Piri-piri, enquanto esse índice nacional, segundo o IBGE era de 33,7% para pessoas com mais de 15 anos de idade.

As habitações eram precárias, a maioria das casas de taipa, o chão de terra batido. Poucos cômodos, número e distribuição de compartimentos inadequados, sem abastecimento d'água ou local específico para eliminação de dejetos. Inexistia assim, qualquer sistema de saneamento básico, o que comprometia a higiene e saúde da família. Favorecendo a essas precárias condições, a iluminação das casas era à base de querosene, pois não existia disponibilidade de energia elétrica (BRASIL, 1970).

No que tange ainda à saúde, a respeito da alimentação, a pesquisa realizada apontava uma nutrição familiar não adequada e insatisfatória, argumentando que: “observando o problema ‘Alimentação’, em termos (sic) gerais chega-se a conclusão de que o homem do campo, não consome por dia uma décima parte do que seria necessário para o desempenho do trabalho” (BRASIL, 1970, p. 23). Essa afirmação é um tanto quanto questionável, pois se considerarmos que se o homem do campo não se alimentasse o suficiente para repor sua força de trabalho, ele não conseguiria retornar as funções produtivas.

Acredito, então, que os autores do relatório intentavam afirmar que a alimentação não atendia as demandas nutricionais para uma vida plena de saúde, o que, sob o capitalismo não é necessário. O capital, embora não esteja explorando diretamente esses trabalhadores, demanda apenas a reprodução de uma força de trabalho que não esteja doente a ponto de prejudicar o processo produtivo. Processo que, conforme aponta Oliveira em sua análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil do século passado, foi fundamental para a manutenção do preço da força de trabalho na cidade abaixo do seu real valor, uma vez que há uma exploração indireta de mais valia do trabalhador do campo, operada por um processo de arrendamento de terras e da concomitância entre a produção de alimentos enviados para as cidades e da agricultura de subsistências. Ou seja, exatamente o que a pesquisa do DNOCS encontrou na região de Piripiri.

Dispondo desse retrato quantitativo, sem, contudo efetuar uma análise profunda sobre as causalidades sociais, o DNOCS subsidia o planejamento da política pública do projeto de colonização da região.

Os beneficiados seriam previamente recrutados e selecionados, mas o público alvo, de antemão, eram esses agricultores habitantes das imediações do açude, visando assim, segundo

o planejamento do projeto, o aproveitamento da força de trabalho disponível na região. Como justificativa a esse foco estava o proveito do conhecimento prévio sobre agricultura e um já existente convívio com o DNOCS (BRASIL, 1971a; BRASIL, 1970).

De acordo com o Projeto Integral de Planejamento Agrícola Caldeirão, elaborado pelo DNOCS em 1971, a respeito dos critérios de seleção:

Os colonos serão selecionados entre os agricultores da região, dos quais a grande maioria já desempenhou atividades agrícolas sob orientação do DNOCS. A seleção será feita de acordo com critérios adequados a estes (sic) fins (idade, hábitos e possibilidades de adaptação ao cooperativismo e agricultura moderna) (BRASIL, 1971a, p. 9).

Em campo também foi informado que na seleção eram avaliados os antecedentes criminais, desclassificando quem os tivesse e também se os candidatos possuíam propriedade de terra, não sendo selecionado quem dispusesse desse bem.

Mas ao DNOCS não era suficiente apenas a seleção, em seu planejamento também era enunciado sobre o treinamento desses colonos, o qual seria realizado pelo órgão em parceria com a ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural) (BRASIL, 1971a).

O relato de alguns irrigantes me informou que dos treinamentos também participaram técnicos de Israel, o que permite afirmar que a Missão Israel também participou dessa atividade. De acordo com o Projeto de Planejamento Integral Assentamento Agrícola Caldeirão o treinamento dos irrigantes trataria dos seguintes temas:

- a) educação geral e alfabetização
- b) melhoramento do sistema de vida da família
- c) higienização
- d) ensinamento de como viver na colônia no sistema cooperativista
- e) ensinamento de como trabalhar, produzir e viver em nível de vida mais elevado (BRASIL, 1971a).

Já o treinamento promovido pela ANCAR objetivava “despertar no irrigante e sua família uma melhor maneira de pensar, sentir e atuar como parte integrante do projeto” (BRASIL, 1973, p. 1). Nesses treinamentos buscava-se estimular o irrigante a efetivar práticas de atividades comunitárias, a questionar comportamentos que segundo a associação pudessem prejudicar a família e as relações entre as famílias, e capacitá-los tecnicamente com relação ao manejo de máquinas e equipamentos e à administração da cooperativa.

Na voz dos agricultores, o processo de treinamento ocorreu da seguinte forma:

Pra gente entrar no projeto tinha que fazer um treinamento de 6 meses, pela manhã tinha uma aula prática, de tarde a aula teórica pra explicar, antes de ser feita a cooperativa. Irrigante - Sr. Edgar.

(...) ninguém tinha conhecimento. Quando foi 1972 começou a gente trabalhar, a gente fazer um treinamento, nós passamos 6 meses fazendo treinamento viu, pra poder chegar a uma posição do camarada saber o que que ia fazer, e assim nós, nós *passemos*, nós se *associemos* aqui era 120 famílias. Irrigante - Sr. Bernardo.

(...) a gente ia fazer um experimento pra ver se ficava, só que o negócio foi pesado, chegou uma turma de alemão da Alemanha, por parte de lá, mandou uns professor, professor indo e voltando que explicava mesmo. Irrigante - Sr. Almerindo.

Muitos irrigantes se candidataram e ingressaram no projeto sem saber do que se tratava. Para serem admitidos deveriam fazer uma série de exames e deveriam ser casados formalmente.

A gente foi em cima dum caminhão, um monte de gente pra Capitão de Campos, pro cartório casar, porque aqui no projeto não aceitavam ser amigado. Colona Dona Cleidiana (Diário de Campo, 2013).

Os selecionados ao projeto deviam estar dentro de um padrão estipulado pelo DNOCS, baseado na família, na moral e nos bons costumes típicos da ditadura militar que mantinha os pressupostos taylorista-fordistas como o modelo de desenvolvimento para o Brasil, e, nesse ponto, lembrar os critérios para ser um operário padrão de Ford remete às exigências dos critérios de seleção do projeto implantado em Piripiri.

Trata-se, portanto, de um projeto de colonização do interior brasileiro que traz em seu bojo um cooperativismo a capitalismo.

Depois de selecionados, eram submetidos ao treinamento que buscava moldar essas pessoas ao um comportamento dentro do estipulado pela política pública. O treinamento procedeu-se de cima para baixo. Os beneficiários da política pública não foram consultados sobre o conteúdo do treinamento. O seu conhecimento prévio, saber popular, foi desconsiderado nesse processo.

Selecionados e treinados, os beneficiários receberam do órgão um lote de terra para trabalhar, com extensão de 100 por 200 m, o qual seria irrigado pelo sistema de aspersão. Receberam também, cada colono, uma casa, a qual fora desenhada com 4 cômodos e contando com um

quintal que permitisse o cultivo de uma horta. Para a promoção do sistema de irrigação, os colonos também receberam o material hidráulico, o qual deveria ser dividido entre dois colonos.

Além do lote que estava destinado ao cultivo individual, havia uma área de 85 hectares destinada ao cultivo coletivo de um pomar. Contíguo, fora estabelecida uma área de 51 hectares para forrageiras, correspondendo a 0,43 ha para cada colono. Além do já citado, planejou-se a criação de reses para engorda e reprodução, destinando-se uma média de 8,6 unidades para cada família (BRASIL, 1970; BRASIL, 1971a).

As casas cedidas pelo órgão compunham um conjunto denominado de Vila Residencial. Próximo a essa vila, a 800 m, estava o centro de serviços, o qual contaria com dois armazéns, um para consumo, outro para armazenagem da produção; uma praça, uma igreja, uma escola e futuramente se planejava implantar uma biblioteca e um posto de gasolina. Tudo construído pelo DNOCS.

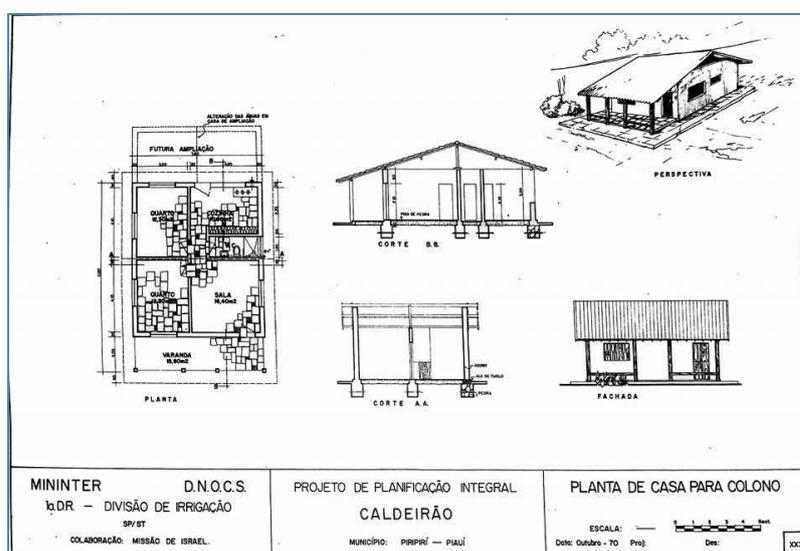


Figura 5 - Casa projetada para colonos por DNOCS.  
Fonte: BRASIL, 1971a

Conjuntamente a vila residencial foram planejadas 15 casas para funcionários do DNOCS responsáveis pela administração do Perímetro Irrigado Caldeirão (PIC). Por perímetro irrigado, pode-se entender, segundo uma referência encontrada em uma revista do órgão, como “grandes áreas de terra divididas em lotes onde pequenos agricultores, empresários

rurais e técnicos agrícolas plantam e colhem o ano inteiro, independente da chuva” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2011).

A implantação do projeto, mesmo cedendo casa a muitas pessoas, prejudicou outras, conforme nos apresenta a fala do irrigante Sr. Magno, referindo-se a si e a seu pai, os quais foram prejudicados tendo suas casas destruídas e não sendo indenizados pelo órgão:

(...) ele não acreditava que prestava, aí ele foi embora, porque fizeram coisa ruim com ele *mermo*, derrubaram nossas casas, nós tinha parece que era 6 casa pra desocupar a área e não indenizaram nada, ele se zangou. Nós tinha um bocado de casa, tinha casa de adobo mas de pé no chão, tudo muito bem feita e meteram os tratorzão pra cima. Aí ele se zangou, e eu fiquei, disse “papai eu vou ficar”. Irrigante - Sr. Magno.

Alguns questionamentos emergem a partir da fala de Sr. Magno. Qual o objetivo da derrubada dessas casas? Porque as casas existentes na região não foram reaproveitadas? Ao derrubar as casas da família de Sr. Magno, o DNOCS, por meio da política pública, mais uma vez demonstra o caráter de padronização imposto na implantação desse regulador social.

Duas considerações podem ser realizadas desse ato. Por um lado a padronização faz surgir uma condição primeira de homogeneização das condições de reprodução da vida entre os beneficiados pelo programa. Trata-se de uma crença que condições iguais para todos tende a criar um ambiente igualitário e, portanto, mais colaborativo.

Por outro lado, ao derrubar as casas de uma família de agricultores desconsiderou-se toda a história e subjetividade daqueles sujeitos sociais, desconsiderou-se o que pra eles representava aquela casa, toda a trajetória e luta em prol de suas construções. O espaço e a vida que ali levavam. É um movimento de zerar a história e, em decorrência disso, é possível pensar que se padroniza para controlar e controla-se para padronizar. As obras, dentre muitas implicações, também representavam poder, foram construídas pelo órgão, então este adquiria assim legitimidade para mandar, para ditar as normas.

Em prosseguimento aos planos do DNOCS para o perímetro irrigado, a organização e comercialização da produção seriam de responsabilidade de uma cooperativa, devidamente fundada para este fim. Seria essa, a organização que faria fluir para fora do perímetro a produção, fazendo, no sentido inverso, a introdução do capital sem a intermediação. A política pública, portanto, incentiva uma forma de organização que ao reunir os trabalhadores,

colocando-os como responsáveis pela gestão da comercialização, torna dispensável o intermediador direto, aquele que personaliza o capital.

De acordo com os dados da pesquisa de 1969, os rurícolas eram prejudicados pela existência dos atravessadores, pois “com referência a venda de produção diretamente ao consumidor, pode-se constatar, que a maioria dos produtos não é vendida diretamente aos mesmos e sim aos intermediários” (BRASIL, 1970, p. 75). Os intermediários ao comercializarem a produção agrícola, se apropriavam de parte do trabalho dos agricultores. Este fato corrobora ao que discute Domingos Neto e Borges (1987) quando afirmam que um dos maiores prejuízos aos agricultores, potencialmente vítimas dos flagelos da seca, são os atravessadores que rebaixam os preços dos produtos dos agricultores em prol do seu benefício. Sobre isso, os referidos autores dissertam:

Por sua vez, sem aviltar os preços, os que vão às portas dos produtores não teriam chances de proveitos. Os “atravessadores” cumprem um papel determinado por instâncias superiores. Estão submetidos diretamente às regras do comércio monopolista. Este define, efetivamente, no contexto regional, as margens de lucro nas diversas etapas do circuito da mercadoria. A atividade da comercialização de grãos, fenômeno historicamente novo no Piauí, tão novo quanto a expansão da lavoura, surgiu marcada pela tendência monopolista. Assimilada de forma simbiótica ao regime de exploração da grande propriedade, deveria atuar enquanto mecanismo de importância fundamental no esquema de formação da renda da terra (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987).

Outrossim, a obtenção de crédito era geralmente realizada junto ao Banco do Brasil (BB), Banco do Estado do Piauí (BEP) ou com terceiros, esta última na forma de empréstimos pessoais. Este modo de obtenção de crédito prejudicava o agricultor, o qual ficava submetido a pagar juros altos e muitos, em alguns casos, não conseguiam arcar com as dívidas adquiridas. Segundo a referida pesquisa, dados do BEP demonstravam que 30% dos agricultores, os quais adquiriram empréstimos, não estavam em dias com seus compromissos bancários.

Mediante esse quadro, entendendo que os agricultores deveriam se apropriar da totalidade de sua produção, eliminando a figura do intermediário e buscando “a adoção de uma política de comercialização eficiente e acertada” (BRASIL, 1971a, p. 32) o DNOCS deposita esta aspiração na constituição de uma cooperativa, concomitantemente ao ensejo de que esta administre o núcleo colonial:

Seria bastante válido que fôsse (sic) instituído um órgão para tratar dos interesses (sic) e comercialização da produção agrícola do rurícola, tendo em vista que o

mesmo se beneficie apropriando-se de maior parcela do fruto de seu trabalho (BRASIL, 1970, p. 90).

Ainda sobre o papel de comercialização a ser cumprido pela cooperativa, disserta:

a comercialização não ficará sujeita a imposição de intermediários junto aos produtores, mas prêsa (sic) a uma cooperativa orientada e dirigida por técnicos capazes de assegurar o máximo de sucesso na comercialização, o que representa o sucesso do projeto (BRASIL, 1971a, p. 32).

A partir do fragmento, podemos perceber que se almejava a eliminação dos prejuízos ocasionados pela figura dos “atravessadores”, no entanto, apesar da forma encontrada para a neutralização desse frequente malefício ser a constituição de uma cooperativa, enquanto um órgão que cuidasse na comercialização da produção e do interesse dos irrigantes, ou seja, unidos tornando-os mais autônomos e mais respeitados, a política pública credita a técnicos o sucesso da organização em seus objetivos. Em outras palavras, desconsidera a política pública o potencial organizativo dos agricultores e atribui a capacidade técnica, ao conhecimento formal, o êxito das atividades cooperativistas. A visão de implantação da cooperativa parte de uma concepção utilitarista, a de que será útil e eficiente para a comercialização da produção, baseia-se na racionalidade instrumental, onde o cooperativismo é utilizado como meio para promover uma melhor comercialização e não como fonte de valores e princípios mais solidários e igualitários aos associados.

Dessa forma, de acordo com o órgão “a colonização será organizada no regime cooperativista, tendo por base a produção individual e comercialização coletiva” (BRASIL, 1971a, p. 158) e, contraditoriamente ao que compõe a teoria e o espírito cooperativista, afirma ainda que “a *cooperativa baseia-se na propriedade privada e na família*” (BRASIL, 1971a, p. 158, grifos meus).

O cooperativismo, segundo o projeto de planejamento do assentamento agrícola, consistia em uma exigência da colonização. Em seu funcionamento a cooperativa receberia e registraria a produção de cada colono e procederia a comercialização dessa produção. O mesmo seria realizado com o consumo de insumos e outros provimentos, “tudo que é adquirido no armazém, não só alimentos, como também forragens, adubos, ferramentas, etc., será incluído no contróle (sic) contábil” (BRASIL, 1971a, p. 158). Na concepção da organização, o colono estava condicionado em suas atividades a atuar através da cooperativa.

A cooperativa também seria responsável pela coordenação da produção e a proporcionar extensão agrícola aos colonos. O projeto de planejamento do assentamento agrícola não especifica a que se refere essa extensão agrícola, mas entendo que a partir do papel que a ANCAR desenvolveu no que tange a essa tarefa, se tratavam de cursos de capacitação. Ademais, foi estabelecido que a cooperativa seria a responsável por obtenção de créditos a seus membros.

Como podemos perceber, o cooperativismo proveniente dessa política pública fora implantado de cima pra baixo, em nenhum momento constando nos documentos de formulação da política, o diálogo ou a consulta ao conjunto dos agricultores alvo do projeto e residentes na região, no máximo, eles foram objeto da pesquisa. A opinião por parte dos irrigantes a respeito da constituição da cooperativa, a forma como esta deveria ser construída ou os papéis que deveria cumprir junto à comunidade e ao projeto de irrigação não se apresentou como preocupação ao DNOCS. O que corresponde ao que Rios (2003) explicita a respeito do cooperativismo implantado no Brasil, em seus anos iniciais, consistindo em uma iniciativa de elites ou do Estado, um “transplante cultural” como afirma Oliveira (2006).

A constituição dessas experiências partiu, incluindo a Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão, de iniciativas do governo, atendendo à demanda de órgãos supra-estatais, que os implantou unilateralmente, sem contar com a participação ou colaboração dos trabalhadores membros dessas organizações.

Anterior aos treinamentos promovidos pelo DNOCS, o cooperativismo era desconhecido pelos irrigantes, como pode ser visualizado pelas falas de alguns entrevistados que participaram de sua fundação:

(...) o cooperativismo, mesmo eu nunca nem tendo ouvido falar em cooperativa, eu disse ‘olha eu vou tentar’. Quando eu cheguei aqui pela primeira vez eu tinha 22 anos (...). Irrigante - Sr. Edgar.

(...) voltando atrás um pouco, naquela época, o DNOCS só errou num ponto, no meu ponto de vista, é que a cooperativa cresceu de cima para baixo. Irrigante - Sr. Edgar.

Não, eu *num* tinha, eu *num* sabia o que era cooperativa, eu sabia o que era cooperar com alguma coisa e ser cooperado. Mas eu *num* tinha a ideia que era, o que era uma cooperativa não. Aí a gente teve umas aulas, teve uns técnicos que dava aula de cooperativa, explicando tudo, aí a gente foi, começamos pegar o rumo da cooperativa. Irrigante - Sr. Magno.

Além do nítido desconhecimento prévio sobre o cooperativismo, a cooperativa foi uma imposição do DNOCS. Isto pode ser percebido pela forma como foi fundada a cooperativa, de acordo com a fala de alguns entrevistados

Lembro, a fundação é o seguinte, naquela época, o governo resolveu através do DNOCS formar o sistema de cooperativismo aqui, aí como a gente não tinha um prédio pra se reunir e tal e ninguém não tinha experiência mesmo aí o DNOCS nos orientou: “rapaz, é o seguinte, vocês procurem no meio de vocês todos aí uma pessoa que saiba ler, escrever um pouco”, porque na realidade, naquela época que o pessoal entrou aqui 90% ou 95 eram analfabetos mesmo, nós vivíamos lá no campo, na roça, eles pegavam e traziam pra cá e aí tentando meter na cabeça deles o que era cooperativa, muitos não acreditavam e voltavam pra lá né, aí eles escolhiam, fica fulano. Irrigante - Sr. Edgar.

A assembleia de fundação da cooperativa foi assim uma coisa bem interessante, *num* teve, todo mundo no dia que vinha pra cá, a gente sempre ficou por ali na calçada do escritório, aí os técnicos chamaram “bora aqui formar a diretoria da cooperativa”, aí nós tudo ali, uns 90, mas tava todo mundo ali. Aí disseram “sim, bem, quem é o presidente da cooperativa?” Aí “fulano de tal”. “E o vice-presidente?” (...) Agora o secretário, a gente já se conhecia mais ou menos quem sabia ler, aí a gente escolhia, “fulano de tal”. Irrigante - Sr. Estevão.

Bom, aí acontece o seguinte, que de acordo com esse treinamento, que a gente começou parece que foi em 72, a gente, já trabalhando e produzindo, aí houve a primeira assembleia, a primeira assembleia se eu não me engano, que eu acho que *num tô* enganado não, foi no dia 19 de março de 1972, foi a primeira assembleia, o presidente era Luis Paulo da Silva, e daí a gente começou nossos trabalho foi a primeira assembleia. Irrigante - Sr. Bernardo.

Até mesmo a assembleia de fundação da cooperativa realizou-se aos moldes do DNOCS, de acordo com o seu interesse. Conforme a primeira fala, preconizou-se na escolha da diretoria, sob orientação do órgão, a escolha de agricultores que soubessem ler. Como afirma Sr. Edgar, a maioria dos irrigantes era analfabeta, o que, de acordo com essa condição, de início já eliminava a possibilidade de participação na diretoria da cooperativa da ampla maioria dos futuros associados. Mais uma vez o órgão valoriza um determinado saber em detrimento do saber popular e conhecimentos desses agentes sociais. Conforme os preceitos cooperativistas, todos são iguais, mas logo na sua fundação percebe-se a diferenciação entre os irrigantes.

Ademais, da fala de Sr. Estevão depreende-se que os próprios irrigantes legitimaram o critério da alfabetização como mérito para compor a diretoria da cooperativa. Vinculam a inaptidão por parte de quem não sabe ler, sobretudo por esse critério ter sido outorgado pelo DNOCS e desconsideram assim uma série de outros fatores e características que poderiam melhor contribuir para o desempenho da atividade de representante dos associados enquanto diretoria. Cabe notar ainda que este critério de escolha não foi discutido pelo conjunto dos agricultores.

Coordenada pelo DNOCS, já na fundação da cooperativa estipula-se o imaginário da incapacidade mediante o analfabetismo e distancia-se a grande maioria dos associados da cooperativa. Será que não seria possível pensar em uma diretoria onde alguns soubessem ler e outros não? Será que não poderia ter sido usado o fator “ser da diretoria” como um incentivo ao estudo?

De acordo com a ata de fundação da cooperativa que data de 29 de abril de 1972, relata-se que realizada na capela de São Pedro, localizada em Caldeirão, a assembleia contou com a assinatura de 25 associados e aprovou o estatuto de fundação por unanimidade, não havendo discussão ou discordância a respeito de algum artigo.

Como se pode perceber, os agricultores atuaram passivamente diante desse processo de fundação da cooperativa. Orquestrada pelo DNOCS, os trabalhadores assistiram à assembleia de constituição da entidade que os representariam sem realizarem discussões sobre o estatuto ou aspectos que a constituiriam.

Apresenta-se aqui a categoria de análise *participação*. Conforme pode ter sido observado nas falas, a participação dos agricultores no processo tanto de concepção da política pública sob a forma do projeto de irrigação, quanto na implementação do projeto, sobretudo no que concerne a fundação da cooperativa (isto é, o planejamento e fundação da entidade representativa dos irrigantes) não aconteceu de forma equânime e democrática entre os que seriam seus próprios membros. Essa “participação” passiva presente na origem do projeto tende, como veremos adiante, a condicionar o modos de ser dos cooperados, a ponto de obstaculizar a efetivação de projetos coletivos oriundos dos próprios trabalhadores.

Ademais, outra categoria de análise, a tomada de decisão, se apresenta dialeticamente a nós. Dialeticamente porque ao mesmo tempo em que na assembleia de constituição, os membros, componentes da cooperativa, os quais são os únicos com direito a voto, e dessa forma, a decidir os rumos, ações, forma, estatuto, artigos e aspectos da cooperativa, pouco fazem uso desse direito. Enxergo que o fenômeno, aparentemente mostra que, enquanto cooperativa, devido a seu aspecto, características, teoria e princípios, quem toma e rege a organização são seus membros.

No entanto, dado ao contexto, a totalidade da situação de localização histórica desses atores sociais, agricultores, desprovidos de terra, analfabetos e beneficiários de uma política pública implementada por um órgão federal, coube a estes o papel de aceitação, tanto levando-se em conta a autoridade do órgão, quanto o papel de oportunidade frente ao projeto, que caso o colono não se adequasse, poderia não ser beneficiado pelas benesses do projeto.

Essa visão da baixa participação dos colonos no processo de concepção e implementação da política pública também é compartilhada por Campos (1985) que critica a falta de consulta ao conjunto dos agentes sociais beneficiados, argumentando que esses dispõem do conhecimento proveniente da experiência coletiva, desconsiderados pelo órgão na elaboração da política pública, além também o autor de propor a responsabilização dos irrigantes em papéis dentro do perímetro irrigado.

A política pública implementada por parte do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas configura um regulador social à luz da teoria lukácsiana. Regulador social que em seu cerne, por fomentar o cooperativismo, aparentemente sinaliza que a sua teleologia é a superação de relações sociais exploratórias, personificadas na figura daquele que arrenda sua terra e do atravessador que possibilita a comercialização das mercadorias produzidas pelo trabalhador.

Na intencionalidade da política pública, a aparência revela que a mesma busca instituir novos valores e práticas na localidade, valores solidários que priorizam pela participação e decisão coletiva, tornando o trabalhador sujeito de sua história. Contudo, na prática da efetivação desse regulador social, tem-se a manutenção da ordem social por meio apenas da amenização dos efeitos da seca e da diminuição relativa da pobreza, não questionando nem contribuindo para o fim sistêmico do capitalismo.

A implementação da política pública se estabelece a partir do estabelecimento de um pôr teleológico, que para sua efetuação requer uma análise das causalidades sociais, realizada a partir de um espelhamento da realidade e consequente concatenamento dessas casualidades (LUKÁCS, 2013).

O pôr teleológico pretendido refere-se à amenização dos efeitos da seca e geração de trabalho e renda para a região. Como mecanismo ao alcance do pôr-teleológico estabelecido, procede o

DNOCS a análise das causalidades sociais, na forma de levantamento e análise das condições sócio-econômicas da região, por meio da Pesquisa Sócio-econômica das Área de Influência do Açude Caldeirão, realizada em 1969 (BRASIL, 1970). De posse da pesquisa e tendo realizado sua análise, elabora o Projeto de Planejamento Integral Assentamento Agrícola Caldeirão (1971) onde estabelece as formas de intervenção social, conforme anteriormente aqui descrito, para a realização do pôr teleológico.

Cabe destacar que a política pública implantada compreende o fenômeno da seca enquanto problemática não apenas sob o aspecto da falta de água e conseqüente necessidade de intervenção na disponibilização desse recurso. A política pública em questão, o estabelecimento do Perímetro Irrigado Caldeirão considera como fatores relevantes a solução da seca, estrutura, instalações e a distribuição da terra. Em decorrência disso, a política pública refere-se a 4ª fase no que tange as intervenções sobre a seca, a fase de Planejamento do Desenvolvimento Rural Integrado.

No entanto, apesar de considerar fatores outros além da oferta de água como importante na problemática da seca, como por exemplo, a disponibilização de terra, a política pública não questiona a composição da estrutura fundiária nacional. Oferta terra aos beneficiados, mas não modifica a conformação dos latifúndios. E mais, corrobora a manutenção dessa ordem, amenizando as conseqüências sem tocar na efetiva causa do problema.

E qual o interesse do grande capital, neste caso? O discurso do desenvolvimento. A saída para tal pergunta cabe a via da ideologia. A interposição do interesse de uma classe a todo o conjunto da sociedade sob a forma de crença hegemônica. Por isso a política pública é um regulador social que está sendo construída e implantada com a finalidade de reproduzir o *modos operandi* do capital. Ademais, além de corroborar a manutenção da ordem, busca promover o discurso do desenvolvimento e perpetuar sua adoção enquanto valor pelo conjunto da sociedade (MACHADO, 2006).

Não obstante, a política pública em questão vigorava na época da guerra fria, onde havia a disputa de dois grandes blocos opostos, os países capitalistas de um lado e os países socialistas de outro. Correspondendo ao interesse do bloco capitalista, sob intervenção direta no Brasil na forma da ditadura militar, intentava a política pública o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento era buscado como forma de manutenção do Brasil sob a égide do bloco

capitalista. Desenvolver, ou pelo menos a crença nesse discurso era uma forma de garantir que o país não “mudasse de lado” e permanecesse sob o domínio norte americano e seu respectivo bloco capitalista (MACHADO, 2006).

## **5.2 Cultivo – o preparo e cuidado da terra: o desenvolvimento do projeto Caldeirão e da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes**

Selecionados, instalados e treinados, os associados passaram a desenvolver seus trabalhos sob a tutela e auxílio contínuo do DNOCS. O órgão assessorava os irrigantes nos mais variados aspectos, fornecendo desde auxílio técnico, com engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas em campo, orientando a forma de plantio e trabalho agrícola, conforme os relatos de associados:

No longo dos anos, vocês sabe, ele, o DNOCS, deu muitas coisa no começo (...) o DNOCS ajudou em tudo, tudo que precisava nessa época da fundação o DNOCS tava no ponto. Irrigante - Sr. Magno.

O DNOCS é o seguinte, ele dava o agrônomo, dava o técnico, a EMATER também fornecia um bocado de técnico, porque tinha técnico do DNOCS e tinha técnico da EMATER viu, e esse pessoal todinho trabalhava junto com a gente orientando viu, mostrando como o camarada tinha que plantar, porque às vezes acontece que tinha uns associados que não sabia nem plantar um pé de tomate viu, tinha mesmo, é verdade (...). Irrigante - Sr. Bernardo.

O órgão auxiliava à cooperativa também sob o aspecto material, com disponibilização de tratores, maquinário para o trabalho agrícola, perpassando também para o aspecto de recursos humanos, a partir da disponibilização de agrônomos, técnicos agrícolas, assistente social e profissionais de saúde e educação para atuarem na comunidade. Além disso, também colaborava no estabelecimento de convênios que disponibilizassem profissionais para atuar junto à cooperativa, como foi, por exemplo, o convênio já citado com a ANCAR, para o treinamento dos irrigantes, e de acordo com a ata da 10ª assembleia geral ordinária, o convênio com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)/PLANATE<sup>6</sup>, no ano de 1983, que oportunizou três funcionários para trabalharem na cooperativa. Este convênio foi sugerido pelo gerente do perímetro irrigado, discutido e aprovado em assembleia. Esse auxílio também é confirmado por relatos dos associados:

---

<sup>6</sup> Mesmo tendo sido buscado em uma série de documentos, não foi encontrado o significado da sigla PLANATE.

No início, no início, o DNOCS *tava* sendo muito bom. Digamos, nós tinha gerente pago pelo DNOCS, nós tinha ajuda de *fncionários* do DNOCS, *cuma* bem, é, pra *trabaiar* com nós no galpão por que essa *muié* era dura que *trabaiava* lá com nós despachando os insumos no galpão, *antoce* o DNOCS dava trabalhador pra nós, deles, pagos por eles. *Antoces* o DNOCS tinha essas ajudas boas, *cuma* bem, no segundo ano que entrei o DNOCS mandou escarificar os massapês, ficou uma beleza por que escarificaram com um trator de esteira muito fundo, ficou bem profundo. Foi um avanço muito grande que o DNOCS fez pra nós. E, a gente, inclusive tinha uns trator do DNOCS que era uma ajuda também, andava bem direito, andava muito bom. Irrigante - Sr. Raul.

A gente teve bastante reunião extra, assim, do pessoal do DNOCS que vinha conversar com a gente, falar *cuma* era que a gente, como é que diz *né*, pra vender *né*, pra comercializar seu produto, você tem que *percurar* aquelas empresas melhor. Nós tivemos bastante mandado do DNOCS. Veio umas moças de fora, de Fortaleza, Teresina, uns *home*, muito beleza, muito bom! Irrigante - Sr. Raul.

Chegava a assistência do DNOCS a voltar-se até mesmo para problemas de ordem pessoal e individual, como levar pessoas em hospitais e outros casos de saúde.

(...) e ajudava muito a gente viu, qualquer problema que o camarada tivesse ela *tava* com a gente, levava pro hospital, levava, pra qualquer tipo de problema ela *tava* junto com a gente (...) Irrigante - Sr. Bernardo (refere-se a assistente social do DNOCS).

O papel do DNOCS foi muito importante, eu não posso negar isso, ele nunca nos desprezou, o DNOCS (...) sempre *tava* aqui, a gente quando tinha uma dificuldade, que eles num tinha conhecimento, a gente mesmo levava a eles, a gente ia em Teresina falar com o diretor, *tá* acontecendo isso e isso, e a gente quer que o senhor nos ajude. Aí graças a Deus ele ajudava a gente, a gente saía do problema aí tocava pra frente. Irrigante - Sr. Edgar.

Não, nessa época o DNOCS ajudou muito a gente, porque nenhum associado tinha nada viu, não tinha, o DNOCS foi quem enfrentou, deu assistência a todo associado (...). Irrigante - Sr. Bernardo.

Apoiados nesse acompanhamento e auxílio permanente, após a implantação do perímetro irrigado, os anos iniciais e vindouros da cooperativa foram de muita prosperidade, com abundância de recursos, alta produtividade e retorno financeiro aos associados. Os cultivos praticados eram os mais diversos, como por exemplo, melancia, arroz, milho, feijão, algodão, laranja, tangerina. Durante o período de plantio de algodão, além da grande produtividade, a produção era comprada por outra cooperativa no Ceará, o que conformava uma rede de cooperativas.

A grande bonança vivida pelo perímetro irrigado Caldeirão é sempre frisada nas conversas tidas em campo e lembrada com grande nostalgia pelos associados e membros da

comunidade. Como por exemplo, a fala de Sr. Mendes, registrada em diário de campo em uma conversa informal. Ex-funcionário da cooperativa e atualmente agricultor sob o regime de arrendo de terras de colonos, frisa que: “Naquela época a produção era tanta que eu trocava lâmpada do armazém apoiado em cima de saca de arroz”. No mesmo sentido são os relatos de vários associados.

A grande quantidade de falas foi intencionalmente colocada para demonstrar o quão lembrado e enfatizado é esse período pelos colonos, vivo em suas memórias.

(...) aqui a gente tinha assistência técnica, viu, tinha o agrônomo para acompanhar nossos trabalhos e a gente começou a trabalhar e produzir *né*, e a produção foi tão boa *dumas* maneira, que arroz, era de quase todos associados, era de 10 mil quilos, 12, 15, até 18 mil kg tinha associado que produzia, viu, aqui de acordo com a área *né*, os terreno. E graças a Deus todo mundo produziu se saiu bem, e a gente continuou, ainda hoje, hoje eu não *tô* mais produzindo porque a gente vai ficando mais *vêi né* (...). Irrigante - Sr. Bernardo.

Quando ela andava direito, que você via muitas faturas, mil tonelada de legume, cooperativa funcionando, muitos colonos sorrindo, brincando, prosando com os outros, aquela maior da alegria. Você ia em cima do morro ali na cooperativa, você saía feliz, sorrindo, sorrisos. Irrigante - Sr. Raul.

Porque de primeiro a gente plantava era em terreno muito, nessa região aí, aqui tudo era plantado. (...) Aquele terrenoção era tudo plantado, tudo cheio de uma ponta a outra, setor 4, setor 5, 3, era tudo cheio. Irrigante - Sr. Reginaldo.

Os primeiro anos foi assim meio difícil, a gente entrou tudo, com *pobrema*, porque todo mundo tinha necessidade, primeiros anos aí quando passou o primeiro ano foi uma safra boa, a gente entrou plantando algodão, algodão, aí veio o segundo e foi só melhorando, melhorando até uma certa data, só sucesso. Todo mundo tinha saldo bom, tinha gente que tinha tanto saldo no fim do ano que pegava era uma caixa cheia assim de dinheiro, foi só sucesso, no começo da cooperativa foi muito bom. Irrigante - Sr. Magno.

(...) naquela época antiga era funcionando, era bom. Tudo era fácil, a cooperativa tinha crédito pra todo lado que ela se virasse, tivemos muito sucesso com pecuária, com porco, com tudo que a gente botava aqui Irrigante - Sr. Magno.

Sobre a quarta fala é compreensível que a grande quantidade física fosse influenciada também, além da prosperidade da cooperativa, pela inflação e desvalorização da moeda à época, o cruzeiro.

No entanto, a fatura e boas condições financeiras no Perímetro Irrigado Caldeirão não traziam apenas benesses, ela, como se diz sob o sistema de capital, tem um preço que pode ser traduzido pela aprisionamento dos sujeitos aos padrões do órgão.

### 5.2.1 O controle e a “escravidão”

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas mantinha um rígido controle sobre os irrigantes. De acordo com as entrevistas e conversas anotadas no diário de campo, além da rígida seleção para entrar, o DNOCS controlava os colonos tanto do ponto de vista da execução do trabalho, quanto à gestão da cooperativa, até quanto ao comportamento e vida social dos colonos.

Diversas conversas sobre esse assunto já haviam me chamado atenção, mas foi em um almoço na casa de um irrigante, Sr. Agnaldo, que este e sua esposa, Dona Cleidiana, me explicaram com maiores detalhes as “regras” comportamentais que existiam no perímetro irrigado nos seus anos iniciais e mais prósperos. Nada formalmente instituído, mas existiam condutas que deviam ser seguidas.

Havia uma rígida fiscalização a respeito do exercício do trabalho, por exemplo, foi relatado no almoço que a assistente social do DNOCS passava às 4 horas da manhã nos campos conferindo quem já estava trabalhando. Essa mesma informação é corroborada pela fala de Sr. Bernardo, em sua entrevista:

tinha a assistente social, eu vou lhe falar ela se levantava era de madrugada, 4 horas da manhã e ganhava o campo viu, quando chegasse lá pelo menos era o seguinte, se eu não tivesse lá na minha área ela vinha bater aqui em casa, saber o que é que eu tinha, se tava doente, o que que tinha e tal eu, mas tinha assistência viu, ela era uma mulher trabalhadora, (...). Irrigante - Sr. Bernardo.

A partir da fala de Sr. Bernardo é possível perceber a legitimação do controle da assistente social. O irrigante reconhece que a assistente social era uma mulher trabalhadora, destacando a valorização dessa categoria por ele, como tal, digna de efetuar o controle. A assistente social tinha, segundo ele, autoridade para controlar o trabalho dos irrigantes. O controle por parte do DNOCS não só é imposto mediante a coercibilidade da infração, mas também é aceito passivamente e credulamente pelos colonos. A fiscalização da assistente total estava baseada no interesse do órgão: comportamento padrão e produtividade.

Ainda sobre essa cobrança da assistente social, fora relato que houve uma ocasião em que esta flagrara uma senhora catando piolhos em seu marido, irrigante, o que teria sido motivo de grande repreensão e constrangimento. Repreendeu os dois julgando serem ambos preguiçosos e questionou-os se não havia trabalho a fazer, para estarem em tamanha folga (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Dona Cleidiana declara em tom de desabafo: “Eram tempos de escravidão”. Corroborar Sr. Silva: “era, era escravidão”.

Narra Dona Cleidiana que lavava roupas para mais de dez homens, todos contratados pelo marido em regime de pagamento por diária para participar da colheita porque, segundo os irrigantes, só os colonos não davam conta do trabalho.

Além da roupa, também tinha Dona Cleidiana que fazer a comida para os contratados. “Eles ficavam hospedados aqui”, aponta Sr. Agnaldo para um quarto que devidamente construiu para o abrigo desses diaristas. Hoje inutilizado. Ela não gostava desse período, ele gostava. O regime de trabalho dessa contratação por diária é explicado por Sr. Magno:

(...) diarista, *vamo* dizer, hoje eu tinha dez *trabaiador*, amanhã eu podia não ter nenhum, que eu acabava meu serviço. Era assim, não é contratado fichado, você ia *trabaiar*, de tarde recebia seu dinheiro. Se eu acabasse isso amanhã você já ia pra outro. Era desse jeito. Irrigante - Sr. Magno.

“Era diarista, era diária, enquanto você tinha o serviço. Quando *cê* acabasse pronto”. Irrigante - Sr. Magno.

É perceptível que havia a contratação de mão de obra exterior ao próprio quadro de associados. Trata-se de uma categoria, apropriação de trabalho, sob a forma de contratação de terceiros.

A fala apresenta a naturalização por parte do irrigante da apropriação do trabalho alheio. A contratação de diaristas engendra uma relação precária de trabalho com os contratados, baseada na informalidade e na subcontratação, sem carteira assinada, conseqüentemente sem direitos trabalhistas, de modo que quando houvesse demanda, se contratava por aquele dia, quando não, finda-se a prestação do serviço. Ademais, não pertencendo à cooperativa, os trabalhadores contratados recebiam conforme o dia trabalhado, e não de acordo com as sobras ou perdas da produção cooperativa. Há uma desresponsabilização com o trabalhador, que é encarada de maneira natural e legítima por parte dos contratantes, os associados.

A contratação de terceiros refere-se a apropriação do trabalho alheio, a qual configura, de acordo com Mészáros (2006) uma forma de alienação do trabalho, correspondente ao estranhamento do trabalhador do produto de seu trabalho, pois, o agricultor contratado sob o regime de diária, recebia um valor fixo, correspondente àquele dia de trabalho, o qual não equivale ao que seu trabalho promoverá em produção e rendimentos para o contratante. Claramente vemos uma situação de extração de mais-valia, apropriação do excedente do trabalho produzido, pois o trabalhador produz mais do que ganha, trabalhando horas a mais que serão apropriadas por quem o contratou (CARCANHOLO, 2011).

A relação estabelecida entre o irrigante associado contratante e o agricultor diarista contratado configura claramente uma relação capitalista e não solidária como se propõe a estabelecer as cooperativas. Dessa forma, vemos a apropriação econômica apresentada por Motta (1981), na qual quem trabalha não se apropria e usufrui daquilo que produz.

Ademais, esta situação também expõe outros tipos de alienação do trabalho, promovida por essa relação de trabalho capitalista firmada: a alienação do planejamento da produção e a alienação do objeto de seu trabalho (MÉSZÁROS, 2006).

O agricultor, contratado, conforme a relação trabalhista estabelecida, o trabalho por dia, e no referido caso, sendo concernente a época da colheita; não participa do planejamento da produção<sup>7</sup>, o qual tem sua elaboração no início do plantio. Dessa forma, percebemos a alienação do trabalho pelo planejamento da atividade, conforme nos fala Mészáros (2006), característica de uma sociedade onde há exploração. Outrossim, o trabalho realizado e o objeto do trabalho dos contratados – a colheita – é estranhado pelos diaristas que não dispõe dos produtos para si. O objeto do trabalho é destinado ao proveito e benefício de outrem.

Apropriam-se os irrigantes do objeto do trabalho estranhado dos diaristas e reproduzem assim o conflito capital/trabalho, estabelecendo a separação entre planejamento e execução do trabalho, onde se promove a divisão entre cérebros que pensam e mãos que executam (TRAGTENBERG, 1989).

---

<sup>7</sup> No Perímetro Irrigado Caldeirão o planejamento da produção é denominado de Plano de Exploração.

Entretanto, cabe frisar, que mesmo nesta situação – a colheita – o colono, o qual se apropria do trabalho do diarista, também produz para si mesmo, pois também participa operacionalmente do trabalho de colher.

A contratação de mão de obra de terceiros à cooperativa, gerava um excesso de trabalho as senhoras donas de casa, pois os contratados delas dependiam no que se refere a serviços de lavar roupa e receber refeições. Apesar de contribuírem para a manutenção da relação entre diarista e associado, estas senhoras não eram remuneradas.

No período histórico ao qual me refiro, os agricultores também desempenhavam um regime de trabalho excessivo. “Eu saía de noite e chegava de noite. Eu gostava”. “Eu quase não via meus filhos” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Assim, a educação dos filhos era relegada as esposas, tendo em vista que os maridos passavam o dia e parte da noite trabalhando no campo.

Dona Cleidiana expõe que as assistentes sociais, em tom de brincadeira diziam que os colonos e colonas tinham que trabalhar com os filhos pendurados nas costas. Mas quanto a isso afirma “Graças a Deus, criei meus seis filhos e nunca tive que passar por isso” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

O controle do DNOCS sobre a comunidade Caldeirão avultava para além do processo de trabalho em sua intensidade, modo e frequência. O órgão também vistoriava o nível de produção dos irrigantes, tendo que estar de acordo com o esperado, ou seja, não se permitia baixa produtividade. Assim foi o caso do pai do irrigante Zezinho, Sr. Formoso, que de acordo com a exposição de seu filho:

(...) olhe, na época que meu pai entrou aqui, sabe porque que os caras queriam colocar ele pra fora? Meu pai é um cara que trabalhou e trabalhava muito. Porque ele não *tava* produzindo, agora porque que ele não *tava* produzindo? Porque ele pegou um terreno que não produzia nada. Aí você acredita que queriam colocar ele fora do perímetro, só porque ele não *tava* produzindo? (...) Irrigante - Sr. Zezinho.

De acordo com Sr. Zezinho, seu pai trabalhava muito, no entanto, não alcançava bons níveis de produtividade devido à má qualidade das condições do solo. Mesmo trabalhando muito, seu pai foi ameaçado de expulsão do projeto. A valorização da produtividade estava acima da

valorização do irrigante. O caso do pai de Sr. Zezinho foi posteriormente analisado pela cooperativa. Compreendido o esforço do pai de Sr. Zezinho, passou a plantar em outra terra, e com boas condições conseguiu produzir dentro dos níveis esperados.

(...) aí foi que os colegas: “Não, *vamo* fazer isso não, o homem é trabalhador, se ele não tá produzindo é porque a terra não ajudava”. Você acredita que na época do inverno, que não pegava veneno, arrancava o mato com a mão, caía era as unhas. Aí só por isso, porque ele não produzia, os caras queria botar ele fora. Aí Sr. Magno disse “*Vamo* dar mais uma chance” e mudaram ele de lote e aí ele começou a produzir bem. Irrigante - Sr. Zezinho.

Essa situação nos remete a relação dialética a qual estava envolvida a cooperativa. Ao mesmo tempo em que os irrigantes eram controlados quanto a sua produtividade pelo DNOCS, sob ameaça de expulsão àqueles que não cumprissem os padrões esperados, e, ao mesmo tempo em que – conforme apresentaremos mais a frente com maiores detalhes – a cooperativa estava submetida direta e indiretamente ao DNOCS, o qual influenciava suas decisões e do qual esta dependia, a Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão também possuía autonomia em alguns pontos, como, por exemplo, neste caso do pai de Sr. Zezinho, em que a decisão de não expulsá-lo e dar a ele mais uma chance foi tomada pela cooperativa.

A autonomia do empreendimento é um dos critérios, segundo França Filho e Laville (2004), para considerá-lo enquanto pertencente à Economia Solidária, o que não significa a impossibilidade de uma interdependência a outras organizações no sentido do auxílio e apoio ou sob a forma de parcerias. Nesse sentido, entendo a cooperativa enquanto autônoma, no entanto estando sob o controle indireto pelo DNOCS.

Retornemos ao controle do DNOCS. Como já citado, este não se restringia apenas ao processo do trabalho. O comportamento dos colonos também estava sob a mira do órgão. Era proibido o uso de faca dentro do perímetro irrigado, além disso, não era permitido o uso de bebida alcoólica nos dias úteis na semana e a venda proibida intermitentemente. Essas e outras regras eram seguidas por todos da comunidade sob pena de punição pelo órgão e expulsão do perímetro.

Nesse tempo que nós viemos pra cá, a gente não podia ter comércio de cachaça aqui dentro, pra dizer que não havia, pra dizer que não havia de jeito nenhum, havia no centro social, que essa rua aqui é chamada rua do centro social, bem aí na casa que mora a minha irmã, bem ali assim na frente, depois do Carlos Eduardo, era uma palhoçazinha que chamava centro social. Só era aberto uma vez por semana, no final de semana. Vendia cerveja e refrigerante lá, mas nem cachaça num colocava pra vender lá não, não tinha cachaça não, só era cerveja. E aí só era aberto sábado e

domingo, era aberto lá, mas a semana toda, durante a semana não era aberto de jeito nenhum. E *num* tinha quem vendesse cachaça aqui dentro, de jeito nenhum, era uma das regras também, pra não ter mau comportamento aqui dentro. Irrigante - Sr. Alberto.

E naquele tempo tinha punição, muitas vezes se você errasse porque você queria você ia fora do projeto, tinha isso, era duro, se errasse porque queria era expulso do projeto, o DNOCS tava aí, nesse tempo ele mandava. Irrigante - Sr. Magno.

Alguns questionamentos surgem a partir das falas. O que está por trás dessas regras? O interesse de quem está vinculado a elas? As regras são impostas como forma de controle dos irrigantes, e mais, como forma de moldar seus comportamentos. Servem ao interesse do DNOCS que serve ao interesse da ditadura militar que serve ao interesse do grande capital. Comportamentos padronizados, dentro da moral e bons costumes, de maneira a impedir qualquer digressão, sobretudo em um período de combate a “ameaça comunista”. Era necessária a preservação da ordem, a ordem capitalista.

Ainda sobre o aspecto comportamental, no almoço que participei me fora contado a história do Irrigante Joaquim Barros. “Você sabe a história do banho né?” questionou Sr. Agnaldo. Como não? Já haviam me contado outros dois irrigantes, no entanto quis ouvir mais uma vez a versão dos que ali estavam.

Joaquim Barros tratava-se de um colono que, após o trabalho, estava tomando banho no canal por onde passa a água para irrigação. O calor abrasador das terras piauienses e o trabalho ao sol devem tê-lo levado a se refrescar no duto. Não contava ele com o infortúnio de durante o banho, por sortilégios do acaso, ser avistado por um carro que passava àquele instante com engenheiros e outros funcionários do DNOCS, homens e mulheres. Havia mais um agravante a lhe complicar: estava nu.

Sr. Alberto narra essa história com riqueza de detalhes. Mais tarde chegaria um ofício a casa de Joaquim Barros, que comparecesse a sede do DNOCS no Caldeirão.

Na apresentação do colono, os engenheiros não titubearam: que juntasse suas coisas e partisse em determinado prazo de horas, estava fora do perímetro irrigado Caldeirão. Iam deixá-lo aonde ele quisesse.

Como afirmara Sr. Zezinho: “O *caba* não podia banhar num canal daquele ali, se banhasse, o negócio era sério”, a proibição do banho em canal de irrigação era uma regra instituída pelo DNOCS.

eles tinham uma missão, sempre queria que o povo andasse corretamente na linha, pra ninguém falhar e quando alguém falhava, o DNOCS mesmo ajudava a fazer, ajudava a punir. Isso era bom, por que quem não obedecesse, quem não levasse as coisas em dia por obediência, mas ele obedecia por medo, porque o DNOCS ele fazia o seguinte, aquele que errasse, ele era lembrado, já sabia, “Isso não é pra acontecer assim, assim, assim”. E se ele fizesse ele era punido. Porque ele fez porque quis, mas ele já sabia que não era pra fazer. Irrigante - Sr. Alberto.

A punição agia como exemplo aos demais, que cumpriam as regras sob medo de serem expulsos.

Casos como esses não foram isolados, o órgão mantinha extremo controle sobre a vida social dos irrigantes. Monitoravam desde as relações interpessoais até o funcionamento do processo de irrigação. Tudo deveria estar de acordo com os padrões estabelecidos pelo DNOCS. Cabe notar que tais regras comportamentais não foram construídas conjuntamente à comunidade, a quem correspondia tais regras. Não foi facultado aos colonos opinar, decidir sobre a forma como deveriam agir em comunidade. Demonstra assim, o órgão, desprezo a autonomia e exercício desta pelos irrigantes. Aos colonos cabia apenas produzir e obedecer.

(...) tinha a assistente social, se surge um mixirico em uma casa ela tava sabendo, por que a pessoa, a dona da casa tinha que contar, ela já chamava, fazia uma reunião com as mulher, metia o cacete “olha *né* assim não, é desse jeito, e tal e tal” (...). Irrigante - Sr. Edgar.

As regras eram o seguinte, porque aqui as regras, se a gente [pausa]. Por exemplo, o DNOCS nos deu apoio, você vai irrigar por gravidade o terreno que for feito por gravidade, é lá que você vai irrigar. Você não tem o direito de tirar a água do canal principal em lugar nenhum, porque se você tirar vai atrapalhar lá na frente, a água não vai chegar lá pra irrigar o lote do pessoal que tão esperando a água lá. Isso era uma norma boa, uma regra boa, você não pode tirar água desse canal principal da irrigação por gravidade, nem essa por aspersão porque vai faltar água nas casas de bomba. Então se ele fizesse isso, ele era punido, você sabia e fez porque quis, “Você não pode tirar essa água aqui, desviar essa água porque tá atrapalhando os outros lá”. Irrigante - Alberto.

Os colonos ao longo dos anos foram continuamente compelidos e educados a obedecer que legitimam o estabelecimento das regras do passado, entendendo-as como necessárias e boas. Na atualidade, quando questionados a respeito das regras do passado, esses se referem com nostalgia, afirmando que naquele tempo as coisas eram boas, e que hoje está tudo liberto, como tal, desorganizado.

Situação similar no que tange ao controle fora o caso do romance entre Sr. Alberto e Dona Vilma. Ele, rapaz de fora, estava trabalhando na casa de bomba do DNOCS. Ela, filha de irrigante, 14 anos. Namoravam e como descreve ela mesma: “quando vi foi a barriga na frente”. Gestação sem casamento era inadmissível dentro do perímetro Caldeirão. A assistente

social, antes de qualquer decisão dos dois, obrigou-os a casar. Sr. Alberto tinha “mexido” e engravidado a moça, tinha que casar. E casou. Ficava residindo nos primeiros anos de casamento na casa dos pais dela, até que conseguira uma vaga no projeto, uma casa na vila residencial e lotes de terra para trabalhar. Deixou o emprego de bombeiro no DNOCS para virar colono, mas isso foi decisão sua (DIÁRIO DE CAMPO, 2013). Dessa forma, as relações interpessoais entre os colonos do Caldeirão eram monitoradas e suscetíveis à interferência do departamento

moça e rapaz vão começando a se chegar um para o outro *né*, namorar que a gente diz, e naquela época se por acaso um filho de associado prostituí a filha de um associado ele tinha que casar. Ou ele casava ou então ele era expulso daqui. Nós tinha uma assistente social aqui que era muito rígida. Ainda hoje eu agradeço a ela muita coisa que ela fez por aqui, ela tava por cima das coisas, ela frequentava casa, toda semana ela tinha a programação dela, uma semana ela frequentava uma *dum* outra *doutro*, conversando com as dona de casa *né*, *comé* que *tava* o comportamento dos filho e tal. E era gente muito boa, na hora que ela encontrava qualquer coisa mal feita ela chamava no saco dele, punir. Irrigante - Sr. Edgar.

Apesar de não registradas formalmente, as normas comportamentais eram de conhecimento pelos que ali viviam e fonte de temor, a infração a elas tinha resultado certo, a punição. O DNOCS regulava dessa forma a moral e os costumes da comunidade, valorizava a instituição família. A família deveria constituir-se e manter-se na formalidade e dentro dos padrões sociais.

O extensivo controle comportamental do DNOCS, no entanto, não foi suficiente para manter o perímetro sob a ordem e progresso típicos da ditadura militar. Como fora o caso do colono José Ferreira, o qual chocara o perímetro irrigado e toda a região de Piripiri. Conta-se que em um jogo de baralho, José Ferreira chamara Estevão, também irrigante, de corno. Era uma brincadeira corriqueira, como Ferreira tinha hábito de se dirigir aos colegas. Estevão não gostou e mesmo ciente, José Ferreira não retirou a brincadeira. Fora sua última, Estevão assassinou-o a faca. Estevão a época pertencente a diretoria da cooperativa, narra que mesmo com medo, soube enfrentar a situação.

Tem uma coisa, no primeiro ano que nós *entremos* aqui eu fazia parte da diretoria e tinha uns *cabra* ruim e brigaram e se mataram [pausa]. Aí me chamaram e falaram “Rapaz aconteceu assim, assim. Rapaz, conversa”, aí eu fui mais eles. A atenção que esse povo tinha a gente, tinha quando a gente era o chefe da cooperativa e que nunca fez besteira os outro tudo são atencioso [pausa]. Eu cheguei lá, o morto já *tava* e o outro *tava* no meio da rua. E o povo arrodado dele e ele ficou no meio da rua. Quando eu cheguei lá, eu fiquei lá no meio, [pausa] uma fera, com uma faca na, uma mão no bolso e uma, uma faca na mão. Um fera! O homem era uma fera. Eu fiquei

lá. “Rapaz, num tenha medo, com você não tem no mundo quem *bula* não”. Rapaz, ai me contou toda a história. “Foi mesmo?”. “Foi”. “Pois fulano, fique aqui, aguarde a segunda ordem” (...). Irrigante - Sr. Estevão.

O caso de José Ferreira e Estevão nos remete ao controle comportamental do DNOCS. Mesmo na seleção dos beneficiários da política pública não tendo sido aceitas pessoas com antecedentes criminais, apesar de haver o monitoramento comportamental pela assistente social, regras e punições, tais mecanismos não foram, como mostra esse caso, suficientes para controlar o comportamento dos colonos.

Eu tinha que ir ao gerente do perímetro, chamar ele lá, meia noite pra contar, pra ele dar toda a assistência. Aí ele lá contou, chamou o funcionário dele lá, pegou o carro, entregou o carro. “Pegue o doente, leve para o hospital, de lá vá na polícia, traga a polícia, porque o homem tá lá no meio da rua e ainda não saiu e nem sai não”. Graças a Deus resolvi tudo. *Caboco* entrou no carro foi pra polícia. Irrigante - Sr. Estevão.

Dialeticamente, ao mesmo tempo em que o perímetro irrigado estava sob o controle do DNOCS e a maior parte das decisões no que tange ao perímetro passassem pelo órgão, podemos ver que ao mesmo tempo, pelo papel que o senhor Estevão desempenhou, os colonos também possuíam relativa autonomia e responsabilidades no perímetro, cabendo, nessa situação a responsabilidade e decisão primeiro ao colono, diretor da cooperativa Estevão.

## 5.2.2 Propriedade dos meios de produção

A respeito da propriedade dos meios de produção, a terra durante esse período pertencia ao governo federal, dispondo os irrigantes apenas da posse desse meio. Além das terras o DNOCS disponibilizava, sob sua propriedade, o uso de tratores, maquinários, materiais de irrigação e meios de transporte como caminhões e carros, pela cooperativa e associados. As ferramentas de uso cotidiano pertenciam individualmente aos agricultores, como enxadas, foices, facões, mangotes, pulverizadores. Quando passou a cooperativa a dispor de vultosos rendimentos, frutos da alta produção, comprou tratores, maquinário de uso agrícolas e meios de transporte como carros e motocicleta para uso na produção e comercialização desta última.

As terras pertenciam ao DNOCS até o ano de 1979, quando foi aprovada em 7 de agosto a portaria ministerial nº356, a qual “autoriza o DNOCS a alienar os lotes familiares nos

perímetros de irrigação do DNOCS. (Ministro Mário Andreazza, Diretor Geral Engo. José Osvaldo Pontes)” (GUERRA, 1981, p. 103). A referida portaria promulgou que as terras fossem passadas aos irrigantes por preços abaixo do mercado.

De acordo com informações em campo, alguns irrigantes tiveram seus contratos de compra dos lotes em 1979, outra parte em 1981. No entanto, posteriormente esses contratos foram invalidados e tiveram que ser refeitos novamente. A venda das terras posteriormente aos irrigantes foi uma medida tomada como parte do Programa de Emancipação (PROEMA) por qual passou o perímetro irrigado. Este programa será explicado em um tópico mais adiante. É possível percebermos então que a categoria *propriedade dos meios de produção* na cooperativa possuía duas formas.

A respeito das terras, mesmo tendo sido passadas sob a forma de contrato, o contrato foi posteriormente invalidado, o que não tornou em um primeiro momento os irrigantes donos da terra. De todo modo, pertencentes ao governo ou aos irrigantes as terras não pertenciam à cooperativa, e o regime de trabalho nelas adotados também não era coletivo. Já com relação ao maquinário e meios de transporte, os quais tinham o seu uso coletivo, parte pertencia ao DNOCS e parte pertencia à cooperativa – propriedade coletiva.

### **5.2.3 A participação na Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão**

Nos anos iniciais e durante as três primeiras décadas da cooperativa, as atividades eram intensas tanto no que se refere ao trabalho e produção, quanto à participação e movimentação dos associados em torno da cooperativa.

A cooperativa dispunha de uma grande quantidade de funcionários, alguns cedidos pelo DNOCS e por outros órgãos como INCRA e EMATER<sup>8</sup> (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), alguns contratados sob a informalidade como os já citados diaristas e outros contratados formalmente, sob regime de carteira assinada pela própria cooperativa. Em seus anos de maior profusão a cooperativa contava com funcionários como vaqueiros, gerente, contador, auxiliar contábil, bombeiros, estoquista e vigia.

---

<sup>8</sup> A órgão EMATER no Piauí atualmente significa Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí.

As assembleias, segundo depoimentos dos cooperados e conforme análise do livro de atas, no que tange ao período histórico aqui delimitado – anterior a emancipação – apresentavam uma grande frequência de associados, iniciando-se quase sempre em primeira convocação, o que significava dois terços dos associados em condições de votar, conforme dispõe o estatuto da cooperativa (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1972b).

Questionado sobre a participação dos associados nas assembleias, Sr. Magno e outros irrigantes afirmam ser grande a frequência de associados nesse período na cooperativa, raramente se ausentando algum cooperado, exceto por algum impedimento fora de seu alcance, além de motivação e entusiasmo dos irrigantes:

Era total. Nessa época que eu to falando, no início era quase total, era quase total. Participação de todo mundo, e tudo a gente tinha gosto de *tá* na assembleia, se tinha uma reunião todo mundo *tava* lá, nas assembleias, era muito animada, tinha muito, era bom. Irrigante - Sr Magno.

Quase 100% nas assembleias. Quase 100% nas assembleias, antigamente, nos começo. Irrigante - Sr. Magno.

(...) antes a gente ia, às vezes faltavam dois ou três irrigantes, uns às vezes porque *tava* doente, outro que às vezes *tava* fazendo uma viagem que não chegou, não deu certo. Às vezes faltava um, dois, mas era reunião que era animada, que todo mundo ia e que tudo dava certo. Irrigante - Sr. Alberto.

Todo mundo, de primeiro não faltava ninguém. Irrigante - Sr. Afonso.

Apesar da grande frequência, as assembleias de acordo com o livro de atas e conforme relatado pelos irrigantes entrevistados, não contavam com grandes debates, discussões ou discordância. As prestações de contas referentes ao Relatório da Gestão, Balanço Geral e Demonstração de Sobras e Perdas, eram na maioria das assembleias realizadas aprovadas por unanimidade.

Ademais, nas assembleias gerais ordinárias do período histórico que aqui descrevemos, havia uma considerável presença de pessoas as quais não eram associados, muitos desses convidados pela diretoria da cooperativa.

Tinha, inclusive tinha muita mulher de associado que ia. A gente fazia convite também pra autoridades de Piripiri, prefeito, gerente de banco e tudo, todo mundo, gerente do DNOCS, gerente geral (...). Irrigante - Sr. Edgar.

Na totalidade das assembleias correspondente à época que aqui delimitar, havia sempre a presença do gerente do perímetro e de pelo menos mais dois funcionários do DNOCS, uma sendo sempre a funcionária extensionista Dona Teresinha e outro funcionário o qual variava, sendo às vezes um técnico agrícola, armazenista ou de outra função. Em algumas esparsas ocasiões pôde-se perceber a presença de vereadores e em considerável quantidade houve a presença do gerente do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco do Brasil, bancos os quais mantinham naquele momento relações financeiras e cediam empréstimos a cooperativa. Em alguns casos contou-se com a presença de presidentes de sindicatos de trabalhadores e em uma única assembleia, no ano de 1986 houve a presença do prefeito e vice-prefeito de Piripiri (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1986).

A grande quantidade de figuras pertencentes a órgãos representativos da cidade dão dimensão do importante e respeitado papel que a CAIC denotava na cidade de Piripiri. Segundo informação prestada por Dona Teresina, funcionária do DNOCS, e registrada em diário de campo (2013), a assembleia geral ordinária da cooperativa era um evento de grande importância e relevância para a região.

De acordo com a análise das atas, a participação dos colonos no que tange à discussão e questionamentos durante as assembleias gerais ordinárias não era expressiva e na grande maioria das vezes em que foi facultada a palavra ao plenário – de acordo com os registros do livro de atas – dessa o uso foi feito por membros externos a cooperativa, ou seja, convidados ou ao presidente recém-eleito. Raras vezes o pronunciamento partiu de algum associado de base.

As atividades referentes às pautas eram apresentadas e desenvolvidas durante a assembleia em regime de rotatividade entre os presentes. Ou seja, a cada pauta, todas as vezes que se ia iniciar a leitura, apresentação de algum parecer ou proceder à votação de alguma decisão, se alternavam quem a executaria dentre os presentes, fosse algum membro de conselho – de administração ou fiscal – caso fosse solicitada a eleição de algum associado na plenária ou até mesmo sendo convidado a realizar a atividade qualquer membro externo à cooperativa. Percebi – pelo conhecimento prévio apreendido em campo sobre o grau instrução de determinados associados – que muitas vezes, pessoas analfabetas eram solicitadas que

coordenassem ou lessem algum documento, as quais, nessa ocasião requisitavam a tarefa a outra pessoa que assim o soubesse e a qual a atendia.

na hora de aprovar o balanço, a diretoria sai ou, inclusive o presidente, a pessoa que está coordenando a presidência da reunião, ele sai da cadeira e a gente elege uma pessoa do plenário lá pra vir e pra pôr o balanço em votação. Não é o presidente que põem pra o pessoal votar, não, quem vem é um associado de lá, a gente elege um, pra ele ir pra lá, ele senta na cadeira do presidente. O presidente, o conselho nessa hora sai todinho e fica só ele, e ele vai por em votação o balanço geral que foi todas as apurações durante o ano pra sociedade aprovar. Irrigante - Sr. Alberto.

Quando é realizada a votação a respeito da aprovação de contas e balanços, o presidente e membros da diretoria se retiram da mesa, elegendo dentro os presentes algum associado para proceder à votação, permanecendo os membros da diretoria na assembleia, para esclarecimento de eventuais dúvidas. Esta mudança da mesa dirigente dos trabalhos é estabelecida pelo estatuto e cumprida pelos associados conforme descreve a fala de Sr. Alberto. O voto nas assembleias é representado no ato de levantar ou permanecer sentado por parte dos associados, exceto nas eleições de conselhos, que é feita em urnas.

Como pode ser observado, durante a aprovação de determinadas pautas ocorre a rotatividade entre os presentes e o presidente e o conselho administrativo se retiram. Isso nos remete a categoria *valores*. Porque os representantes devem se retirar?

A saída dos representantes da cooperativa enseja que a sua presença influenciaria na expressão ou votação dos presentes. Mais, aponta que os representantes da cooperativa não são encarados como iguais. É preciso eleger dentre os presentes uma pessoa para sentar-se a cadeira do presidente, para ocupar aquele espaço e papel de destaque. Apesar dos princípios cooperativistas disporem sobre valores igualitários, na prática da cooperativa demonstra-se a diferenciação no tratamento e visão sobre os irrigantes.

As pautas das assembleias continham uma parte que geralmente se repetia todos os anos, estabelecidas em sua maioria pelo estatuto, consistindo em: 1) Instalação de contas da diretoria compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço Geral e c) Demonstração de sobras e perdas; 2) Eleição do conselho fiscal ou de administração (a depender do ano) 3) Destinação e distribuição das sobras ou perdas; 4) Aprovação de Plano de Exploração e 5) Assuntos Gerais. A outra parte, variável, estava baseada na eventual ocasião em que vivia a cooperativa, tendo como exemplos: aprovação de honorários para presidente, ou contratação de empréstimo junto ao Banco do Nordeste para investimento na próxima safra, ou decisão

quanto ao destino e uso das terras do pomar, dentre outras (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1972b).

Raras vezes concretizou-se a pauta “Assuntos Gerais”, não por impedimento, mas porque as pessoas não se pronunciavam. No que tange a análise das atas das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, reconhecemos uma limitação com relação aos dados, pois a escrita, o formalismo da ata, apesar de assinada por todos os presentes, é influenciada pela subjetividade do redator e sua avaliação daquilo que este considera relevante a constar na ata.

No entanto, mesmo diante desta limitação, a partir da diversidade de atas e de seus respectivos redatores, percebo a repetição da descrição de situações em que raramente havia questionamento e discussão por parte dos associados, sendo muitas das votações sobre balanços e contas aprovadas por unanimidade. Este dado é corroborado pelas entrevistas dos irrigantes que questionados sobre as assembleias confirmaram que não havia grandes discussões, discordâncias ou conflitos.

Aí quando é pra, aí no caso aí, não tem muito, ele, o conselho fiscal, é só eleger o novo conselho, e a administração é pra [interrupção]. Aí é que eles mostram tudo, balanço. Aí tem a eleição. Mas num discute assim muita coisa assim, *num* fala muito. Até porque os candidatos não vão fazer igual político, prometer e dizer que vai fazer isso e aquilo outro, aí é só mostrar o balanço e tudo, aí depois que vem a eleição. Mas *num* tem muito assim o que discutir na hora, no dia. Irrigante - Sr. Zezinho.

A categoria *participação* apresenta-se como pouco exercitada. Isso também é confirmado pela fala de Sr. Edgar, que conta o dia em que discordou de uma discussão como um acontecimento de destaque, quando deveria a fala e questionamento ser algo rotineiro e constante entre os irrigantes.

um dia eu me levantei lá na assembleia, eles abordando lá um assunto, eu não me lembro qual foi, rapaz eu num concordo muito com isso não, aí você vai se levantar e dizer porque não concorda, aí levantei e me expressei lá, “rapaz não concordo por isso isso isso”, aí, eu arrumei um bocado de aliado com isso aí lá, um bocado de associado. Irrigante - Sr. Edgar.

(...) É liberto pra quem quiser falar. Todo mundo. Irrigante - Sr. Raul.

No entanto, as falas levam a percepção de que apesar da baixa participação, o espaço da assembleia sempre esteve aberto para a participação e expressão dos sócios. Porque os associados não exercitam a prática da participação nas assembleias? A explicação que encontro verte novamente sobre o controle e imposições constantemente exercidos pelo DNOCS sob os irrigantes. Em decorrências dessas práticas, o irrigante é desestimulado do

pensamento crítico, da discordância, da reflexão e do exercício de sua autonomia. Ensinados a obedecer a apatia e não criticidade não se tornaram expressões distantes dos irrigantes.

Se eu tô explicando um balanço, ou um balancete, balanço geral que é no fim do ano, tem tudo do ano todo, e você tem um dúvida, chega numa parte, você tem uma dúvida, aí você pode perguntar, e eu vou ter a obrigação de lhe responder, de lhe dar uma resposta satisfatória ou não. Irrigante - Sr. Magno.

O não exercício da prática da participação nas discussões da assembleia configura uma atitude dos colonos motivada também pelo baixo grau de instrução formal (analfabetismo) desses associados, aliada a uma baixa informação sobre os temas discutidos. Somado a isso percebo um baixo empoderamento dos irrigantes motivado por uma relação de dependência cultivada pelo órgão, o que não os tornava emancipados para apropriar-se das discussões. Em campo, a ampla maioria dos associados afirmou incompreender os balanços financeiros, gerando assim inibição de questionamentos. O Balanço Geral e a Demonstração das Contas Sobras e Perdas, segundo o livro de atas, e de acordo com o depoimento de colonos, geralmente eram lidos e explicados pelo contador da cooperativa. Conforme já dito, as pautas seguintes eram alternadas a apresentação por irrigantes convidados, eleitos ou algum membro exterior convidado pela cooperativa.

As sobras, quando aconteciam, eram discutidas e votadas, sendo na maioria das vezes aprovada a divisão entre os associados proporcionalmente à respectiva produção. As perdas, da mesma forma, eram divididas entre os cooperados.

Na 9ª assembleia geral ordinária, ocorrida no ano de 1982, houve a sugestão, por parte do gerente do perímetro, de aplicação das sobras em uma outra atividade que gerasse renda para a cooperativa, sugerindo no caso a aplicação das sobras na criação de peixes em viveiros. No ano de 1986, na 13ª assembleia geral ordinária, também foi sugerido pelo gerente do perímetro à época e apoiado pelo técnico em contabilidade e por outro funcionário do DNOCS, o investimento das sobras em apicultura. Colocadas em votação as sugestões, nas duas ocasiões após discussões, foram reprovadas as propostas dos gerentes e venceu a votação a divisão das sobras entre os associados proporcionalmente a sua produtividade no período.

Este dois episódios são interessantes porque mostram que apesar da forte influência e controle do DNOCS sobre o perímetro irrigado e associado, nas assembleias os associados podiam exercer sua autonomia com relação às votações.

A exemplo desse caso, o destino do resultado do exercício. As situações mostram uma dialéctica entre o poder do DNOCS sobre os associados e simultaneamente o poder do associado dentro da cooperativa, tendo em vista que nas assembleias os associados eram os únicos com direito a voto, e nas quais cabia ao DNOCS apenas a voz.

As eleições dos conselhos são sempre feitas nas assembleias. A diretoria, anteriormente a assembleia, faz um levantamento dentre os associados, quais os que desejam ser candidatos e providencia uma lista com todos os concorrentes, a qual é afixada em locais visíveis como por exemplo a sede da cooperativa, comércio, dentre outros.

Todos os anos é realizada eleição para o conselho fiscal e de dois em dois anos são eleitos os membros dos conselhos de administração, em ambas as eleições devem ser renovados 1/3 dos membros. O conselho de administração é formado por cinco membros, devendo ser associados em dias com seus compromissos junto à cooperativa. Os membros são presidente, vice-presidente, secretário, dois conselheiros e dois suplentes. Já o conselho fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1972b).

Além da fiscalização das contas e acompanhamento das atividades do conselho de administração, cabe ao conselho fiscal, de acordo com o estatuto da organização, “averiguar se existem eventuais reclamações dos associados quanto aos serviços prestados” (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1972b, p. 16) e verificação de eventuais problemas com empregados.

No momento da eleição, a apuração geralmente é feita pelos membros externos convidados, os quais são designados enquanto uma comissão para esse fim. Porque a comissão apuradora dos votos é externa a cooperativa? A designação de uma comissão composta por membros externos à cooperativa para proceder à contagem de votos é uma forma encontrada pelos associados de tentar garantir maior lisura ao processo eleitoral. Essa designação aponta que os associados nutrem desconfiança uns com relação aos outros, o que transgride aos valores cooperativistas de igualdade e cooperação.

A eleição dos conselhos realiza-se por voto secreto, em cédulas depositadas em uma urna. Qualquer colono pode ser candidatar, não havendo nas cédulas eleitorais quaisquer

especificações de cargos, apenas o conselho ao qual o candidato está aspirando. Neste formato, tendo em mãos a lista dos pretendentes ao conselho de administração, o mais votado é eleito presidente, o segundo mais votado vice-presidente, o terceiro secretário, os dois seguintes conselheiros e em sequência decrescente de votação dois suplentes. Da mesma forma acontece com o conselho fiscal, na ordem decrescente de votação se elegem três conselheiros e três suplentes.

A época que nos referimos, ou seja, em torno das duas primeiras décadas – período de maior prosperidade da cooperativa – havia o interesse de alguns associados em se candidatar, ser membro de conselhos. Mesmo havendo pretensões diversas não se averiguavam disputas acirradas ou campanhas, sendo as discussões eleitorais mais relativas à informalidade ou encontros casuais entre os associados, nada que gerasse concorrência ou disputa. De acordo com os relatos em campo, não era comum algum candidato fazer campanha ou pedir voto abertamente (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Tendo em vista que a lista de candidatos aos conselhos era divulgada anteriormente em pontos de grande visibilidade, no dia da eleição o votante já sabia o número de seu candidato, o que facilitava o amadurecimento prévio do voto. Além disso, a divulgação da lista antes também facilitava o voto do analfabeto, que não sabendo ler dispunha de tempo anteriormente para memorizar o número de seu candidato, pois os associados analfabetos, com os quais tive oportunidade de conversar, explicaram não compreender palavras, mas entender números. Ao final da assembleia, após a apuração dos votos, a comissão designada para a contagem e o presidente do biênio anterior dá posse aos novos eleitos.

Além da eleição dos membros e prestação de contas, na assembleia geral ordinária da cooperativa também era discutido o Plano de Exploração, que se refere ao planejamento do plantio para o próximo cultivo. Apesar de colocado a disposição pra a discussão na assembleia, o plano de exploração era elaborado pelo DNOCS na figura de seus agrônomos e técnicos agrícolas. No que tange à categoria *planejamento*, neste caso, percebemos que apesar de o planejamento do processo de trabalho na forma de sua execução ser efetuado pelo colono, tendo em vista que estabelece a forma como planta, irriga e cultiva o plantio. O planejamento do plantio, o qual está diretamente atrelado ao trabalho, era feito a essa época pelo DNOCS e seus técnicos, restando aos colonos cumprir.

Mais uma vez percebemos a alienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2006) na forma da concepção do trabalho, o qual é elaborado por mentes outras àquela que trabalha, elaborado por agrônomos e técnicos que não se apropriam do trabalho alheio, no entanto não são parte da organização cooperativa, e não realizam o trabalho.

Não foram registradas nas atas das assembleias discordâncias a respeito do plano de exploração. Em campo, Sr. Alberto informou que na prática cotidiana os associados realizavam mudanças que entendessem necessárias com relação ao disposto no plano. O plano de exploração era elaborado de acordo com a viabilidade econômico-financeira da produção daquela cultura (BRASIL, 1973c; 1977; 1988).

Dessa forma, vemos que os associados, além de não elaborarem o planejamento de sua produção, também produziam de acordo com as demandas do mercado. Percebo então a mediação de segunda ordem, mercado se interpondo entre o irrigante e o seu trabalho. O irrigante não produzia a cultura voltada a sua subsistência ou que tivesse domínio, mas sim aquela que houvesse maior saída em vendas e que o mercado melhor absorvesse. Sob este ponto se aliena o associado do seu trabalho porque não produz de acordo com o que necessita ou com o que se identifica e melhor desempenha. Porém de acordo com a mediação de segunda ordem de mercado, típica da sociedade capitalista e que leva o trabalhador ao estranhamento de sua própria produção, pois a cultura não é escolhida por ele (MÉSZÁROS, 2006).

#### **5.2.4 Sobras e perdas**

A leitura do balanço sempre era acompanhada de aprovação por unanimidade. A incompreensão do balanço é relatada pela grande maioria dos colonos entrevistados e por outros questionados pela vivência em campo. As exceções se referiam a alguns poucos que já foram presidentes, mas mesmo alguns membros do conselho entrevistados afirmaram incompreender esta demonstração contábil. Nesse sentido, alienados da contabilidade da cooperativa no sentido global, acatam as decisões das sobras e perdas desprovidas das informações.

Percebemos nesse ponto a importância do conhecimento técnico administrativo como fator importante a prática da autogestão (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011). Neste sentido, caso houvesse compreensão pelos associados a respeito do balanço, poderia existir uma maior participação de posse das informações contábeis da cooperativa, questionando ou elaborando posicionamentos a respeito do que foi gasto ou de possíveis investimentos. Mesmo cientes dessa expressiva incompreensão dos balanços e demonstrativos contábeis por parte da diretoria e do conjunto dos associados, nada é realizado ou pensado no sentido de dirimir essa incompreensão. Até mesmo a questão do analfabetismo não figura nas preocupações da diretoria da cooperativa e nem do conjunto dos associados como obstáculo no sentido de se alcançar uma gestão mais participativa.

### **5.2.5 Remuneração de associados**

Na 11ª assembleia geral ordinária, ocorrida no ano de 1984, foi posto em votação uma gratificação de um salário mínimo ao presidente, tendo sido aprovada a proposta por unanimidade aos argumentos de “a fim de compensar as horas de ausência em seu setor agrícola” (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1984, p. 25). Ademais, na mesma assembleia, foi proposta uma remuneração de 10% de um salário mínimo para conselheiros efetivos a cada participação nas reuniões de conselho, também aprovada. Em campo, alguns irrigantes justificam a remuneração diferenciada do presidente argumentando a necessidade de que o presidente pague uma pessoa para trabalhar em seu lote enquanto o primeiro está realizando as atividades de gestão da cooperativa.

Dessa forma, conforme nos fala Singer (2002), a cooperativa apresenta níveis diferenciados de remuneração dos associados, tendo sido sendo aprovado em assembleia, instância máxima de deliberação da cooperativa e assim, coletivamente, uma remuneração variante conforme a atividade. Entendendo a atividade do presidente como requerente de maior esforço, por acumular a atividade no lote e a administração da cooperativa, entendeu o conjunto dos irrigantes que o presidente deveria ter uma renda diferenciada, de acordo com sua produção agrícola somada a um salário mínimo.

No entanto, a noção de que este tem de ganhar mais para pagar alguém que cuide de seu lote, mostra a contratação de terceiros, e conseqüente apropriação do trabalho faz parte do imaginário dos associados, não tendo considerado a possibilidade de alguém da própria cooperativa colaborar no trabalho do presidente enquanto ele desempenha as atividades de gestão da cooperativa.

A respeito da outra forma de remuneração diferenciada, a por presença em reunião, indicada pelo estatuto e denominada na ata por cédula de presença, correspondia ao fim do mês em 40% de um salário mínimo, tendo em vista que segundo relatos em campo, as reuniões aconteciam conforme a necessidade, podendo se fosse preciso acontecer mais de uma por semana.

No entanto, a porcentagem de remuneração estabelecida era referente a uma reunião a cada semana, o que correspondia a quatro ao mês. Os conselheiros seriam então remunerados conforme sua participação. A respeito dessa categoria, da forma disposta, a participação dos conselheiros é estimulada não por senso de responsabilidade e vontade de realizar as funções de que precisaria a cooperativa, mas por remuneração, o que de antemão não garante o pleno desempenho das funções pois a frequência em si das reuniões não garante que o conselheiro cumpra com suas outras atribuições. Mesmo mediante a decisão de variação na remuneração de acordo com a função estabelecida, conforme fala Singer (2002) a respeito dos empreendimentos de Economia Solidária, ao mesmo tempo, atrelar a participação à remuneração reproduz a mercantilização das relações sociais típicas do capitalismo conforme fala Marx e Carcanholo. Assim, mesmo a cooperativa buscando vivenciar e construir outra lógica nas relações, baseadas na cooperação e solidariedade, não está isenta da mercantilização típica das relações capitalistas

### **5.2.6 Valores**

Em 1995, em uma assembleia geral ordinária foi colocado em votação, pelo DNOCS qual o sistema de trabalho que seria adotado pelos irrigantes com relação aos lotes por gravidade e sequeiro (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1995). Conforme explanado anteriormente, o projeto do perímetro irrigado previa o cultivo de

uma área correspondente a um pomar, coletivamente, nas áreas concernentes a irrigação por gravidade. Este pomar denominava-se Pomar de Citrus e fora desativado após os cultivos não estarem trazendo retorno, pois conforme Sr. Alberto “as laranjas não tinham água e as tangerinas não tinha quem chupasse de tão azedas”. Após o fim do pomar, o DNOCS traz para discussão e votação pelos associados em assembleia qual o regime de cultivo será adotado nas terras referentes ao pomar, se seriam utilizadas dali em diante individualmente ou coletivamente.

Foi aprovado o cultivo individual, por 12 votos a 60. A partir de então, cada colono teve direito a um lote de terra irrigado por gravidade, quando outrora só possuíam a concessão de uso das terras irrigadas por aspersão. É possível observar que apesar do cooperativismo prezar pela socialização dos recursos e da produção e pela solidariedade em detrimento do individualismo, os associados da cooperativa coletivamente e democraticamente elegeram o cultivo das novas terras disponibilizadas pela via individual.

Apesar desse caso expresso de individualismo cultivado na cooperativa, anteriormente fora pensado em cultivo coletivo, sob a forma de mutirão, de forma que a produção desse empreendimento seria revertida a cooperativa de maneira geral. Apesar da iniciativa prezar pelo coletivismo, a iniciativa não teve muito êxito, pois alguns associados não faziam sua parte, desestimulando outros. De acordo com falas dos associados, a essa época havia mais solidariedade entre os colonos:

eu tenho saudade de antes sabe porque, porque todo mundo andava num caminho só. Se a gente passava perto do lote de alguém que tivesse com a rede esculhambada lá, e o dono não tivesse lá, pois aquele associado, aquele irrigante ia lá, arrumava aquela rede, enquanto não tivesse ajeitada ele não saia dali, saia dali mas deixava a rede funcionando direitinho. Eu fazia isso nos lotes do outros, os outros faziam no meu e era desse jeito. Se tivesse uma coisa entupida, a gente desentupia, e aí o outro do jeito que eu fazia pra um o outro fazia pra mim também, o outro fazia pro outro, era assim. Irrigante - Sr. Alberto.

Conforme a fala do Sr. Alberto, a solidariedade podia ser percebida muitas vezes pela preocupação em ajudar o colega em alguma dificuldade surgida no ambiente do trabalho, e tal valor era cultivado reciprocamente entre os associados.

### **5.3 Colheita: os frutos do Caldeirão**

A partir do início de sua terceira década de existência, fins de 1980 e início de 1990, a cooperativa começa a apresentar os primeiros sinais de dificuldades vividas e por vir, fruto de cortes de auxílios e crescente afastamento do DNOCS, provocando um progressivo endividamento. Essa situação é resultado direto da política neoliberal de enxugamento do Estado e implantação nas políticas públicas de desenvolvimento rural do “novo modelo de irrigação”, modelo este marcado por uma “modernização” que adequava as políticas de irrigação à tônica neoliberal.

Em 1984, o DNOCS implanta o PROEMA, Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados (SOUSA, 2005). De acordo com documentos do órgão, este projeto buscava que os irrigantes sob a forma de suas organizações se emancipassem e alcançassem o estado de autogestão. A partir desse programa, os colonos e suas organizações – cooperativa – deveriam se tornar independentes, sendo capazes de gerir a cooperativa isentos dos habituais auxílios prestados pelo DNOCS.

Segundo documento do órgão, para o DNOCS emancipação significa: “Os irrigantes através (sic) de suas organizações assumirem o gerenciamento total do perímetro irrigado”. (BRASIL, S/D p. 2). As fontes documentais formais referentes a esse programa, buscadas junto à biblioteca do DNOCS em Teresina e junto à sede do órgão no Caldeirão, são bastante reduzidas.

O programa de emancipação fazia parte de uma medida de âmbito internacional com relação à política de irrigação. A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980 inicia-se um período marcado pelo neoconservadorismo. A política desse período implicava a redução da intervenção do estado na economia, reduzindo-se o papel do Estado e estímulo ao papel de Estado “empreendedor”. Isso significava corte com gastos públicos e austeridade nas políticas monetárias (SOUSA, 2005).

O mesmo caminho é seguido com relação às políticas de desenvolvimento rural: diminuição da presença estatal. Na 10ª assembleia geral ordinária, ocorrida no dia 22 de março de 1983, a mudança na política pública de irrigação, com o enxugamento do Estado e conseqüente corte de auxílios aos perímetros irrigados, é citada pelo gerente do perímetro e registrada em ata:

“Falou que, dentre muitas, uma das metas do DNOCS é afastar-se gradativamente e deixar que a cooperativa vá, aos poucos, assumindo todas as despesas, inclusive de pessoal, a fim de que possa trabalhar com uma equipe de seu próprio quadro de funcionários.” (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1983, p. 24).

Com as mudanças na política nacional de irrigação preconiza-se: a) irrigação por iniciativa privada; b) agronegócio; c) restrições à atuação do Estado; d) repasse dos títulos das terras e e) emancipação dos perímetros irrigados (SOUSA, 2005).

A mudança na política nacional de irrigação não aconteceu no Brasil de maneira isolada. De âmbito mundial, a partir de meados da década de 1980, os países passam a adotar a política de transferência de gestão dos projetos de irrigação para os próprios agricultores (SOUSA, 2005).

De acordo com Sousa (2005) as transformações nas políticas de desenvolvimento rural representa um fenômeno global, praticado pelos Estados sob a égide de organismos internacionais, constituindo-se em premissas para a realização de empréstimos junto a organismos internacionais. A nível micro, trata-se de um fenômeno multidimensional que envolve mudanças nas políticas públicas, legislação e administração dos projetos de irrigação. Anteriormente a “emancipação”, na década de 70, atribuía-se ao Estado a formulação, execução, avaliação e manutenção dos projetos de irrigação e a realização das atividades correlatas aos projetos, como conforme exposto anteriormente, a seleção e implantação das famílias e decorrente assistência técnica e gerenciamento (SOUSA, 2005).

Recomendada pelo Banco Mundial, uma das principais orientações ao governo brasileiro tratava-se da emancipação, transferência da administração dos projetos de irrigação às organizações de produtores. No Brasil, em meados de 1980 sob as diretrizes do Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) inicia-se a transferência de gestão na irrigação a partir da implantação do “novo modelo de irrigação”. Denominou-se emancipação (SOUSA, 2005).

A terminologia transferência da gestão é mundialmente empregada para designar políticas ou programas voltados à transferência dos sistemas de irrigação dos governos às organizações de agricultores. Outras terminologias, porém, são utilizadas em diferentes países como sinônimos, tais como: *reorganização*,

*substituição de funções, devolução, privatização, emancipação*, entre outras (SOUSA, 2005, p. 103, grifos da autora).

Aos colonos, a emancipação acarretaria a sua responsabilização por todo o projeto de irrigação, como as seguintes atribuições

A transferência da gestão dos perímetros públicos irrigados implica repassar às organizações de colonos a administração, o funcionamento e a manutenção de toda a infraestrutura de irrigação de uso comum – das captações e derivações d'água dos açudes aos sistemas de distribuição d'água – canais de irrigação, comportas e estações de bombeamento além de bens móveis, como máquinas e implementos agrícolas e imóveis (SOUSA, 2005, p. 103).

Dessa forma, a partir do “novo modelo de irrigação” a irrigação deixa de ser função social e passa a basear-se nos princípios neoliberais do Estado mínimo, corte de gastos, desresponsabilização do Estado, transferência de responsabilidade para setor privado e estímulo a livre iniciativa (SOUSA, 2005).

De acordo com Sousa (2005), no Brasil, em 29 de março de 1984 estabelece-se o decreto nº 84.496, referente a transferência de gestão. O ano é o mesmo da firmação de um empréstimo entre Brasil e Banco Mundial.

Apresento adiante os efeitos da emancipação no plano microssocial do projeto de irrigação do Perímetro Irrigado Caldeirão e as relações causais que foram estabelecidas no período do início da emancipação até os dias de hoje.

Com o referido programa, o DNOCS afasta-se da cooperativa e perímetro irrigado, diminuindo sua assistência e promovendo inicialmente a venda da propriedade das terras aos colonos. Em 1979 é promulgada a portaria ministerial nº 356 que autoriza a venda da propriedade das terras do governo federal para os irrigantes sob coordenação do DNOCS. “07.08.1979 – Portaria Ministerial no. 356 – Autoriza o DNOCS a alienar os lotes familiares nos perímetros de irrigação do DNOCS. (MINISTRO Mário Andreazza, Diretor Geral Engo. José Osvaldo Pontes)” (GUERRA, 1981, p. 9).

De acordo com depoimentos em campo, uma parte das terras foram passadas em 1979 para alguns colonos, e outra parte de colonos firmou o contrato em 1981. Posteriormente esses primeiros contratos foram invalidados e refeitos, sob o argumento de desvalorização e mudança de moeda de cruzeiro para real. Mas o que estava por trás da venda das terras aos

colonos? Estaria o órgão buscando beneficiar os colonos, tendo em vista que o repasse dessas terras era feito por um valor simbólico?

De acordo com Sousa (2005), a venda dos lotes agrícolas aos colonos também fazia parte da política neoliberal de enxugamento do estado. Com o repasse das terras, o DNOCS se redimia com o seu afastamento, cumprindo com uma dívida social com os colonos, além disso, focando na modernização agrícola do “novo modelo de irrigação”, a partir do mercado de terras, onde as terras serviriam como garantia de crédito na aquisição de empréstimos. Assim, o DNOCS compelia os colonos a agirem por conta própria.

Os efeitos da emancipação foram sendo sentidos progressivamente pelos colonos. Sem o apoio e auxílio do órgão, os quais os associados estavam habituados a dispor, houve mudanças tanto no aspecto econômico da cooperativa como no aspecto participativo e comportamental por parte dos irrigantes.

A partir do final da década de 1980 e início da década 1990, a cooperativa passa a apresentar sucessivas perdas referentes aos resultados do exercício. As perdas são intercaladas por algumas exceções de exercícios em que ocorrem sobras, mas mesmo essas são de valores não tão volumosos como o das perdas e não tão expressivos como nos momentos áureos anteriores.

Com sequentes perdas, sobretudo as de vultosos valores em 1993, 1997, 1998 e 1999, a cooperativa passa a complicar sua relação com os bancos, tornando-se inadimplente. Como forma de contornar essa situação, de forma a poder continuar dispondo da possibilidade de crédito e empréstimos juntos aos bancos, tendo em vista a necessidade de financiamento dos insumos para as safras, são convocadas assembleias extraordinárias, como foram as do ano 1992 e 2007, em que a pautou-se a venda de tratores da cooperativa e hipoteca para a renegociação das dívidas com o banco.

O endividamento da cooperativa é fruto do programa de emancipação imposto ao perímetro irrigado, que diminuiu auxílio e apoio do DNOCS, responsabilizando os irrigantes por atribuições que historicamente sempre foram desempenhadas pelo órgão, responsabilização essa imposta sem o devido preparo desses agentes sociais. Além disso, o endividamento da cooperativa é resultado da política de irrigação baseada no “novo modelo de irrigação” que

atrelava a produção agrícola ao mercado, dessa forma, diminuindo a subsistência entre os agricultores compelindo-os a produção de culturas de maior preço e submetendo-os as oscilações do mercado. Tal situação pode ser percebida conforme fala da 18ª assembleia geral ordinária, acontecida em 1991, onde o ex-presidente da cooperativa atribui os resultados ruins – perdas – ao mercado e seus componentes:

o ex-presidente da cooperativa o Sr. Antonio Floriano da Silva dando os seus agradecimentos a todos os presentes e disse que estava ciente da situação em que se encontrava a cooperativa, mais todos sabiam que o mais causador de tudo isso foi as altas taxas de juros e também a inflação (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1991, p. 43).

Na visão de muitos irrigantes, a decadência da cooperativa é explicada devido a pragas, problemas administrativos. A explicação requer a compreensão da totalidade dos aspectos que levaram a essa situação, sobretudo o contexto político-econômico internacional condicionou as alterações nas políticas públicas de irrigação, no entanto, esses dois elementos levantados pelos irrigantes contribuíram para a problemática na medida em que demonstram a condição de despreparo onde foram abandonados esses agricultores pelo Estado.

Eu não sei se é por causa de administração, porque nós trabalha lá e nós paga tudo, paga tudo lá e lá *num* pagam os fornecedores né, e aí a gente fica assim meio complicado, [interrupção] aí nós vem pelejando assim, sofrendo, fazendo a força assim, por conta nossa *né*, e temos, *num* vou mentir não, tem muitos que desvia as coisas também, mas ela *fracatiou* desse jeito por causa que muitas pessoas não cooperava que prestasse (...). Irrigante - Sr. Afonso.

a gente, nós temos um *poblema* muito sério aqui, e é exatamente esse administrativo, entendeu? Nós temos uma diretoria só de papel, mas na verdade o presidente é quem age tudo só, ele diz: “vou fazer isso mesmo que seja errado”. Aí o conselho vai lá e diz: “não rapaz, não faz não”, aí ele diz “eu vou fazer e pronto”. Não *tô* dizendo que é esse atual, mas já passamos por outros que nós *tava* lá só de fantoche. Ele dizia que ia fazer, e a gente, a diretoria dizia: “não faça, não vai dar certo, vai dar prejuízo no final e eu não vou assumir isso” alguns sócios diziam: “eu não aceito”, mesmo assim fazia. Irrigante - Sr. Pacheco.

Atribuo o progressivo endividamento na colaboração do decréscimo da frequência dos associados nas assembleias. O número de associados presentes nas assembleias proporcionalmente diminui gradativamente ao longo dos anos, culminando na não realização desta instância no ano de 2014 por falta de quórum.

Com o endividamento a cooperativa passa a não ter condições financeiras de contratar funcionários. Enquanto no passado esta dispunha de uma grande variedade de profissionais trabalhando para a cooperativa, no período histórico aqui delimitado – pós emancipação (1984

em diante) – esta diminui gradativamente seu quadro de funcionários chegando ao estado atual em que dispõe apenas do contador, o qual trabalha por serviço, sem carteira assinada, não sendo exclusivo da cooperativa.

Além disso, o presidente, Sr. Carlos Eduardo, passa a acumular funções, realizando o trabalho de gerente, bombeiro e controlador de estoque. Isso se deve a dois motivos, primeiro, as atividades terem que ser feitas e não há como contratar funcionários por questões financeiras. Segundo, os associados baseados no individualismo, defendem que “ninguém trabalha de graça” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013), assim, dividir essas tarefas entre os associados, na concepção deles é requerer mais remunerações. Mediante as precárias condições financeiras da cooperativa, sobra ao presidente a operacionalização dessas atividades.

Sr. Carlos Eduardo dispõe para a realização de suas atividades, enquanto membro do conselho de administração, apenas de uma moto, ou como comumente chamado pelos colonos “motor”, pois os caminhões e carros da cooperativa também tiveram de ser vendidos na tentativa de sanar as dívidas. Inadimplente com o banco, hoje a cooperativa compra seus insumos para a safra apenas respaldada pela palavra, a partir do diálogo com um fornecedor, Sr. Nicolau, a quem os associados têm o maior respeito e gratidão, “uma pessoa muito boa, ajuda muito a gente”, por aceitar esse tipo de negociação (DIÁRIO DE CAMPO, 2013). Sr. Nicolau negocia com a cooperativa de forma que esta tem de arcar com 50% do valor dos insumos anteriormente, antes se pagava ao final da safra, mas com as sequentes perdas e descumprimento dos pagamentos, teve que mudar a forma contratual. Além de fornecer insumos Sr. Nicolau disponibiliza um agrônomo uma vez por semana para instruir e tirar dúvidas dos colonos. O contrato verbal sobre o fornecimento dos insumos que outrora era feito em nome da cooperativa, após os endividamentos passou-se a ser com os associados, nominalmente.

Os insumos utilizados pela cooperativa são: as sementes, fertilizantes de diversos tipos – chamados em campo pelos agricultores de adubo – e os defensivos – agrotóxicos.

### **5.3.1 Processo de trabalho**

Aqui descreverei as etapas do trabalho na agricultura. De início, é necessário o preparo do solo. A primeira atividade é arar a terra, popularmente chamada pelos colonos de “aradar”. Arar a terra significa revolver o solo, de modo que troca-se a camada de baixo com a de cima. A partir desse processo, que deixa a terra mais porosa, realiza-se a gradeagem, pois por vezes ainda estão presentes torrões, que são pedaços de terra condensada soltos. Além disso, a gradeagem, ou como chamado pelos irrigantes “gradar” a terra, prepara o solo no que tange ao seu nivelamento e melhora sua porosidade. Ambas as etapas são realizadas por um trator.

Após “aradar” a terra, a etapa seguinte é o delineamento dos sulcos. É através dos sulcos que a água proveniente dos canais, nos lotes irrigados por gravidade, irá descer e suprir as plantas. Em prosseguimento, são cavadas manualmente, pelo uso da enxada, covas consecutivas retilíneas aos sulcos. Nessas covas são colocados fertilizantes industriais referidos em campo por “adubos”. Esse segundo processo é realizado manualmente, despejando o adubo na cova e cobrindo com uma pequena camada de terra. É sob essa cobertura que será feito um pequeno orifício para colocação da semente, a qual deve está a poucos centímetros da superfície. A maioria dos irrigantes implanta as sementes manualmente e uma pequena parte faz uso de sementeiras, máquinas manuais que despejam as sementes sem ser necessário – como da outra forma – se abaixar para implantá-las.

Após a implantação das sementes é realizada a irrigação. Para isso o canal deve estar cheio de água, o que requer a sincronização das comportas de forma a permitir que a água chegue até o canal de destino.

Estando o canal cheio, o irrigante toma um mangote e por sucção, realizada ou pela boca, ou manualmente direciona a vazão da água para os sulcos, é a irrigação. Cautelosamente é observado e controlado se a descida da água chega até o final do sulco. Os mangotes de que se dispõe, em média de 4 a 6 por lote, são dispostos conjuntamente um em cada sulco e ao fim da regadura de um sulco o mangote é alternado para os sulcos seguintes. É tomado o cuidado para que a água flua, não se concentrando em um espaço ou desviando do sulco. A enxada é utilizada no conserto de algum desvio.

Em três dias já saem da terra os pequenos brotos de melancia. É esse mesmo intervalo de tempo que é seguido religiosamente à cada nova irrigação. Com isso, o trabalho do irrigante

não permite o desfrute de fins de semana ou feriado, o trabalho por conta da irrigação e cuidado da plantação requer a realização independente de ser em dias úteis ou não.

Paralelamente as habituais regaduras são feitas a “limpa” do terreno, atividade essa referente ao controle e eliminação com a enxada de ervas daninhas. O cuidado com a plantação de tão cauteloso é metaforicamente comparado pelos ao cuidado com uma criança “Melancia é que nem menino” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Dentre as ervas daninhas, a mais comum delas é a “tiririca”, a qual se assemelha a um capim e como descrito pelos agricultores “não se dá vencimento”, ou seja, de difícil combate, uma vez arrancada em dois dias está de volta.

Além das ervas daninhas, outro revés a plantação tratam-se das pragas. Dentre as mais citadas em campo está a vaquinha (*Diabrotica speciosa*) – semelhante a um besouro verde – que destrói a plantação, quando larva se alimentando da raiz e quando adulta alimentando-se das folhas e flores, prejudicando o desenvolvimento da planta. Outra praga citada chama-se “mensalão” – nome estabelecido na região – o qual foi descrito enquanto um fungo que apodrece o fruto da melancieira por dentro. O “mensalão” só ataca em lotes por aspersão. De acordo com os colonos, nem mesmo técnicos agrícolas conseguiram combatê-lo e a denominação se deve à época do surgimento da praga coincidir com o escândalo político envolvendo o governo Lula, de mesmo nome, ocorrido em 2005.

Para o combate as pragas, a cada 8 dias, a partir da implantação da semente é promovida a pulverização com agrotóxicos. Os irrigantes não realizam o uso de defensivos orgânicos e de acordo com falas em campo, argumentam que, à medida que os anos passam, as pragas se fortalecem exigindo agrotóxicos mais fortes ou que sejam aplicados com maior frequência.

No processo de pulverização dos lotes, já aconteceram situações de intoxicação dos agricultores, tendo que irem parar no hospital. Na tentativa de evitar esse desconforto e risco, os colonos se equipam com botas e máscaras e conforme sugestão de alguns, devem pulverizar no sentido posterior ao que caminham.

A etapa da pulverização no processo de trabalho comprometeu em parte a coleta de dados, pois nos dias de sua aplicação, evitei frequentar os lotes. Mesmo mediante essa decisão, em

certa ocasião apareci no lote de Sr. Silva e este acabara de encerrar a pulverização de seu plantio. Mesmo tendo conversado com ele apenas o suficiente para que me informasse que acabara de pulverizar o lote, senti na pele os efeitos da intoxicação, ou como chama os colonos “me embebedei” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Sonolência, tontura, irritação na garganta e mal-estar foram os sintomas sentidos. Procurei auxílio médico, após algumas horas estava bem. Após 60 dias a melancia está no ponto de colheita. As de maior tamanho, maiores ou iguais a 7 kg são chamadas “melancias de primeira”, são as de maior preço. Em seguida há as “melancias de segunda” com peso entre 4 e 6 kg e as menores ou iguais a 3 kg são chamadas de “melancia sucata”, de menor preço. As melancias são pesadas e recolhidas por caminhões fretados ou cedidos pelo DNOCS para a comercialização conforme o destino.

### **5.3.2 Valores**

Atualmente na cooperativa pode-se perceber mais individualismo à solidariedade.

A mudança de precificação da produção agrícola é um exemplo de como a solidariedade se modificou ao longo dos anos na cooperativa. Desde sua fundação a receita dos associados relativa a sua produção, a qual é comercializada pela cooperativa, era calculada com base em uma média de preço da produção total de todos os irrigantes do período. Os preços dos produtos variam conforme a cotação do mercado, dessa forma, a melancia, por exemplo, em certo período é vendida a 40 centavos, em outro a 20, de forma que além da variação do mercado, o preço também varia conforme as condições do produto. Assim, a melancia de maior tamanho, de primeira, (maiores ou iguais a 7 kg) tem um preço maior do que as subsequentes, as de segunda (4 a 6 kg) e as de terceira, ou também chamada melancia sucata, as menores (menores ou iguais a 3 kg).

Se um determinado colono quando colheu sua melancia e dispôs para a cooperativa comercializar não alcançou um bom preço, este era compensado pela venda de uma produção de outro colono que tivesse garantido um preço melhor. Dessa forma, o retorno da venda dos

produtos distribuía-se de maneira equânime entre todos os associados, permitindo que nenhum ficasse no prejuízo e outro levasse vantagem.

Essa forma de disposição do preço da produção, além de solidária exercitava a cooperação, tendo em vista que conforme o que a SENAES depreende sobre cooperação, representa o esforço coletivo pelo bem comum e divisão equânime dos resultados.

No entanto, em uma assembleia extraordinária foi discutido e aprovado a mudança nessa forma de retorno da venda da produção entregue a cooperativa. No novo formato, o colono recebe o valor exato do preço de seu produto vendido, ou seja, submete então, o colono as contingências do período em que seu produto foi vendido. Tal medida adotada ainda hoje gera questionamentos por parte dos associados a seu respeito. Uns concordam e outros discordam, como pude ver, por exemplo, na reunião de diretoria que participei, onde um colono quando esclarecido que este era o novo modo de precificação adotado, questionou argumentando que “isso foge ao cooperativismo” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Sr. Alberto, por exemplo, também não concorda com esta medida, e como forma de protesto não participou da assembleia que deliberou a esse respeito e disse que outros também não foram por discordar. A assembleia de aprovação contou com a presença de 11 associados.

Sujeitos à sorte, a modalidade mais recente de atribuição de preços remete os associados através da cooperativa ao individualismo. Como em uma roleta russa, em um ano pode haver a sorte de no período da venda de sua produção o associado encontrar um preço alto no mercado, assim não diminuindo sua receita pelo preço de colegas que não logrem o mesmo valor. Da mesma forma pode se submeter a um prejuízo contingencial e não ter o baixo preço amortecido pelos colegas. Estimula-se assim o pensamento e interesse individual, não é preciso preocupar-se com a venda dos colegas, os eventuais problemas pelo quais um associado possa passar pertencem apenas a ele. Não havendo assim a colaboração dos colonos entre si e não se estimulando que estejam todos unidos, seja em situação de melhores resultados ou piores.

Além desse exemplo de falta de solidariedade, outra prática nesse sentido trata-se do manejo da terra entre os colonos. Em alguns casos, o irrigante por problemas de saúde, por morte ou

sobretudo pela impossibilidade física relativa a idade, é impedido de cultivar o seu lote<sup>9</sup>. Nesse caso, é comum ver o arrendo da terra. O valor pago por quem arrenda é de 10% do que produziu no lote. Geralmente os arrendatários são irrigantes que desejam aumentar o seu potencial produtivo ou, muitas vezes, agricultores de fora. Além dos 10% ao arrendador, o arrendatário deve cumprir com a contribuição dos 13% da produção à cooperativa.

No que concerne a esse aspecto, o arrendo de terras, a cooperativa, sob a forma daqueles que a coordenam nas diretorias e os associados de base que lhe compõem, não interferem nesse tipo de relação, não legislando ou questionando a respeito da correspondência dessa relação estabelecida com o estatuto e princípios cooperativistas. Nesse caso, a preocupação está voltada para o pagamento dos 13% da produção, caso isso não ocorra a cooperativa toma medidas disciplinares junto ao responsável pelo lote.

Em mais uma situação estamos nós, leitores e autora, diante de uma digressão aos princípios cooperativistas e distantes da transcendência (*Aufhebung*) à alienação do trabalho. No caso exposto temos o exercício da propriedade individual em todos os aspectos que dessa categoria decorrem. Diante da impossibilidade do irrigante de cultivo de seu lote, não é debatido pelo conjunto dos associados uma solução que colabore ao coletivo e à comunidade. Pelo contrário, a relação de arrendo da terra, em que o arrendador não trabalha e recebe uma porcentagem sobre o trabalho alheio é tida como natural pelos irrigantes de maneira geral.

Por que eu não plantei mais, porque meu lote, é como eu *tô* lhe dizendo, nem água não tem mais. E pra mim *tá* arrendando lote dos outros, bastante caro pra mim plantar eu desisti, eu *tô* com dois anos que não plantei mais. Irrigante - Sr. Raul

(...) dificilmente tem um amigo que lhe convide pra plantar junto. Por que eles acham bom é arrendar o lote, arrendar pra gente”. Irrigante - Sr. Raul.

(...) porque tem muitos lotes bom, tem muitos lotes maravilhoso, mas é dos velhos de 60, 70 anos que não *pranta* mais um pé de maxixe, ele *num pranta* mais um pé de maxixe mais, e pra você *prantar* um feijão, você que tem força, coragem de trabalhar no lote, eles *num* arrumo, ele *num* dão, eles querem é lhe arrendar por um absurdo. “É meu, o lote é meu, que comprei do DNOCS”, aquele negócio. Porque foi passado um feixe de documento pelo DNOCS, o DNOCS passou pros colonos, aí nisso *tá*. Tem muitos lotes bons pra gente *trabaiar*, mas não *trabaia* mais, *tá* parado lá, *tá* parado, e aí é onde a derrota maior da cooperativa *tá* sendo aí, que aonde os lotes são bons é daqueles velhos aposentados que não trabalham mais e nem cedem pros outros que querem *trabaiar*. Foi uma derrota muito grande que aconteceu. Bem, eu, eu ainda tem coragem, força pra trabalhar, mas cadê os lotes que eu tenho? Irrigante - Sr. Raul.

---

<sup>9</sup> Em caso de morte o lote fica sob responsabilidade da viúva ou de filhos.

As falas de Sr. Raul mostram que a despeito da necessidade do irrigante de terras pra plantar, por conta de uma contingência de desestruturação do seu lote, é preconizado o arrendo das terras, mesmo estando muitas delas improdutivas por incapacidade física devido a idade avançada de seus proprietários. O problema de Sr. Raul é tratado como da ordem individual, pertencente apenas a ela e não se configurando em uma preocupação do conjunto dos associados que compõem a cooperativa. O interesse no recebimento monetário dos 10% correspondente ao arrendo, se sobrepõe a necessidade de trabalho e sobrevivência de um colega associado. Tal posicionamento é legitimado pela propriedade privada, mediação de segunda ordem típica do capitalismo que se interpõem entre o irrigante e a natureza, conforma-se a alienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2006).

Trata-se de apropriação do trabalho alheio e estímulo ao individualismo, de modo que os trabalhadores que nestas terras despendem o seu trabalho quando não são associados da cooperativa não são tratados como tais e dessa forma não usufruem dos mesmos direitos, como por exemplo, a apropriação equivalente de sua produção e auferição de sobras ou perdas.

Outrossim, a locação do lote por terceiros não é debatida coletivamente pelos irrigantes em assembleia ou instância similar que o permita, onde se poderia coletivamente decidir por qual irrigante, de acordo por critérios assim estabelecidos na reunião, deveria ocupar e trabalhar nessas terras. Poderia ser aquele que tivesse maiores necessidades financeiras, dívidas, ou que tivesse um maior número de filhos, ou em mais uma possibilidade, que o cultivo fosse coletivo em benefício de algum associado ou em prol da cooperativa.

A respeito do cultivo coletivo, no período histórico a que nos referimos, fora combinado em algumas ocasiões a realização de mutirões em lotes em que a produção seria voltada para a cooperativa ou em outro caso como forma de cooperação. As falas dos colonos enunciaram em campo que os mutirões não deram certo, pois as pessoas que faltavam desestimulavam às que compareciam, terminando assim, por esvaziá-los.

Mutirão, fazia o, se juntavam, seis, sete, oito pessoas, donos de roça, aí ia amanhã pra um, amanhã pra outro, aí uma adoecia, não ia não, naquele dia, no dia que era pro meu. Aí no dia do dele ele dava, mas no dia do outro ele farreava dois dias, três, aí foi desmantelado por causa disso o mutirão daqui, tinha uns sabidos que não ia no dia, não ia, mandava um menino *véi* que não fazia nada, e aí foi acabando, eu mesmo entrei uma vez, mas não deu pra mim não. Irrigante - Sr. Teobaldo.

O individualismo mais uma vez se mostra como prática dos associados cooperativistas em detrimento dos eventuais benefícios que um cultivo coletivo poderia trazer à cooperativa em sua situação financeira deficitária tão por todos conhecida.

O individualismo também é presente no cultivo cotidiano dos lotes. Quando o trabalho avulta-se, não podendo ser efetuado apenas pelo irrigante nominal ao lote, são contratados diaristas. O preço da diária é abaixo do correspondente a remuneração de um dia de trabalho assalariado. Às vezes o irrigante vizinho não está tão atarefado, o que possibilitaria que ajudasse ao colega, no entanto, o regime de troca de trabalho ou cooperação não é executado pelos colonos, os quais preferem despende dinheiro contratando alguém de fora à trocar trabalho com um associado. Nesse aspecto vemos que a apropriação do trabalho por meio da subcontratação de diaristas se perpetua ao longo do tempo da cooperativa desde o seu início.

Mesmo a prática individual e a subcontratação de diaristas ser dominante, parcerias em lotes de maneira informal são em alguns casos estabelecidas. É o caso, por exemplo, do presidente, Sr. Carlos Eduardo e Sr. Rui, os quais dividem os trabalhos em um lote, em que alternam suas atividades e no caso, por exemplo de Sr. Carlos Eduardo que é presidente e possui um maior volume de atividades, este arca com os gastos da maior parte dos insumos utilizados. A prática da parceria às vezes é realizada, mas também se trata de uma iniciativa individual, não correspondendo a planos ou discussões na cooperativa, a qual também nessa relação não interfere.

Aí eu passei a plantar com outros, junto com os parceiros por que pode ser nessa parceria, se o outro parceiro colono convidar a gente ‘bora plantar comigo?’ Aí tudo bem, a gente vai. Irrigante - Sr. Raul.

A ajuda mútua que há hoje só é essa mesmo, a venda em comum. A gente trabalhar e fazer parceria uns com os outros, hoje tá mais difícil, de fazer isso. Cada um trabalha no seu. Irrigante - Sr. Alberto.

O cultivo coletivo, sob a forma de mutirões é uma prática que sempre se perpetuou entre os irrigantes quando se tratava da impossibilidade de trabalhar por algum colono que estivesse doente.

Um associado adoeceu e não pode exercer a função dele, então os outros de reúnem, sempre tem aquele grupo, em todo lugar, tem aquele grupo solidário que vão lá e cuida dos lote deles no período que for necessário, já aconteceu várias vezes. Irrigante - Sr. Pacheco.

Ajuda assim, por exemplo, se tiver algum com uma necessidade disso, um *poblema* de saúde, e a gente se reunir e combinar, *vamo* limpar a roça de fulano, existe sim, se tiver algum existe. A pessoa que não possa trabalhar, que *teja* doente e tudo, a gente ajuda o outro, o vizinho. Irrigante - Sr. Zezinho.

Sobre a solidariedade e ajuda mútua os irrigantes em geral referem-se a essa categoria afirmando ser a sua prática pouco exercida na atualidade. Quando questionados sobre isso, há sempre referências ao passado, afirmando que antes se praticavam mais esses valores, mas que hoje é muito pouco.

Existia, hoje não existe mais, união entre ninguém não. Aí é como eu lhe falei, é cada qual por si. Eles não tão nem aí com os outros não, quem tiver mal, eles não vão, “*vamo* ajudar fulano de tal”, porque *né*, *tá* naquela situação. Muitos deles tem, *né*, mas a grande parte. (...) Muita grande parte dos outros “ah, eu não vou não”. Irrigante - Reginaldo.

Houve, houve. Quando todos estavam no mesmo grau, no mesmo patamar, houve. Hoje tá desacelerado, uns são maiores do que os outros em condição financeira, e eu acho que devido a isso há um desequilíbrio, o maior não quer ajudar o menor, menor não quer ajudar maior, um se sente superior, outro se sente inferior, e daí, infelizmente o que era pra ser não é. Irrigante - Pacheco.

Atribuo a influência da passagem das terras aos colonos – outrora regidas sobre o regime de concessão pelo governo federal e que foram vendidas aos colonos – como fator a mudança comportamental de valor. De posse dos documentos que comprovam a propriedade da terra, muitos colonos passaram a visualizar os lotes de terra do Perímetro Irrigado Caldeirão como propriedade sua e a partir disso enxergar-se independente de vínculos obrigatórios com a cooperativa ou DNOCS. A propriedade privada estimulou a individualidade, como pode ser percebido pelas falas.

*Entonces*, é assim: esses tipo de coisa que foi aonde começou a piorar a coisa por que você num pode tirar nenhuma estaca no outro terreno onde você podia antigamente, você precisava pra fazer sua coisa no terreno do DNOCS, uma estaca pra botar um arame, uma coisa, no próprio perímetro, você podia. Hoje você não pode mais, se você tirar, porque todos os terrenos tem os donos limitados “esse aqui é meu, aquele ali é de fulano”. Você num pode entrar, você num pode pegar uma pedra, num pode pegar uma carrada de pedra, você num pode mais pegar, você num pode pegar um pau de madeira, pra você botar num cercado porque o dono vai lhe enxotar, devido esse negócio de tá tudo dividido, e aí cada qual é dono, é dono (...). Irrigante - Raul.

Tal situação cria um imbróglio, pois a despeito das propriedades serem individuais, os canais são de uso coletivo, e a necessidade do uso de tratores ou compra de insumos e defensivos acarreta uma diferença de preço exorbitante em comparação ao preço conseguido fruto de uma negociação que envolva um maior número de compradores, o que os compele a cooperação.

### 5.3.4 Conflitos

Apesar da solidariedade não ser um valor que desponta entre os irrigantes, conflitos são infrequentes e inimizades raramente são observadas.

Durante todo o período em campo, nas conversas, fossem formais, como no caso das entrevistas, ou as informais, obtidas no cotidiano da observação, raramente ouvi algum comentário negativo de algum irrigante sobre algum outro. Percebi um clima de harmonia e bom relacionamento entre os colonos em geral, o que vai no sentido das falas seguintes

quando está todo mundo no serviço, lá naquele recurso, como você andou lá, tem serviço e tem alegria, tem, tem alegria. Aquela roda ali, não tem assim: rixa, tristeza... Não, só tem alegria. Acha graça, conversa, grita e trabalha alegre. Aquele Agnaldo, Agnaldo é dos que fazem a gente achar graça. Evaldo, do lado assim. Zezim, Silva, Didi. É na brincadeira, alegre. Não tem cara ruim com ninguém não, tem não. Tudo numa luta unido, alegre. Irrigante - Sr. Dedé.

“Somos mesmo que irmãos. Aqui é uma família, os pais foram colonos, os filhos assumiram. Somos uma grande família” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Foi-me dito que, de maneira geral, existe um pensamento de alguns que o “presidente é ladrão”. Apesar de ter sido muito repetido a existência abstrata desse pensamento, apenas um irrigante me afirmou tal julgamento.

O próprio presidente Sr. Carlos Eduardo afirmou que um dos motivos de não valer a pena ser presidente é essa acusação em geral de que o presidente é ladrão. Tal acusação independe da pessoa a qual ocupa o cargo na cooperativa, são sempre taxados de ladrão.

Questionados sobre a existência de conflitos entre os irrigantes, esses afirmaram não serem comuns, sendo a situação mais citada entre eles a entrada de gado de um colono no lote de outro, o que gera prejuízo, pois o gado come o plantio alheio. Quando acontece essa situação, o dono do gado deve arcar com o prejuízo provocado pelo gado. Também na comunidade não são comuns conflitos, não tendo eu percebido também alguma eventual fofoca ou intriga.

Isso aí, às vezes existe, porque, mas é porque, às vezes coisinha de nada, o bicho entra na roça do outro, aí o *caba* não quer pagar, sempre existe assim uma coisinha, mas não é nada demais não. Irrigante - Sr. Zezinho.

De primeiro, os animais do campo eram tudo presos, aí de vez em quando os lotes que não é cercado, ele vão *né*, aí o bicho entra, come os legumes, aí o dono dos legumes vai brigar com o dono do gado, “ah, não foi o meu, foi de fulano de tal” aí fica por isso mesmo, fica só com o prejuízo. Aí são essas confusõeszinhas aí, que tem. Os animais que solta. Irrigante - Sr. Reginaldo.

A baixa frequência de conflitos pode ser explicada devido ao intenso controle e moldagem que o DNOCS impôs ao conjunto de colonos ao longo dos anos. A estes foi ensinado sempre a obedecer, a não questionar, a não serem pessoas críticas, a aceitar passivamente tudo o que lhe fosse imposto.

Apesar da raridade de conflitos, na assembleia extraordinária do dia 02 de agosto de 2013, em que estive presente, Sr. Carlos Eduardo relatou sobre um conflito. A assembleia fora convocada para tratar sobre o problema do corte de energia elétrica e renegociação de dívidas com a Eletrobras. A renegociação era importante porque sem energia elétrica, o setor convocado para a assembleia, setor 2, não podia operar, pois é baseado na irrigação por aspersão e necessita de energia elétrica para bombear a água. Na ocasião, Sr. Carlos Eduardo relatou aos demais associados presentes que em uma conversa prévia argumentou com o irrigante Matias sobre a necessidade de divisão da dívida de energia com os associados do referido setor inadimplente. Matias não aceitou a ideia e discutindo ameaçou Sr. Carlos Eduardo, “me jurou de faca” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013). Matias também não compareceu a assembleia.

Ainda sobre desentendimentos, o pagamento dos 13% a cooperativa, eventualmente é fonte de divergências. Quando o colono não entrega a sua produção a cooperativa, dessa forma, não colaborando com os 13%, ou quando desvia parte de sua produção, a diretoria discute a situação na reunião mensal dos conselhos e o adverte sobre a imprudência, chamando-o para conversar e caso não mude, este é impedido de usufruir dos serviços contratados pela cooperativa. A exemplo, temos o caso do Sr. Roberto que é colocado em discussão na reunião de diretoria do dia 28 de julho de 2005, “Sr. Presidente coloca em discussão (sic) sobre o problema do Sr. Roberto Salvador dos Santos que está vendendo melancia para beber pinga, caracterizando desvio de produção” (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 2005, p. 05).

Como também pode ter sido percebido na reunião conjunta do conselho fiscal e administrativo do dia 30 de outubro de 2007, em que foram convocados seis associados para prestar esclarecimentos sob a acusação de desvio de produção onde apenas três compareceram. Como medida ao problema do desvio de produção, na reunião do conselho administrativo do dia 30 de abril de 2009, a diretoria da cooperativa decide que os associados que incorrem da prática do desvio, só serão financiados e auxiliados pela cooperativa após conversar com a diretoria e assinar um termo se comprometendo a cumprir com suas obrigações. “ficou decidido que o associado que teve problema com a CAIC em 2008 só poderá ser financiado ou comprará insumos ou trabalho mecânico, depois de uma reunião com toda diretoria e que o mesmo assine um documento se comprometendo cumprir com todas as obrigações que diz no estatuto da mesma (...)” (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 2008, p. 35). O problema do desvio de produção aponta que a contribuição com a percentagem correspondente a cooperativa é encarada por alguns como obrigação, ação compulsória e não como contribuição voluntária para a manutenção da organização.

### **5.3.5 A polêmica dos 10%**

A contribuição do associado deve ser de 13% sobre sua produção, sendo 10% para a administração da cooperativa e 3% para o capital social. Com as dificuldades dos irrigantes, baixa produtividade, endividamento, a cooperativa às vezes baixa a contribuição da percentagem para 10%. Além dos que desviam a produção, o pagamento dos 10% é encarado por muitos colonos – até mesmo pelos que arcam corretamente com a percentagem – como uma obrigação. É comum o posicionamento de alguns de que é importante para a manutenção da cooperativa, para o pagamento de seus funcionários e seus gastos, no entanto, senti que falta nas falas de muitos cooperados o sentimento de identificação com a organização, a colaboração voluntária como parte de quem acredita na importância da organização.

O controle da contribuição da percentagem é feito pelo o conselho fiscal, que tem papel de acompanhar, conjuntamente ao presidente a entrega da produção para a comercialização e retirada da percentagem que compete à cooperativa.

A negação da contribuição dos 10% à cooperativa é justificada por alguns associados. Segundo a perspectiva desses irrigantes, após a venda das terras pelo DNOCS aos colonos, estas passaram a ser suas, propriedade privada, dessa forma, entendem que estão isentos de obrigações com a cooperativa, pois a terra é lhe pertence, isentando-os segundo sua visão de obrigações com terceiros. Tal pensamento pode ser observado nas seguintes falas:

“É porque, você tá entendendo, que depois que inventaram que essas terras eram pra passar pra gente, que a gente pagou, aí disseram que não tinha mais o direito de pagar os 10%, porque tá sendo da gente, aí diz que não tem mais o direito”. Irrigante - Sr. Reginaldo.

Assim, como tão plantando individual, quase todos, quase todos desviam. É alguns que dói na consciência e bota lá, a maioria o presidente cobra, e ele fica *dribando*, *dribando*, e continua na mesma. É alguns os que botam, isso eu lhe garanto que é. Porque pensa assim: “se eu plantei com meu dinheiro, plantei no meu lote, o lote é meu, meu dinheiro, eu vou dar nada pra ninguém porquê?” Eles falam assim. Irrigante - Sr. Raul.

Ela se acabou-se, ela só tem o nome de cooperativa, ela tá na imprensa, ela não pode fazer empréstimo, ela não tem nada, aí eu vou pagar 13%, que é o eles querem, ou 16%, de uma coisa que é meu, eu pago minha hora de máquina, eu compro meu veneno, compro meu adubo e não boto nada lá, e o presidente fica com raiva, mas eu não me importo. Eu na minha opinião, eu não boto, mas tem uns que botam, outros plantam com o dinheiro deles, aí pagam uma porcentagem, ela comercializa e eles pagam a porcentagem, eu não, faço mais não, já *tô vêi* mesmo, preciso mais dela não. Irrigante - Sr. Teobaldo.

A não identificação com a cooperativa e conseqüente não contribuição voluntária dos 10% por parte de um considerável contingente de colonos é resultado de uma ação realizada pela diretoria.

De acordo com depoimentos de colonos, o contador Sr Gerardo Furtado, tendo a aprovação da diretoria da cooperativa, realizou a divisão das dívidas totais acumuladas na cooperativa por todos os associados. A partir dessa divisão a dívida da pessoa jurídica Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão passou a ser das pessoas físicas – associados – que passaram a estar inadimplentes com o banco. A atitude tomada pelo contador conjuntamente com os conselhos realizou-se sem a consulta ou autorização dos associados, que foram pegos de surpresa e estiveram, segundo a versão dos associados, submetidos a uma situação em que não houve os devidos esclarecimentos. A decisão da diretoria sobre essa medida é descrita na ata da reunião ordinária do conselho administrativo e fiscal da cooperativa, acontecida no dia 24 de fevereiro de 2005. Consta:

“O Sr. Gerardo Furtado de Carvalho, contador da CAIC coloca em disculção (sic) sobre uma conta que está no nome da CAIC e o mesmo quer, com o aval das diretorias ratiar (sic) para os sócios e manter a mesma até que o banco volte a cobrar e todos aceitarão (sic)” (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 2005, p. 1)

A discordância com tal medida desestimulou e causou revolta em muitos, que argumentam que não são responsáveis por essas dívidas.

Como bem, uma coisa que foi feita, que nós tivemos aí em 2006-2008 nós tivemos um contabilista, fulano de tal Gerardo Furtado, esse homem entrou aí e o presidente era meio fraco e esse homem entrou arrasando. O que que ele fez? A cooperativa devia muito ao Banco do Nordeste, muito, duzentos e tantos mil reais. O que fizeram? Eles fizeram uma infeliz com todo mundo. Concordado entre o presidente, o contabilista e o banco se juntaram ao banco, gerente com o presidente e o contabilista. Que que fizeram? Eles pegaram e ratearam essa conta todinha em cima de nós. Eu cismeí e não assino, eu não assino por que eu não participei desse dinheiro, eu nunca vi nem esse dinheiro, nunca sei nem quem tirou, quem gastou e eu não assino. Irrigante - Sr. Raul.

(...) se eu devo lá, ou se tenho dinheiro lá dentro eu não sei, porque eu me revoltei cedo né, e eu me revoltei porque eu não devia nada lá, sabe? Aí apareceu umas contas pra mim pagar, e eu fui lá e disse, que não pagava, porque não fui eu que fiz, não comi, não bebi, não comprei nada pra minha família, eu disse lá, pago não, aí destes tempos pra cá, o que me revoltou foi isso aí. Irrigante - Sr. Reginaldo.

(...) o débito no banco ficou aí, ficou acumulado, que quando entrou o Gerardo Furtado, na gerência pra gerenciar, aí ele achou por bem pegar e ratear aquelas contas em cima de todo associado, viu, cada um associado, muitos deles que eu conheço que não tinha nenhum débito no banco de maneira nenhuma, que era associado novo, ainda não tinha débito no banco. Todo mundo participou, isso foi uma das coisas que eu disse para o próprio gerente, eu participando da reunião, digo rapaz isso aí é errado, se por acaso o camarada não deve de maneira nenhuma como é que ele vai participar de uma conta dessas, você tem que ratear é com quem deve (...). Irrigante - Sr. Bernardo.

Mesmo estando dentre os princípios cooperativistas, que o resultado do exercício deve ser dividido entre os associados, essa visão não é compartilhada pelos que argumentam que não são responsáveis pelas dívidas da cooperativa, que não as contraíram. Entretanto, o motivo da revolta se dá pela ausência de consulta ao corpo dos associados a respeito da decisão de divisão das dívidas. Conforme consta no estatuto, em seu artigo 30, “b) dar destino as sobras e repartir as despesas e perdas” (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO, 1972b, p. 9) devem ser atividades realizadas em assembleia, contando com a opinião do conjunto de associados. A partir dessa medida, as dívidas assumidas foram registradas individualmente junto ao banco, e não ficaram em nome da cooperativa. Os associados discordaram da decisão. Nominalmente inadimplentes com o banco, os irrigantes não puderam mais contrair empréstimos dificultando mais ainda suas condições.

O descontentamento dos associados com essa medida fez com que, como dito em campo, “virassem as costas para a cooperativa”, ou seja, desestimulados muitos associados deixaram de frequentar as reuniões e participar das decisões na cooperativa, além de mediante a revolta não se reconhecerem na organização, ou seja, não se sentirem representados. Nesse sentido, os irrigantes descontentes também passaram a trabalhar por conta própria, ou seja, sem contar com o auxílio e financiamento da cooperativa, o que só contribuiu para o seu enfraquecimento.

### **5.3.6 Planejamento das atividades e tomada de decisões**

Apesar da diminuição da participação e frequência dos associados nas assembleias, o planejamento da safra, plano de exploração, é realizado coletivamente e conta com uma presença massiva dos associados.

Previamente a diretoria prepara um planejamento básico da safra e leva a proposta para uma reunião ampla onde sob a coordenação do presidente conjuntamente os associados opinam sobre o plano de exploração. Informam qual a cultura que desejam plantar, a quantidade de lotes e insumos que irão utilizar. É mediante a rede de informações coletadas que se elabora o plano em definitivo, o qual fornecerá subsídios para se calcular a quantidade de insumos que a cooperativa deverá pedir ao fornecedor, a quantidade de tratores e respectivas horas de utilização, quantidade de óleo diesel, dentre outros aspectos. Planeja-se assim também a produção futura, o que auxilia na previsão de possíveis compradores.

O forma de elaboração do plano de exploração converge ao que se espera de uma cooperativa, a participação dos associados no planejamento de suas atividades em longo prazo e decisões a respeito das culturas e recursos necessários a realização de suas atividades.

Nesse sentido, a tomada de decisões na cooperativa com relação ao planejamento das atividades conta a participação dos associados. Entretanto, cabe destacar que existem outras decisões a serem tomadas no que tange a gestão da cooperativa que são tomadas cotidianamente além do planejamento. É importante frisar que decisões variam conforme a relevância, nível de complexidade e envolvimento em seus resultados. As decisões mais

cotidianas, que requerem uma maior agilidade e de cunho mais geral são tomadas pela diretoria da cooperativa, sobretudo pelo conselho administrativo.

Um exemplo de consulta ao conjunto de associados referente a cotidianidade, presenciado em campo, foi quando o fornecedor não dispondo do adubo acertado para a compra ofereceu um adubo mais caro. A decisão deveria ser tomada o mais ágil possível, pois os campos não podiam ficar parados. No entanto, ao mesmo tempo, um valor diferente poderia não ser de acordo dos associados e onerar seu orçamento. Dessa forma, Sr. Carlos Eduardo passou de lote em lote consultando os associados se poderia se autorizar a compra do adubo mais caro. A compra foi aceita por todos.

No que tange a decisões mais complexas que envolvam o conjunto dos associados temos, por exemplo, a venda de tratores como forma de saldar dívidas, a mudança conforme já exposto da precificação da produção, a renegociação com bancos das dívidas, o destino das sobras e pernas, o investimento em uma nova atividade como apicultura, a renegociação de dívidas de fornecimento de energia; são convocadas assembleias extraordinárias para que o conjunto dos associados delibere sobre a temática. No entanto, decisões como demissão de funcionários e firmação de contratos de venda, não passam pelo crivo dos associados.

Dessa forma, no que respeita a tomada de decisão é possível entender que esta se manifesta de maneira híbrida, ora tangenciando a heterogestão, a partir da não consulta ao conjunto dos associados, ora havendo a consideração da opinião destes sendo convocadas reuniões e assembleias extraordinárias.

Mediante esse quadro complexo de adversidades e contradições os irrigantes seguem cultivando os seus lotes dentro do que é possível ser feito, resistindo bravamente às intempéries da natureza e às intempéries de ordem econômica e social.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Responder a pergunta “as experiências autogestionárias induzidas por políticas públicas criam práticas sociais que possibilitem um devir da superação da autoalienação do trabalho?” a partir da análise e descrição dos dados referentes à experiência da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão mediante o método materialista histórico dialético requereu a compreensão do contexto histórico, econômico e social do objeto de pesquisa para se discernir entre a aparência e a essência do fenômeno da autogestão nesta organização.

Neste sentido, destacamos que a autogestão na Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão representava um intento da política pública de irrigação, implementada pelo DNOCS. De imediato, na aparência, este objetivo se mostra enquanto uma ação localizada de um órgão federal que busca o empoderamento dos agricultores onde possam gerir autonomamente a entidade que os representa e os organiza no que tange ao trabalho – a cooperativa – e as imediações do projeto, o perímetro irrigado.

No entanto, a indução da autogestão representa parte de um todo maior, a totalidade da política de irrigação implantada em uma ampla maioria de países do mundo sob a égide do neoliberalismo, ditada por organismos internacionais como Banco Mundial. A mando dessas instituições e sob ameaça de suspensão de empréstimos ou outros tipos de negociações, o governo brasileiro modifica a política de irrigação implantando o “novo modelo de irrigação” pautado em princípios neoliberais.

Nesse sentido, sob o cerne da redução da atuação estatal na referida política pública, buscando um “enxugamento” do papel Estado e diminuição de gastos públicos, cria-se o programa de emancipação dos perímetros irrigados (PROEMA), o qual implanta medidas para a transferência da gestão dos perímetros irrigados aos agricultores na forma de suas organizações, buscando a “autogestão”.

Baseado nos princípios neoliberais, “o novo modelo de irrigação” que fundamentou o PROEMA está pautado na visão do estado empreendedor, com o estímulo a iniciativa privada e desresponsabilização do Estado.

No plano microsocial as ações da política de desenvolvimento rural com o PROEMA significavam a redução significativa dos auxílios prestados pelo DNOCS aos irrigantes no que se inclui diminuição da assistência técnica. Outros tipos de apoios, corte dos funcionários cedidos à cooperativa, repasse de máquinas, repasse das terras aos agricultores e transferência da responsabilidade da gestão e manutenção do perímetro irrigado aos agricultores na forma de suas organizações.

Nesse sentido, tendo em vista que a análise da autogestão na cooperativa requer a compreensão de suas relações com a totalidade, é possível depreendermos que o fenômeno da autogestão enquanto indução do Estado significa a aparência fenomênica da essência que representa a mudança na política pública de desenvolvimento rural, na forma do “novo modelo de irrigação” inspirado em princípios neoliberais.

Em decorrência dessa política, na forma do PROEMA, a cooperativa que outrora vivera momentos áureos com uma expressiva produtividade passa a sofrer sérios problemas e dificuldades com sucessivas perdas e conseqüente acúmulo de dívidas. Torna-se inadimplente com os bancos, demite funcionários, vende e hipoteca tratores, carros e caminhões na busca da sobrevivência.

O Programa de Emancipação do Perímetros Irrigados (PROEMA), suas ações e efeitos se constituem enquanto causalidades na gestão da cooperativa, de forma que modificam as categorias por nós elencadas como importantes para a compreensão da manifestação da autogestão, as quais são planejamento, apropriação do trabalho, propriedade dos meios de produção, participação, tomada de decisões e valores. É preciso ponderar que a manifestação dessas categorias são resultados do contexto histórico, político-econômico e social em que estão imersos os agentes sociais em questão – os associados – tendo em vista que, segundo a nossa compreensão, baseada no método materialista histórico dialético, a consciência é reflexo da matéria e as representações da realidade dos indivíduos são referentes a sua práxis cotidiana.

No que responde ao planejamento, após o PROEMA, o planejamento do trabalho, denominado plano de exploração, o qual antes era realizado pelo DNOCS e cumprido pelos irrigantes, passa a ser elaborado pela diretoria da cooperativa e é levado para ser discutido em uma reunião ampliada, onde cada associado expõe a cultura que deseja plantar e os recursos

que irá precisar, nesse sentido, contribuindo ao planejamento. A forma de elaboração do planejamento corrobora a autogestão, tendo em vista que esta modalidade de gestão preza pelo planejamento coletivo do trabalho.

Com relação à apropriação do trabalho, na atualidade, os associados continuam reproduzindo, desde o início da cooperativa, a prática da contratação de mão de obra externa a cooperativa. A contratação de terceiros é realizada sob o regime de diária, ou seja, configura uma relação de trabalho precarizada, pois o contratado não dispõe de direitos trabalhistas, além do que não dispõe também do produto do seu trabalho, o que realizado é apropriado pelo associado contratante, configurando a apropriação, o que remete a alienação e a heterogestão.

A terceira categoria por nós eleita para análise da autogestão no plano da unidade produtiva cooperativa, a propriedade dos meios de produção, após o PROEMA modificou-se. Anteriormente a implantação dessa medida neoliberal, a propriedade da terra pertencia ao Estado. Dessa forma, os irrigantes dispunham da posse individual dos lotes. Após o PROEMA, as terras são vendidas aos irrigantes por preços simbólicos, passando assim os associados a disporem da propriedade individual da terra.

A propriedade individual dos meios de produção segue na contramão aos princípios cooperativistas que prezam pela propriedade coletiva desses meios. Esta modalidade de propriedade também permite aos irrigantes o arrendamento da terra, prática executada por alguns, outra forma de se apropriar do trabalho alheio, no caso, apropriam-se do trabalho do arrendatário. Nesse sentido, dispor da propriedade privada dos meios de produção também configura uma característica da heterogestão, reproduzindo um aspecto capitalista.

Ademais, a passagem das terras da relação de posse para a relação de propriedade privada contribuiu para o decréscimo da participação – outra categoria de análise – dos associados nas atividades da cooperativa e na sua gestão. Isso decorre da mudança de imaginário dos irrigantes no que responde as responsabilidades junto à cooperativa a partir da mudança de relação com o título da terra. Dispondo da terra individualmente, muitos associados interpretam que são independentes e não possuem, dessa forma, vínculos com a cooperativa. Com isso, muitos deixam de entregar a sua produção e passam a adquirir insumos individualmente. Em decorrência, também deixam de frequentar espaços deliberativos, como assembleias, reuniões e deixam também de participar da gestão da cooperativa.

Ainda sobre a participação, é importante frisar que esta categoria é pouco praticada pelos associados junto a cooperativa. Nas assembleias ordinárias são poucas as intervenções realizadas no sentido de discordar, contribuir, sendo muitas vezes as pautas aprovadas por unanimidade. As pautas aprovadas por unanimidade são principalmente aquelas referentes ao balanço financeiros da cooperativa, isso se deve sobretudo a incompreensão desse conhecimento técnico por parte dos irrigantes, que em maioria são analfabetos.

Compreendemos a baixa participação dos irrigantes junto à cooperativa enquanto consequência da imposição de regras e ordem pelo DNOCS nas duas primeiras décadas de cooperativa. O órgão federal moldou ao longo dos anos os colonos a obedecer, não discordar e não questionar, sob pena de punição na forma de expulsão do projeto. Em decorrência consolidou uma cultura de acriticidade, baixa participação e não exercício de autonomia por parte dos irrigantes.

A manifestação concreta da baixa participação dos irrigantes nas instâncias da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão também configura uma prática distante da autogestão, a qual prega o pleno exercício da autonomia e participação coletiva.

Com relação à tomada de decisões, anteriormente ao PROEMA as decisões se dividiam entre DNOCS e CAIC, cabendo a maioria ao órgão federal e outras à cooperativa. Na atualidade, as de menor influência sobre o conjunto dos associados são tomadas pela diretoria da cooperativa. A tomada de decisões que abrangem consequências mais expressivas ao conjunto dos associados se apresenta de maneira heterogênea, para algumas são convocadas assembleias extraordinárias, em outras se manifestou a tomada de decisões restrita a minoria da diretoria.

No que tange aos valores, é possível depreender que na atualidade é premente a sobreposição de valores individualistas à solidários. Tal situação é possível de ser percebida a partir de situações como o cultivo individual nos lotes, o pagamento de diaristas a despeito de um possível auxílio no trabalho do colega, a mudanças de precificação da produção que passou do retorno ao irrigante de uma média geral para o valor individual da venda. No entanto, no que responde aos valores, existem em situações de solidariedade, no entanto suas manifestações ocorrem, comparadamente às situações de solidariedade, em menor frequência. A exemplo,

temos o cultivo coletivo de lotes quando o irrigante nominal da terra encontra-se doente, neste caso os associados combinam de cultivarem o lote em auxílio ao colega.

A partir das categorias de análise é possível depreendermos que a autogestão almejada pela política pública de desenvolvimento rural não se constituiu enquanto prática social. Isso se deu em decorrência do não preparo dos irrigantes por parte do DNOCS para a gestão democrática e autônoma da organização. Pelo contrário, aos agricultores a formação ministrada pelo órgão era a da obediência, acriticidade, apatia, não questionamento e não exercício da autonomia, tornando-os pessoas não participativas, dependentes.

Ademais não era interesse do órgão, representante do Estado, o alcance da autogestão por parte da cooperativa. Como pode ser alcançada a autogestão se essa é imposta de cima pra baixo? A autogestão apregoada pelo órgão, na realidade tratava-se de um discurso em prol da legitimação da desresponsabilização do Estado com as políticas de irrigação, desresponsabilização esta orquestrada sob a égide do neoliberalismo a mando dos organismos internacionais alicerces do capitalismo.

O fenômeno da “autogestão” do PROEMA representa a aparência da essência que é a redução do papel do Estado, política neoliberal na forma do “novo modelo de irrigação”. Como decorrência dessa política, com o corte de auxílio, com o repasse de terras, e orientação de cultivo voltado ao mercado, ocorre o progressivo endividamento da cooperativa. Isso acontece tanto porque diminuem os recursos disponíveis para amparar a cooperativa como também devido a produção ser voltada para o mercado e não para a subsistência dos produtores, tornam-se assim suscetíveis as oscilações do mercado.

Ainda, como manifestação da aparência do fenômeno tem-se a atribuição do endividamento e decadência da cooperativa à pragas, dívidas, má administração da cooperativa, envelhecimento dos irrigantes, dentre outros aspectos. Compreendemos que tais considerações contribuíram na decadência e endividamento da cooperativa, tendo em vista que dialeticamente a aparência é parte do fenômeno. Entretanto, esta encobre e ao mesmo tempo revela a essência: a causalidade que gerou tamanhas dificuldades foi a mudança de postura do Estado frente as políticas públicas de irrigação – na forma do programa de emancipação – mudança ditada por organismos internacionais como forma de reprodução e manutenção do sociometabolismo do capital.

Neste sentido é possível depreender que as políticas públicas são reguladores sociais na medida em que regulam as ações do Estado e tratam-se também, as políticas públicas, de ações desse mesmo ente voltadas a compensar determinado problema social, dessa forma, balizam e influenciam comportamentos, papel importante, sobretudo no que tange a necessidade de manutenção e reprodução da ordem capitalista.

Consideramos também que corroborando a não efetivação da autogestão está o fato de esta forma de gestão não ter partido dos próprios trabalhadores e sim ter sido proposta de cima para baixo, baseada em uma práxis utilitária, o que contradiz uma característica basilar da autogestão, a de que, enquanto práxis revolucionária, está imbricada a luta dos trabalhadores e deve da sua organização emergir.

Assim, a manifesta heterogestão leva-nos a concluir que as relações de trabalho promovidas na cooperativa engendram alienação do trabalho na medida em que se interpõem entre os irrigantes e sua atividade – trabalho – mediações de segunda ordem como, por exemplo, o mercado. Além disso, a contratação de diaristas conforma alienação do trabalho posto que se trata de apropriação do trabalho alheio, constituindo assim a contradição capital/trabalho, além de se alijar o trabalhador contratado do planejamento e concepção da atividade.

Por fim, a política pública de desenvolvimento rural não cumpre com sua teleologia de contenção da “seca”. Apesar de ter criado estrutura para o acesso a água pelos irrigantes não os isentou desse flagelo em decorrência de não ter alcançado êxito na capacitação técnica dos agricultores. Além disso, a partir do “novo modelo de irrigação” atrela a produtividade dos irrigantes ao mercado, sujeitando-os a suas oscilações e instabilidade, e compelindo estes agricultores a produzirem de acordo com as demandas dessa instituição, o que promove a produção de culturas não adaptadas às condições da região, elevando o risco à atividade agrícola, ocasionalmente gerando prejuízos nas safras, dívidas. Destarte, expostos a adversidades, endividados, sem auxílio técnico efetivo e sujeitos ao fantasma da praga que os assombra, os irrigantes seguem cuidando do seu lote e resistindo a maneira que podem.

Como limitações à pesquisa realizada apresentamos a coleta de dados no que tange a observação participante ter se concentrado na área de lotes denominada “Recurso”, não tendo sido empreendida a observação participante do processo de trabalho e cotidiano da área de lotes irrigada por aspersão. Isso se deveu a distância e difícil acesso a esses lotes. Ademais,

como limitação também se apresentou a pequena quantidade de documentos disponível no DNOCS sobre o PROEMA. Como sugestões para novas pesquisas sugerimos a temática da seca e respectivas organizações correlatas tendo em vista a baixa disposição sobre esse tema na área dos estudos organizacionais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26.

ALMEIDA, H. M. M. Autogestão: da ideia às práticas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 37-57, jan./mar. 1983.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANGROSINO, M. Observação etnográfica. In: **Etnografia e Observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. A economia solidária diante das desigualdades. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 449- 533, set. 2007.

BANCAL, Jean. **Proudhon**: pluralismo e autogestão. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BARBOSA, N. C. B. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de trabalho e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. Ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERNARDO, João. **O inimigo oculto** - ensaios sobre a luta de classe. Manifesto anti-ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.

BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERTHIER, René. Concepções anarco-sindicalistas da autogestão. In: Berthier, René; LEVAL, Gaston; MINTS, Frank. **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002. P. 61-73.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOOTMORE, T. B. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 454 p.

BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. **Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado "Norte do Piauí"**. Fortaleza, 1973a.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Emancipação dos Perímetros Irrigados**. S/D.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Pesquisa sócio-econômica da área de influência do açude caldeirão**. 1970.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Relatório Anual 1971**. Fortaleza, 1971b.

BRASIL. Ministério do Interior. **Projeto de Planejamento Integral Assentamento Agrícola Caldeirão**. Teresina, 1971a.

BRASIL. Ministério do Interior. **Programa de Extensão Rural no Perímetro de Irrigação do Açude Caldeirão no Município de Piripiri**. Teresina, 1973b.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Plano de Exploração para o ano de 1977**. 1977.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Plano de Exploração**. 1988.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Projeto Caldeirão: C - Plano de exploração agrônômica**. 1973c.

CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G.; IWAMOTO, H. M. CRUZ, L. C. O processo de incubação dos grupos. In: CANÇADO, A. C.; FINCO, M. V. A.; FINCO, F. D. B. A.;

CANÇADO, A. C. M. G. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável**: resultados da atuação do NESol/UFT no Bico do Papagaio/TO. Goiânia: Grafset, 2009.

CARCANHOLO, R. (org.). **Capital**: essência e aparência. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. v.1.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.

CESAR, Cleyton. A emancipação dos perímetros públicos. **Revista DNOCS Especial 90 anos**. Fortaleza, 1999.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Ata da Assembléia Geral de constituição da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão**. Piripiri, Piauí. 1972a.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Estatuto**. Piripiri, Piauí. 1972b.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Ata da primeira reunião do conselho de Administração da CAIC**. Piripiri, Piauí, 1972c.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Ata da 11ª assembleia geral ordinária da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão**. Piripiri, Piauí, 1984.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Ata da 13ª assembleia geral ordinária da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão**. Piripiri, Piauí, 1986.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Ata da 10ª assembleia geral ordinária da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão**. Piripiri, Piauí, 1993.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Ata da 22ª assembleia geral ordinária da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão**. Piripiri, Piauí, 1995.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Ata de reunião do conselho de administração e fiscal do dia vinte e cinco de agosto de 2005.** Piripiri, Piauí, 2005.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS IRRIGANTES DO CALDEIRÃO. **Ata de reunião do conselho de administração e fiscal do dia vinte e cinco de abril de 2008.** Piripiri, Piauí, 2008.

CRESWELL, J. W. Procedimentos Qualitativos. In: CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa.** Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 184-209.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **Planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006, p. 15-41.

DOMINGOS NETO, M; BORGES, G. A. **Seca seculorum,** flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. UFPR

FARIA, J. H. **Economia política do poder:** fundamentos. Curitiba: Juruá, 2004.

FARIA, José Henrique (org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2007.

FARIA, J. H. **Gestão participativa:** relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, D. L. S. **Desemprego, Exército De Reserva, Mercado Formal-Informal:** discutindo categorias. 2010. 275 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERRAZ, D. L. S.; DIAS, P. Discutindo Autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. In: **Organização & Sociedade,** Salvador, v. 15, n. 46, p. 99-117, jul./set. 2008.

FERRAZ, D. L. S.; SILVA, P. V.; MUELLER, R. R.; REIS, M. R. A análise de uma Política Pública de Geração de Trabalho e Renda por meio da discussão dos Reguladores Sociais Lukacsiano: o caso dos Catadores de Materiais Recicláveis. In: XXVI Encontro da ANPAD,

Rio de Janeiro, 22 a 26 de Setembro de 2012. [on line]. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2012/EOR/Tema%2006/2012\\_EOR842.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2012/EOR/Tema%2006/2012_EOR842.pdf). Acessado em 15 de março de 2014.

FLICK, U. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento Econômico Solidário. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil. 2009, p. 181-187.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRAWITZ, M. Méthodes des sciences sociales, Paris, Dalloz, 1990 apud RUQUOY, D. Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In: ALBARELLO, L. *et al.* **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005, cap. 3, p. 84-116.

GUERRA, P. B. **A civilização da seca**: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 1981.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

GUERREIRO RAMOS, A. **Administração e contexto brasileiro**: o esboço de uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GUTIERREZ, G. L. Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível. **Revista de Administração de empresas**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 7-19, abr./jun. 1988.

GUTIERREZ, G. L. Autogestão, participação, propriedade e salário. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 14-23, out./dez. 1991.

GUTIERREZ, G. L. Da autogestão a economia social: a concepção de uma nova empresa. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n.1, p. 68-73, jan./mar. 1998.

IWAMOTO, H. M. Autogestão: origens, tendências e experiências. In: CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Org). **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências de Palmas/TO**. Palmas: NESOL/UFT, 2007. p. 233 - 244.

KLECHEN, C. F.; BARRETO, R. O.; PAES DE PAULA, A. P. Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da prefeitura de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 670-694, Maio/Jun 2011.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. Economia Solidária. In: Hespanha, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil. 2009 p. 310-314.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: Hespanha, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009 p. 162-168.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEVAL, Gaston. Concepções construtivas do socialismo libertário. In: BERTHIER, René; LEVAL, G.; MINTS, F. **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002. p. 15-60.

LIMA, H. S. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: WHITOKER, D. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, SP. Letras, 2002.

LOPES, D. L. Diário de Campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITOKER, D. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, SP. Letras, 2002.

LOPES D. L; LIMA, H. S. COSTA; A. S.; RIBEIRO, V. O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITOKER, D. C. A. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, SP. Letras, 2002.

LUCKÁCS, G. **Prolegômenos para a ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUCKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v.2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, V. F. A Produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio 92. **III Encontro da ANPPAS**, Brasília, 23 a 26 de Maio de 2006.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril cultural, 1978.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo, Global, 1986.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **A cogestão Alemã**: as conciliações do inconciliável. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 23-36, jan./mar. 1983.

NAHAS, V. G. Autogestão. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 50-56.

NASCIMENTO, C. **As lutas operárias autônomas e autogestionárias**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.

NASCIMENTO, C. Autogestão: palavra e idéia. In: MELLO, S. L.; BARBIERI, E. M.; SÍGOLO, V. M. (Orgs.). **Economia Solidária e Autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL – USP, ITCP-USP, 2007, v. 2, p. 29-46.

NASCIMENTO, C. Socialismo autogestionário. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 226-232.

NOVACK, G. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

OLIVEIRA, B. A. M. Significados acerca das cooperativas populares e suas interfaces com a economia solidária. In: FERREIRA, M. A. M. F.; EMMENDOERFER, M.L.; GAVA, R. (org.). **Administração Pública, gestão social e economia solidária**: avanços e desafios. Viçosa, MG: 2010.

PINHEIRO, D. C. PAES DE PAULA, A. P. **Sobre as leis cooperativistas brasileiras e venezuelanas**: em direção para uma autogestão? In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2013 [on line] Disponível em: <http://www.anaisenapegs.com.br/2013/dmdocuments/1589.pdf> Acessado em 19 de setembro de 2013.

PIOZZI, Patricia. **Os arquitetos da ordem anárquica**: de Rosseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: UNESP, 2006.

POULANTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo**. São Paulo: Imaginário, 2001.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **¿Que es la propiedad?** Investigaciones sobre el principio del derecho y del gobierno. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas**, tradução de Suely Bastos, Porto Alegre: L&P 2011.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é Cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, p. 119-133, 1998 apud RUQUOY, D. Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In: ALBARELLO, L. *et al.* **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005, cap. 3, p. 84-116.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Washington, Indes/BID, 1997, mimeo.

RUQUOY, D. Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In: ALBARELLO, L. *et al.* **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005, cap. 3, p. 84-116.

SAINT-GEORGES, P. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político. In: ALBARELLO, L. *et al.* **Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005. p. 15-47

SARDA DE FARIA. M. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 83-129.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, E. M. O. **O “novo modelo de irrigação” e os colonos de morada nova: política para qual público?** 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

TABB, J. Y.; GOLDFARB, A. **Worker’s participation in management**. New York: Pergamon, 1970 apud FARIA, J. H. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: [http://www.aatr.org.br/site/uploads/publicacoes/o\\_papel\\_das\\_politicas\\_publicas\\_no\\_desenvolvimento\\_local.pdf](http://www.aatr.org.br/site/uploads/publicacoes/o_papel_das_politicas_publicas_no_desenvolvimento_local.pdf). Acessado em 1 de março 2014.

TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: Venosa R. **Participação e participações: ensaios sobre a autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1989.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARANDA, A. P. M.; BOCAYUVA, P. C. C. **Tecnologia social, autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Fase, 2009.

VENOSA, Roberto. A evolução da participação nas empresas autogeridas iugoslavas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 47-54, jan./mar. 1981.

## APÊNDICE

### 1. Roteiro de entrevista semiestruturada

#### 1.1 Para o associado da cooperativa

- Qual a sua trajetória de vida até conhecer a cooperativa?

- Onde vivia
- Do que trabalhava
- Como ficou sabendo do projeto de fundação da cooperativa

- Ingresso na cooperativa

- Por que quis participar da cooperativa?

- Surgimento da cooperativa

- Como foi a fundação da cooperativa? Como ela surgiu?
- Como foram os primeiros anos da cooperativa?
- Qual o papel do DNOCS no início do projeto?
- Qual o papel do DNOCS ao longo dos anos?

- DNOCS

- Qual a influência do DNOCS sobre os associados?
- Em nível de comportamento, havia algumas regras que deveriam ser seguidas? Quem colocava essas regras?
- Existem regras hoje?
- Em qual época, no que se refere as regras, você prefere?

- Emancipação

- O que foi o processo de emancipação por qual passou a cooperativa?
- O que mudou com relação a propriedade?
- Com relação à administração da cooperativa?
- Com relação à assistência do DNOCS a cooperativa?

- Funcionamento da cooperativa

- Como era a administração da cooperativa no início? Havia planejamento coletivo? Havia participação conjunta nas decisões? E hoje?
- Havia contratação de funcionários?
- Como se configuravam os níveis de produção?
- Qual a quantidade de produção hoje?
- O que mudou? Por que mudou?

- Assembleias e Reuniões

- Como funcionavam as assembleias?
- Como era a frequência de associados?
- Como se elegiam os conselhos?
- Você já fez parte do conselho?
- Você recorda de alguma assembleia extraordinária?
- Você compreende a prestação de contas que é realizada na assembleia?

- Consultas e tomada de decisões

- Há consulta ao conjunto dos associados no que se refere as decisões a serem tomadas?

E quando acontece algum imprevisto?

- Sobras e perdas

- Como ocorre a divisão das sobras e perdas?
- Você concorda quanto a essa forma de divisão?
- Você concorda com a entrega dos 10% da produção?

-Valores

- Como você vê os demais associados? O que eles significam para você?
- Existe ajuda mútua entre vocês?
- E cooperação?
- Você pode citar um exemplo de solidariedade que ocorra entre os associados?
- Existem conflitos entre os colonos? Já existiu?